



UNIVERSIDADE CATÓLICA PORTUGUESA
FACULDADE DE TEOLOGIA
Instituto Universitário de Ciências Religiosas

MESTRADO EM CIÊNCIAS RELIGIOSAS
Especialização: Educação Moral e Religiosa Católica

PEDRO MIGUEL MARTINS FERREIRA

A PESSOA: DIMENSÃO RELACIONAL

Análise diacrónica ao conceito antropológico de pessoa, e a importância de uma pedagogia da relação como contributo para a leção da unidade letiva: “A Pessoa Humana” do 6º ano do Ensino Básico do Programa de Educação Moral e Religiosa Católica.

Relatório Final da Prática de Ensino Supervisionada
Sob orientação de:
Profª Doutora Maria Isabel Pereira Varanda

Braga
2016

SEI DONDE VENHO,

MAS NÃO SEI PARA ONDE VOU,

EMBORA SAIBA PARA ONDE QUERO IR.

E NÃO SEI BEM O QUÊ E QUEM SOU.¹

¹ Jorge BENTO, *Da coragem, do orgulho e da paixão de ser professor*, casa da educação física, Belo Horizonte, 2008, 21.

Ao meu filho João Pedro, o melhor de mim.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, quero expressar um muito obrigado a todos os professores que me acompanharam e orientaram nestes dois anos de Mestrado.

À minha Orientadora, Professora Doutora Maria Isabel Pereira Varanda, pela disponibilidade, contributos e sugestões. Pelas vezes que teve uma palavra de incentivo, quando as forças e as capacidades pareciam desaparecer, pelas vezes que me repreendeu como forma de me chamar à razão. Pelo sorriso e pelo testemunho.

À professora cooperante, do Agrupamento de Escolas Francisco Sanches, Doutora Maria José Rodrigues Dias, pela sua enorme disponibilidade e apoio prestado no decurso da lecionação da unidade letiva. Pela simplicidade e carinho com que trata cada estagiário. As palavras serão sempre poucas para tamanha generosidade.

A todos os amigos de caminhada, porque sem eles, isto seria muito mais difícil.

Por fim, mas não em último, um agradecimento muito especial, à minha esposa e ao meu filho, por todo o carinho e apoio, sem os quais nada teria sido possível. Pelas vezes que o pequeno João me dizia “Hoje não papá, hoje brinca comigo”. A eles, um Muito Obrigado!

SIGLÁRIO

AR	ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA
ART.	ARTIGO
CF	CONFRONTAR
CL	CARTA AOS COLOSSENSES
CRP	CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA PORTUGUESA
SL	LIVRO DOS SALMOS
NA	NOSTRA AETATE
DH	DIGNITATIS HUMANAЕ
EMRC	EDUCAÇÃO MORAL E RELIGIOSA CATÓLICA
DL	DECRETO-LEI
GN	LIVRO DO GÉNESIS
GS	GAUDIUM ET SPES
Jo	EVANGELHO DE JOÃO
PES	PRÁTICA DE ENSINO SUPERVISIONADA
LBSE	LEI DE BASES DO SISTEMA EDUCATIVO
DAN	LIVRO DE DANIEL
TPC	TRABALHO PARA CASA

ÍNDICE

INTRODUÇÃO	8
CAPITULO I – A PESSOA. UM ITINERÁRIO ANTROPOLÓGICO	11
1. A pessoa na civilização Greco-Romana	12
1.1. <i>Na Grécia</i>	13
1.2. <i>Em Roma</i>	15
2. A pessoa na antropologia cristã	18
2.1. <i>Na Sagrada Escritura</i>	19
2.2. <i>Na Patrística e Idade Média</i>	21
2.2.1. <i>Na Patrística</i>	21
2.2.2. <i>Na Idade Média</i>	22
2.3. <i>Na Filosofia Moderna</i>	23
2.4. <i>Na Teologia do Concílio Vaticano II</i>	25
3. Resumo	27
CAPITULO II – EDUCAR PARA A RELAÇÃO. FUNDAMENTOS	29
1. A pessoa é relação	31
1.1. <i>A pessoa e a relação com a alteridade</i>	33
1.2. <i>A pessoa e a relação comunidade</i>	37
1.3. <i>A pessoa e a relação com o Transcendente e o Mundo</i>	40
2. A missão da Escola na educação integral da pessoa	41
2.1. <i>A escola e a educação integral da pessoa</i>	42
2.2. <i>A Religião e o Estado. Relação</i>	42
2.2.1. <i>A Religião e o Estado</i>	45
2.2.2. <i>A Religião e a cultura</i>	47
2.3. <i>A EMRC e a escola</i>	49
2.4. <i>Educar para a comunhão e em comunhão</i>	53
3. EMRC uma disciplina da relação e em relação	55
3.1. <i>O papel do professor de EMRC</i>	55
3.2. <i>A opção de EMRC</i>	59
4. Resumo	63
CAPITULO III – A PRÁTICA DE ENSINO SUPERVISIONADA	66
1. Enquadramento	66
1.1. <i>A escola Francisco Sanches</i>	66
1.2. <i>O grupo de trabalho, cooperação</i>	68
1.3. <i>A turma</i>	73
2. Prática Pedagógica da Unidade Letiva: A Pessoa Humana, do 6º Ano de Escolaridade	75
2.1. <i>A (pré)paração</i>	75

2.1.1. <i>As finalidades</i>	75
2.1.2. <i>O enquadramento da Unidade Letiva</i>	79
2.1.3. <i>Os objetivos</i>	80
2.1.4. <i>A planificação</i>	81
2.2. <i>A planificação aula a aula</i>	83
2.2.1. <i>Aula 1</i>	84
2.2.2. <i>Aula 2</i>	90
2.2.3. <i>Aula 3</i>	95
2.2.4. <i>Aula 4</i>	99
2.2.5. <i>Aula 5</i>	103
2.2.6. <i>Aula 6</i>	109
2.3. <i>A justificação da seleção das atividades</i>	113
2.4. <i>Avaliação e reflexão</i>	115
CONCLUSÃO	118
BIBLIOGRAFIA	121

INTRODUÇÃO

Como em qualquer outra viagem, esta que se inicia é carregada de sonhos, desejos, medos, esperanças, inseguranças... Uma viagem que tem como grande porto, a pessoa, e como, duas grandes escalas, a educação e a alteridade.

Quem somos, com quem nos relacionamos, quem nos educa, que importância tem a escola na educação da pessoa, deve a escola educar para os valores, ou nos valores... são várias as perguntas que se vão formulando um pouco em cada cabeça. Alguém tão jovem um dia, a quem foi amputado o acesso ao direito à educação disse, que um professor, uma caneta e um livro podem mudar o mundo. Por certo o mundo talvez seja demasiado grande para o conseguirmos mudar, mas cremos tal e qual, António Gedeão, que o sonho comanda a vida, e a menos que nos acordem já, queremos poder tentar sonhar ainda mais.

Este relatório reflete o trabalho desenvolvido durante a Prática de Ensino Supervisionada na área da Educação Moral e Religiosa Católica. Trata-se de uma análise diacrónica ao conceito antropológico de pessoa, e a importância de uma pedagogia da relação como contributo para a lecionação da unidade letiva: “A Pessoa Humana” do 6º ano do Ensino Básico, do Programa de Educação Moral e Religiosa Católica.

A opção por esta unidade está relacionada com a forma como se vê o ensino. Na escola são-nos confiadas pessoas, muitas vezes vistas e encaradas como apenas números, como estatísticas e, inclusive, problemas, uma visão excessivamente marcada pela negatividade, onde a dimensão social e a dimensão biológica são as únicas para as quais o ensino atende. Mas sobretudo prende-se com a dificuldade que se tem, cada vez mais, em definir e responder a estas duas perguntas: Quem é a pessoa? O que é a pessoa para si mesmo e para os outros? Atualmente existem uma multiplicidade de respostas a respeito destas duas perguntas, o que demonstra uma perceção fragmentada da compreensão antropológica, uma vez que uma diversidade de respostas revela uma multiplicidade de pontos de vista. Esta confirmação é fruto de uma particularização dos saberes que concebem parcialmente a pessoa. Esta vai-se tornando uma realidade fracionada, uma imagem despedaçada.

A par desta fragmentação, surge uma educação ainda mais fragmentada, dada a correlação. E sendo a educação uma tarefa fundamental de toda e qualquer sociedade, pois dela depende o desenvolvimento harmonioso de quem é educado, assim como a qualidade do progresso da sociedade, esta tarefa fundamental deve ter pretensões de integralidade, ou seja, procurar a educação completa da pessoa, pensar o ser humano por inteiro, em todas as dimensões que o constituem. Assim, não estará a educação esquecida de alguma das dimensões da pessoa? Como podemos educar de forma integral, se não é tida em linha de conta a dimensão espiritual?

Assim optamos por estruturar o relatório em três grandes momentos.

No primeiro capítulo, começamos por fazer a evolução do termo pessoa, o que era considerado pessoa e quais eram os seus constituintes, chamando para a reflexão, perspectivas que contribuíram, desde a antiguidade até aos nossos dias, para a reflexão sobre o conceito. No primeiro ponto começamos por apresentar o pensamento da pessoa no contexto greco/romano, distinguindo-os. No segundo ponto abordamos a influência do pensamento cristão ao longo de décadas até ao Concílio Vaticano II.

O segundo capítulo centra-se na questão da alteridade, a alteridade como desafio. Por vivermos um tempo de franco questionamento das verdades nas esferas do conhecimento acerca do mundo, da ética, da política, da estética e das próprias relações estabelecidas pelos indivíduos entre si, reconhecer o próximo é parte essencial para a própria perceção de si, já que o "eu" só existe no contacto com o outro. Num segundo ponto, abordamos a missão da escola numa educação que deverá ser integral e onde a disciplina de Educação Moral e Religiosa Católica é dos atores principais, no contexto do sistema educativo português. Sendo o ensino religioso nas escolas um fator decisivo para a educação integral dos alunos, seria empobrecedor realizar um trabalho excluindo dele o sistema de referências e de experiências significativas que a disciplina de EMRC possui. A própria Lei de Bases do Sistema Educativo reconhece a sua importância e enuncia princípios onde é possível enquadrar esta disciplina.

A disciplina de Educação Moral e Religiosa Católica, embora de frequência facultativa, assume um papel basilar no seio da instituição escolar, porque tem como objetivos fundamentais educar para a dimensão moral e religiosa, educar para a alteridade e para a compreensão dos elementos mais profundos da cultura nacional

Atendendo à importância de que se reveste a educação integral da pessoa humana, a Educação Moral e Religiosa Católica é claramente a resposta da Igreja a todo aquele que estiver disponível para compreender o Cristianismo e a sua relação com as demais visões do mundo.

A experiência de aplicação dos conteúdos da Educação Moral e Religiosa Católica, bem como as mudanças socioculturais que se foram fazendo sentir na sociedade, reclamam, neste capítulo, a indispensabilidade de uma abordagem ao ensino da religião no contexto educativo desta disciplina.

O último capítulo pretende ser a transposição no essencial, para dentro da sala de aula, da construção teórica da unidade letiva “A Pessoa Humana”. O último normativo relativo à organização e gestão curricular do ensino básico introduziu transformações significativas na conceção do processo de ensino - aprendizagem. Desde logo, a relevância dada à noção de meta veio colocar novos desafios ao modo como são concebidos os programas, como as escolas se organizam, como se avaliam os processos e as estruturas e a forma como os docentes são chamados a orientar o sucesso educativo dos seus alunos. Respondendo aos desafios da referida reorganização, este capítulo é dedicada à contextualização da supramencionada unidade letiva no programa da disciplina de Educação Moral e Religiosa Católica, onde uma breve descrição da escola e uma pequena caracterização da turma são condições indispensáveis à elaboração de uma planificação de qualquer unidade letiva.

O Estágio Pedagógico está orientado nesse sentido, mostrando-se uma ótima oportunidade de aprendizagem e promotora da aquisição e desenvolvimento de competências profissionais e pessoais, de atitudes proativas na identificação e resolução de problemas pedagógicos, por forma a constituir o ponto de partida para uma futura integração no mercado de trabalho na área da docência da Educação Moral e Religiosa Católica e necessário a um desempenho proficiente.

CAPITULO I – SER PESSOA. UM ITINERÁRIO ANTROPOLÓGICO

“...Sem dúvida a vestimenta, a casa, servem para nos proteger do frio, a linguagem ajuda o trabalho coletivo e a análise do sólido não organizado. Mas o ato de vestir torna-se o ato do ornamento ou ainda do pudor e revela assim uma nova atitude para consigo mesmo e para com o Outro. Só os homens veem que estão nus. Na casa que constrói para si, o ser humano projeta e realiza seus valores preferidos. O ato da palavra finalmente exprime que ele deixe de aderir imediatamente ao meio, eleva-o à condição de espetáculo e toma posse mentalmente dele pelo conhecimento propriamente dito”².

O que é a Pessoa? Ao longo dos séculos, foram-se sucedendo, numa lista quase interminável, as tentativas de resposta: um animal que fala, um animal político (escreveu Aristóteles); um animal racional (afirmavam os estóicos e a Escolástica); uma realidade sagrada (Séneca); um ser que pensa (Rene Descartes); um ser que trabalha (Karl Max); um animal capaz de prometer (Nietzsche); um ser que diz não, o asceta da vida (Max Scheler); um ser que cria (Bergson); um ser... um ser que brinca, que ri, que chora... Um ser que tem com ele ao mesmo tempo a racionalidade, o delírio a desmesura, a destrutividade (Edgar Morin). Com um caminho a desbravar procuremos então dar um primeiro passo, recorrendo à formulação presente no dicionário:

Pessoa, vocábulo de aparência simples, é talvez, uma das palavras que não se compadece com definições precisas. O seu vasto campo semântico é de tal forma alargado que abre sempre para novas definições, dessa multiplicidade vocabular, pode-se aqui sublinhar, a oferecida pelo Dicionário de Língua Portuguesa. A palavra deriva do latim *persona*, nome feminino: ser humano considerado na sua individualidade física e espiritual. Indivíduo indeterminado, ou cujo nome não se refere; sujeito³. Uma outra consulta, adiciona outros elementos sobre a polissemia do conceito: “criatura humana, ser consciente de si mesmo, senhor dos seus atos, e por isso responsável por eles, o

² Maurice MERLEAU-PONTY, *A prosa do mundo*, Cosac & Naify, São Paulo, 2002, 271.

³ Dicionário da Língua Portuguesa com Acordo Ortográfico [em linha]. Porto: Porto Editora, 2003-2016. [consultado 2016-01-21 14:30:53]. Disponível na Internet: <http://www.infopedia.pt/dicionarios/lingua-portuguesa/pessoa>.

indivíduo, considerado no seu aspeto especificamente humano e indivíduo dotado de razão”⁴.

Quando questionados os alunos do sexto ano da turma três, da escola Dr. Francisco Sanches, como era quase expectável, revelaram muitas dificuldades em responder. Embora conscientes de que tudo o quanto possamos dizer da Pessoa é pouco.

A frase registada por todos para o caderno diário foi: “uma pessoa é sempre uma pessoa por mais *pequena* que seja”⁵. Foi com o objetivo de me esclarecer e esclarecer os meus alunos que iniciei com vontade esta viagem.

O presente capítulo tem então como objetivo, um olhar antropológico, e teológico sobre a pergunta: O que é a pessoa?

O conceito de pessoa foi bastante discutido no palco da História da Filosofia e da Religião, torneando paradoxalmente, entre claro/explicado e complexo/problemático. A noção filosófica de pessoa adquiriu o seu potencial de uma reflexão teológica que teve a sua gestação nas disputas trinitárias e cristológicas do séc. IV a V, sendo posteriormente reformulada, nos sécs. XIII e seguintes, aquando, da integração da filosofia aristotélica na teologia⁶.

O conceito integra duas experiências humanas fundamentais que lhe garantem o seu carácter dinâmico e consagram o seu estado de tensão. Por um lado, a pessoa conhece-se como um eu, único, consciente e responsável; por outro, encontra-se no mundo e não encerrada em si mesma, pois, é ser relacionado, que conhece e é livre para o todo. Por isso, são as experiências de identidade e relação que conduzem à noção de pessoa, que é individualidade de natureza espiritual.⁷

⁴ Dicionário da Língua Portuguesa, 8ª edição revista e atualizada, Porto Editora, 1999.

⁵ Frase retirada do filme: Horton Hears a Who! Sob direção de: Jimmy Hayward, Steve Martino, EUA, 2008.

⁶ AA.VV., *Enciclopédia Logos Luso-Brasileira*, Ed. Verbo, Lisboa, 1989-1992, 95-120.

⁷ Manuel COSTA SANTOS, *O Conceito Cristão de Pessoa*, in *Communio* II (1985) 71-90.

1. A pessoa na civilização Greco-Romana

1.1. A pessoa na civilização Grega

É essencial perceber o aparecimento do termo pessoa na definição do Homem e da caracterização da humanidade. Na *polis* grega, o tipo de Homem definia a cidade e o país. Este reconhecimento, a salvaguarda de pessoa, dá-se apenas por causa dos papéis que desempenha na sociedade. “Para que possam realizar-se assembleias dos vários grupos em alturas especificamente estabelecidas, e proporcionar uma oportunidade favorável à resolução de questões práticas e para que as pessoas se possam encontrar amigavelmente...não existe maior bem para a cidade que as pessoas conhecerem-se umas às outras.”⁸ Nada mais era do que um elemento do mundo material, sujeito ao ato que desempenhava no meio social. “Os papéis dos sexos eram diferenciados” bem como a posição “hierárquica” do Homem “na relação que havia com os escravos. Eram excluídos”⁹ de quase todas as atividades. Contudo “os escravos também eram pessoas, um templo ou um altar ofereciam asilo tanto a um escravo como a um livre, e um crime de sangue era crime de sangue, independentemente do estatuto da vítima”¹⁰.

Para a civilização grega, que se regozijava de possuir um sistema político organizado, as pessoas que a constituíam não se podiam sentir portadoras de uma mesma e igual dignidade. O aforismo grego "Conhece-te a ti mesmo" (grego: γνωθι σεαυτόν) grande título do pensamento grego, proporciona uma incontestável vontade de estabelecer uma relação forte com o “*eu*” pessoal.

Em Aristóteles, temos o Homem a ser elevado a uma catedral, “é o próprio humano que é causa eficiente enquanto motivação da ação. É também o humano a causa final da ação, o “*terminus ad quem*” de todo e qualquer encaminhamento prático.”¹¹ Aristóteles afirma que “todos os homens desejam naturalmente saber. Mas com certeza, não o buscam do mesmo modo”¹². O Homem revela-se assim possuidor de uma sabedoria global, carregando uma magnífica capacidade para deliberar, as escolhas são do poder exclusivo do Homem, não necessitando de justificações para agir a não ser a

⁸ Walter BURKERT, *Religião Grega na Época Clássica e Arcaica*. tradução de Manuel José SIMÕES, Fundação Calouste Gulbenkian, Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica, Lisboa, 1993, 487.

⁹ Idem. 495.

¹⁰ *Ibidem*.

¹¹ ARISTÓTELES, *Ética a Nicómaco*, tradução e notas de António CAEIRO, Quetzal Editores, Lisboa, 2004, 10.

¹² Idem. 13.

“frónesis”, a sensatez¹³. Contudo para Aristóteles a cidade é um conjunto de cidadãos e dever-se-á julgar quem deverá ser ou não considerado como tal, “reserva-se a qualidade de cidadão àquele que descende de dois (progenitores) tendo ambos a qualidade de cidadão e não apenas um deles”¹⁴.

Em Platão, o Homem é constituído, para além das ideias inatas, de “alma como uma natureza divina e imortal, absolutamente oposta e irreduzível ao corpo, e reservada, após a morte, para um destino conforme o desempenho do Homem na sua vida terrena”¹⁵. A cidade, para este filósofo, devia encontrar-se dividida em três classes bem distintas, os governantes, os guardiães – guerreiros e o povo. A cidade seria governada e orientada pelos filósofos, já que são estes que têm e sabem usar da inteligência e sabedoria, sendo estes “alimentados pelos outros (isto é, o povo) que devem pagar uma contribuição”¹⁶.

Em resumo: No sentido etimológico o vocábulo pessoa tem origem grega (*pròsopon*). A visão grega sobre o Homem é uma visão natural da posição da pessoa.

Resenha das principais noções antropológicas da civilização Grega:

1) A definição Aristotélica de Homem como animal racional inverteu o idealismo platónico, aproximando dos restantes géneros e espécies, dentro de uma conceção mais realista e naturalista.

2) Na linha da tradição filosófica Grega, Aristóteles não deixa de considerar a razão (Intelecto ativo e passivo) como a mais elevada e distinta faculdade humana.

3) É através do intelecto ativo que o Homem, elevando-se da natureza se revela como ser espiritual e ele se aproxima de Deus, o intelecto Universal.

¹³ ARISTÓTELES, *Ética a Nicómaco*, tradução e notas de António CAEIRO, Quetzal Editores, Lisboa, 2004, 9. «Diz-se que tem sensatez (prudência) aquele que é capaz de ter em vista de um modo correto as circunstâncias particulares em que cada vez se encontra a respeito de si próprio, e a quem somos capazes de confiar as nossas próprias coisas».

¹⁴ John GILISSEN, *Introdução Histórica ao Direito*, tradução do francês de António Manuel HESPANHA e Manuel Macaísta MALHEIROS, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 1979, 79.

¹⁵ António Pedro MESQUITA, *O Fédon de Platão*, Texto Editora, Lisboa, 1995(5ª edição:2004), 22.

¹⁶ John GILISSEN, *Introdução Histórica ao Direito*, tradução do francês de António Manuel HESPANHA e Manuel Macaísta MALHEIROS, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 1979, 79.

4) Em Aristóteles a alma não é pura interioridade ou participação do espírito divino como em Sócrates e Platão, mas sim um complexo ordenado de faculdades vegetativas, sensitivas e racionais.

5) Ao definir o Homem, como animal político, Aristóteles redime a dimensão social da existência humana, que tinha sido recalcada em boa parte por Platão.

Platão e Aristóteles aplicaram conceitos de substância, natureza e essência ao Homem sem se referirem concretamente à pessoa. Não obstante, foram eles que inauguraram o período antropológico da filosofia, desenvolvido pelos gregos a partir de uma cosmologia segundo a qual o ser humano é compreendido como a realidade natural mais elevada.

1.2. A pessoa na civilização Romana

No século II a.C., a sociedade do império romano organizava-se em termos de *status* e riqueza, com a existência de três ordens, nobreza senatorial, ordem equestre e classe baixa ou plebeus. A liberdade não era um direito inato.

Roma reuniu, num só estado, diferentes povos do Oriente e do Ocidente, criando um verdadeiro império, que se expandiu pela Itália e depois por todo o Mediterrâneo. Antes da formação de Roma, na Península Itálica conviviam um grande número de povos diferentes (como os Sabinos, os Lígures, os Latinos e os Etruscos). Viviam em pequenas povoações rurais pouco desenvolvidas. Um desses povos, os Latinos, fixou-se na zona do Lácio, junto ao rio Tibre, em meados do século VIII a.C., e aí fundou a cidade de Roma, em 753 a.C. A partir do século VI a.C.¹⁷: os romanos começaram a sua expansão, conquistando os povos vizinhos. A introdução histórica de Roma, apenas serve para um melhor enquadramento da expansão e importância linguística, como para a exposição da necessidade da construção de leis/códigos, dado o alargamento tão rápido do território e o grande número de povos inculturados. Assim surge por influência do latim a palavra *persona*, *personae*. Este vocábulo tinha como definição “máscara de ator de teatro, papel, personagem, carácter, papel, cargo, função,

¹⁷ Marcel BORDET, *Síntese de História Romana*, Asa, Porto, 1995, 117.

personalidade, individualidade¹⁸. É assim que em Roma se dá uma evolução semântica do conceito pessoa. Assim a definição da personagem representada pelo ator no teatro precede a de pessoa, confirma que as antigas civilizações ocidentais não chegaram a atribuir ao termo o mesmo nível de generalidade que os conceitos atuais de ‘pessoa’ ou ‘indivíduo’ comportam, prendendo-se apenas ao campo dos atributos e das funções exteriores.

A história diz-nos que para governar e administrar eficientemente o Império foi necessário criar um conjunto de leis que se ajustassem a todos os povos do mundo romano. Foi, então, neste contexto que os romanos criaram o direito romano, conjunto de regras jurídicas aplicadas inicialmente em todo o território do Império Romano e, após a queda do Império Romano do Ocidente em 476 d.C., estendeu-se ao território do Império Romano do Oriente. Leis que estavam organizadas em códigos, e se dividiam em três tipos: O direito privado ou *Jus Privatum*: reunia todas as leis acerca de casamentos, divórcios, contratos e testamentos. O direito público ou *Jus Publicum*: conjunto de leis referentes à organização e funcionamento do Estado. O direito internacional: conjunto de leis que definiam as relações entre os vários povos do Império. Já na lei das doze tábuas “*Lex Duodecim Tabularum*”(450 a.C.)¹⁹, os romanos fazem menção à noção de pessoa, já neste momento os romanos debruçam-se sobre os problemas do direito e das leis.²⁰ Neste trabalho de pensar as leis os romanos afirmam “que a plena personalidade jurídica, e conseqüentemente integral direito de personalidade só adquiria quem detivesse os três status: *status libertatis* (estado da liberdade), *status familiae* (estado de família) e os *status civitatis* (estado de cidadania romana)”²¹. Além de ser atribuída uma maior capacidade jurídica à pessoa em Roma, a sociedade apresenta-se muito classificada. A valorização da pessoa depende essencialmente do patamar onde se insere, ou do *status* em que está “alocada”.

¹⁸Cf. Dicionário Latim Português, por António Gomes Ferreira, Porto Editora, Porto, 1996.

¹⁹ «(...) a lei das Dez Tábuas foi considerada perfeita e submetida aos comícios centuriatos que a aprovaram. No imenso acervo de leis acumuladas umas sobre as outras no decorrer dos tempos, elas continuam a ser, até hoje, a fonte de todo o direito público e privado.»

²⁰ Roberta LEVRERO, *Il diritto e la giustizia, Vita e costumi nel mondo romano antico*, edizioni Quasar, Roma, 2004, 35-41.

²¹ Sebastião CRUZ, *Direito Romano I*, Sólivros, Coimbra, 1984, 197. O *status libertatis* atribuído de pessoa livre, que tinha condição de cidadania; *status familiae* qualidade do *pater familias*, e o *status civitas* classe de cidadão, sendo negada, tal categoria, aos estrangeiros escravos.

O cidadão possui um estatuto privilegiado. Ascende a esta estratificação aquele que é considerado cidadão romano, pessoa com direitos, o Homem livre, pelo nascimento, filho de pai cidadão. Podia-se obter o direito de cidadania por adoção, naturalização ou pelo cumprimento exemplar da lei. No caso dos escravos, por alforria²².

Em Roma, nem todas as pessoas obtinham *status*; esta divisão existente constitui uma injustiça dentro da cidade. Aos cidadãos, patrício ou plebeu, opunham-se os não cidadãos, estrangeiros, peregrinos, libertos ou escravos²³. Os escravos eram coisas (*res*), artigos de propriedade e não pessoas legais com direitos²⁴, “o escravo é uma coisa e não uma pessoa”²⁵, não lhe era reconhecida a qualidade de sujeito, eram escravos os que nasciam de escravos, os prisioneiros de guerra, crianças raptadas ou vendidas pelas famílias. O escravo como não era considerado cidadão, nem pessoa, sofria uma série de advertências. Estas advertências eram proibições resultantes do estatuto de escravo, não podia casar-se legitimamente, mas podia formar família e mantê-la unida, não podia possuir património, não podia tomar parte (autor ou réu) em juízo ou comparecer perante a justiça²⁶. O escravo é uma simples “*res*” que é pertença de um ou de vários senhores da “*gens*”. O escravo “pode ser um bem de uma propriedade exclusiva, pertencendo a um só dono (...) como de uma propriedade divisível”²⁷.

Em Roma, por fim, podemos considerar os “*peregrini*”, os estrangeiros, que possuíam estatutos de homens livres, mas não eram considerados cidadãos. Se havia tratados firmados em Roma, da situação do estrangeiro que aí se encontrava, a sua situação jurídica estava resolvida. Caso assim não acontecesse, o estrangeiro tinha de se servir de um cidadão como intermediário para determinar a sua situação²⁸.

Em Roma apesar de ser atribuída uma maior capacidade jurídica à pessoa, a sociedade é muito classificada por posições e “castas” sociais. A pessoa é valorizada conforme o seu patamar social, conforme o seu *status*. Ocorre que, nesse contexto,

²² Maria Ana ALMENDRA, *Publius et Terentia* Latim 11º ano, Livraria Arnado, Coimbra, 2000, 216.

²³ José Luis BRANDÃO e Francisco de OLIVEIRA, *História de Roma Antiga*: Volume I, Das origens à morte de César, Imprensa da universidade de Coimbra, 2015, 63.

²⁴ Janet COLEMAN, *A History of Political Thought, from ancient Greece to Early Christianity*, Blackwell Publishers, Oxford, 2000, 267

²⁵ Paul GIRARD, *Manuel Élémentaire de Droit Romain*, 2ª ed., Arthur Rousseau Éditeur, Paris, 1898, 89.

²⁶ *Ibidem*.

²⁷ *Ibidem*.

²⁸ Maria Ana ALMENDRA, *Publius et Terentia* Latim 11º ano, Livraria Arnado, Coimbra, 2000, 216.

ainda que se refira ao conceito de pessoa e à noção mais ou menos clara de indivíduo, à pessoa não é reservado nenhum conteúdo ôntico mais preciso, visto que só era reconhecido por causa dos papéis que desempenhava na sociedade, pois nada mais era do que um elemento do mundo material e, sendo assim, sujeito a todos os constrangimentos sociais.

2. A pessoa na antropologia cristã

Foi com o Cristianismo, no seio da filosofia patrística, de evangelização e de defesa da religião cristã, mais tarde aprofundada pelos escolásticos, que se superou a visão monista da realidade e se dotou de conteúdo metafísico o conceito de pessoa, no sentido da singularidade substancial ou do princípio último de individualiza – a noção filosófica de pessoa só foi aperfeiçoada pela Escolástica²⁹.

A Sagrada Escritura, não apresenta o Homem numa definição abstrata, essencialista ou genérica à imagem da tradição filosófica helénica, mas sim descreve-o como uma “unidade psicossomática, dinâmica, multidimensional e como sujeito de uma tripla relação”³⁰. Apresenta desde as primeiras páginas, a convicção da igualdade fundamental de todos os seres humanos que decorre de uma origem comum. Esta mesma ideia da igualdade de todos os seres humanos é reforçada pelo Concílio Vaticano II na Constituição Pastoral *Gaudium et Spes*: “A igualdade fundamental entre todos os homens deve ser cada vez mais reconhecida, uma vez que, dotados de alma racional e criados à imagem de Deus, todos têm a mesma natureza e origem; e, remidos por Cristo, todos têm a mesma vocação e destino divinos” (GS, 29).

Esta dignidade de todas as pessoas aparece também nos Evangelhos: mal Jesus nasce, vêm adorá-Lo uns magos vindos do Oriente (Mt 2,1-2). Na figura destes magos estão como que representados todos os povos da terra de todas as nacionalidades, e de todos os tempos.

²⁹ Denomina-se Escolástica a filosofia predominante ensinada nas escolas da Idade Média – nas catedrais, nas escolas monacais (próximas a abadias) e universidades – no período compreendido entre os séculos XI e XIV.

³⁰ Juan RUIZ DE LA PEÑA, *Imagen de Dios*, Antropología Teológica fundamental, Sal térrea, Santander, 1988, 25.

Vinte séculos após o início do cristianismo, o Papa Paulo VI no discurso às Nações Unidas em quatro de outubro de 1965, chamou a atenção para a grande necessidade de se “construir um mundo em que todos os homens, sem exceção de raça, religião ou nacionalidade, possam viver uma vida plenamente humana, livre de servidões”³¹.

Na Declaração do Concílio Vaticano II *Nostra Aetate* sobre a relação da Igreja com as religiões não cristãs, encontra-se a seguinte afirmação: “Não podemos invocar a Deus como Pai comum de todos, se nos recusamos a tratar como irmãos alguns homens, criados à Sua imagem. De tal maneira estão ligadas a relação do Homem a Deus Pai e a sua relação aos outros homens seus irmãos, que a Escritura afirma: quem não ama, não conhece a Deus” (NA, 5).

Esta certeza de igualdade e fraternidade entre todos os homens e mulheres do mundo inteiro nunca impediu a Igreja de compreender, respeitar e assumir como riqueza, as diferenças existentes entre todos os povos e culturas. Nesse sentido, o Concílio Vaticano II através da Constituição Pastoral *Gaudium et Spes*, sobre a Igreja no Mundo Contemporâneo reconhece a existência de tesouros em todas as culturas e onde se manifesta a natureza do próprio Homem e se abrem caminhos à verdade (GS, 44).

2.1. Na Sagrada Escritura

Como referido no ponto acima, a Sagrada Escritura, não apresenta uma definição explícita do vocábulo “Pessoa”, como se verificou no contexto histórico Greco/Romano.

O Homem não é objeto no Antigo Testamento de uma definição abstrata, essencialista ou genérica nos estilos das definições oriundas da tradição filosófica. É descrito como uma unidade psicossomática, dinâmica, multidimensional e como sujeito de uma tripla relação³².

³¹ Discurso disponível em: https://w2.vatican.va/content/paul-vi/pt/speeches/1965/documents/hf_p-vi_spe_19651004_united-nations.html Consultado a 17/03/2016.

³² Juan Luis Ruiz de la PEÑA, *Imagen de Dios*, Antropología Teológica fundamental, Sal terrea, Santander, 1988, 9.

A riqueza da mensagem fundamental da Sagrada Escritura anuncia que a pessoa humana é criatura de Deus (Sl 139,14-18) e identifica o elemento que a caracteriza e distingue no seu ser à imagem de Deus; Ele os criou Homem e Mulher (Gn 1,27).

Depois, Deus disse: «Façamos o ser humano à nossa semelhança, para que domine sobre os peixes do mar, sobre as aves do céu, sobre os animais domésticos e sobre todos os répteis que rastejam pela terra.» Deus criou o ser humano à sua imagem, criou-o à imagem de Deus; Ele os criou Homem e mulher. Abençoando-os, Deus disse-lhes: «Crescei, multiplicai-vos, enchei e submetei a terra. Dominai sobre os peixes do mar, sobre as aves do céus e sobre todos os animais que se movem na terra.» (Gn 1,26-28).³³

Deus põe a criatura humana no centro e no vértice da criação: no Homem (em hebraico, *Adam*), plasmado com a terra (*adamah*), Deus insufla pelas narinas o hálito da vida (Gn 2,7). Portanto, porque é «a imagem de Deus», o indivíduo humano possui a dignidade de pessoa: ele não é somente alguma coisa, mas alguém. É capaz de se conhecer, de possuir e de livremente se dar e entrar em comunhão com outras pessoas. E é chamado pela graça a uma aliança com o seu criador, a dar-lhe uma resposta de fé e amor que nenhum outro pode dar em seu lugar³⁴. O Homem é assim, com efeito, por exigência profunda da sua natureza, um ser social e não pode viver nem desenvolver as suas qualidades, à margem das relações com os outros.

Quanto à sua constituição, apresenta o Homem numa unidade de corpo e alma, o Homem, pela sua própria condição corporal é uma síntese do universo material, de tal modo que, por meio dele, atinge o seu ponto mais alto e ergue a voz para louvar livremente o Criador (Dan 3,57-90). Não é, portanto lícito ao Homem desprezar a vida corporal, mas, pelo contrário, obrigado a ter por bom e digno de honra o seu corpo, como criado por Deus.

³³A solenidade com que *o ser humano* é criado manifesta que ele é o vértice da criação e a “imagem” de Deus sobre a terra. Não uma imagem de pedra ou barro, como os deuses pagãos, mas uma imagem viva. Ser imagem e semelhança de Deus é a vocação essencial do ser humano.

³⁴ IGREJA CATÓLICA, *Catecismo da Igreja Católica*, Gráfica de Coimbra, Coimbra, 1993, nº357.

2.2. Na Patrística e Idade Média

A Patrística, afirmará que ao Homem lhe está inerente o valor e dignidade incomparáveis, atribuído a todos e qualquer um dos Homens e não ao conceito abstrato de humanidade.

2.2.1. Na Patrística

Deve-se a Boécio, a primeira tentativa de precisão do conceito de pessoa humana, formulado como “*rationalis naturae individua substantia*”³⁵ (Substância individual de natureza racional). Na sua definição, a natureza humana é caracterizada pela racionalidade. Isto quer dizer que cada pessoa apresenta as seguintes características: é uma realidade subsistente, dispõe de uma indefectível unicidade, possui-se por si. Mas Boécio sublinha ainda a “substância”. Esta definição será revista e aprofundada de maneira mais considerável na Idade Média. O lado débil da definição está no facto que aqui a personalidade parece ser confundida como uma individualidade. Ora a individualidade é uma determinação da “coisa”, não é ainda do “quem”: é uma conotação natural da pessoa, não a própria pessoa.

Em Santo Agostinho (354-430), o conceito de pessoa não foi resultado da reflexão sobre o ser do Homem, mas sim do desejo de conhecer o ser de Deus, da sua obra *De Trinitate*: “foi por necessidade de falar que nasceram estas palavras, porque eram necessárias longas disputas contra os insídias e os erros dos hereges”. Lançou-se, então, na tentativa de encontrar um termo que pudesse ser aplicado distintamente a Deus Pai, a Deus Filho e a Deus Espírito Santo, preservando a sua individualidade e unidade. Obter uma linguagem precisa, não deformativa do conteúdo em causa revelado e perceptível por todos, mesmo os que falavam outra língua. É na definição (pelo Concílio de Calcedónia, em 451) do mistério de Cristo – uma só pessoa, mas simultaneamente Deus e Homem – que é precisado o conceito que surge da confluência dos termos *prósopon* e *hipóstase*, aliando a dimensão existencial da primeira - “como personagem definida por um papel que se representa”, ao carácter ontológico da segunda – como realidade concreta. Tal operação semântica deveu-se à adequação ao sentido do termo *persona* no Ocidente, que evoluíra mais rapidamente que o termo *prósopon*, certamente influenciado pela ciência jurídica romana, que já conhecia o conceito de pessoa

³⁵ BOÉCIO, *Liber de persona et duabus naturis*, II in PL 64,1343.

jurídica³⁶. O conceito de pessoa surgiu da interpretação da Bíblia. E surgiu precisamente ao tentar-se explicar o caráter dialogal, relacional de Deus. Deste modo, a teologia, que fala sobre Deus, ao forjar um termo tão fundamental no nosso vocabulário, veio enriquecer a antropologia, que fala sobre o Homem³⁷.

2.2.2. Na Idade Média

Avançando para a Idade Média em Ricardo de S. Vitor (1110-1173), pessoa é uma “existência incomunicável de uma natureza intelectual”³⁸. Sublinhando-se a “existência” (*ex-sistere*), realça-se a relação de origem. Introduce o conceito “existência” a substituir o de “substância”. Portanto, não substancialidade, mas também relacionalidade. Assim, pessoa constitui-se não apenas pela sua substancialidade, mas também pela origem da qual tem o seu ser.

Para S. Tomás de Aquino (1225-1274), temos a consolidação do pensamento de Boécio. S. Tomás transferiu para o Homem a concepção hilemórfica de Aristóteles, em que todo o ser material é um composto de forma e de matéria: “deve-se dizer que a alma comunica à matéria corporal o ser no qual ela subsiste. Assim matéria e alma intelectual constituem uma unidade, de tal maneira que o ser de todo o composto é também o ser da mesma alma.” Na linha da antropologia agostiniana, S. Tomás reforça a questão do Homem criado à imagem e semelhança de Deus. Imagem essa em virtude da sua natureza intelectual, ainda que imperfeita pois segundo a imagem. Daí, segundo S. Tomás, o destaque para a preposição “à”, que traduz aproximação: “Foi feito à imagem de Deus”. A par desta superioridade no próprio ser, em relação aos demais entes, pelo intelecto, pela racionalidade, emerge a liberdade. A pessoa é livre. Conhece-se a si mesmo, e tem a capacidade de escolher, de atribuir a si mesmo os seus próprios atos. Percebe-se a si mesma como um todo autónomo e responsável. Em suma, na perspectiva tomista, a pessoa é definida como um indivíduo racional e livre, ou seja, uma substância individual de natureza racional sendo, portanto, o que há de mais perfeito em toda a natureza.

³⁶ Noronha GALVÃO, “*Origem teológica do conceito de pessoa*”, *Communio* XIX (2002) 205-208.

³⁷ Celestino PIRES, “*Para uma definição do Homem e da Pessoa num contexto teológico*”, *Revista Portuguesa de Filosofia*, XXV (1969), 360.

³⁸ Ricardo de S.VITOR, *trinitae IV*, 23 in SC 63,282.

2.3. Na filosofia moderna

Na filosofia moderna passa-se da compreensão da pessoa como objetividade para a compreensão da pessoa como subjetividade, identificando-se pessoa com a autoconsciência ou consciência de si. A pessoa é um centro autónomo de ação que pode dispor de si mesma na liberdade. A pessoa é o centro de consciência e liberdade.

Com Descartes³⁹, infundido pela ideologia moderna da individualidade, revogam-se as categorias ontológicas aristotélico-escolásticas em primazia de uma filosofia da consciência: a pessoa é o ser da consciência – «*cogito, ergo sum*»⁴⁰. Esta pessoa sujeito de conhecimento, ser pensante. Este Eu que consiste na autoconsciência. Aqui, na modernidade, a singularidade do ser humano é marcada precisamente por isso. O conceito cartesiano, apesar de limitado, na medida em que centraliza o pensamento filosófico para o ser humano, não o faz na totalidade do seu ser, mas na dimensão do pensar, vê o ser humano como um sujeito relacionado consigo mesmo e unicamente consigo próprio, o sujeito que pensa em seu pensar apercebe-se como realmente distinto do seu corpo, a pessoa deixa de ser uma magnitude ontológica para se reduzir ao dado psicológico⁴¹. Com esta redução do eu para a consciência inicia-se o processo de perda da pessoa, que em David Hume conduzirá a ver na consciência humana um simples “coleção de perceções”⁴², abrindo portas a um novo estágio evolutivo do pensar o ser humano. Assim, para pensadores como John Locke, David Hume, Hegel, Kant, dizer o ser humano enquanto pessoa é demonstrar que o ser humano está dotado de autoconsciência. Kant que, com a separação da razão especulativa e razão prática, vê a pessoa como um «para si», um absoluto, como dignidade, bem patentes na sua célebre frase «o Homem existe como fim a si mesmo e não puramente como meio»⁴³. O reconhecimento desta singularidade noética e prática representa um enorme contributo para a noção de pessoa que continuaria a ser alvo de reflexão filosófico-teológica. Ele

³⁹ *Decidi fazer de conta que todas as coisas armazenadas no meu espírito até aquele momento eram tão ilusórias como meus sonhos. Mas logo percebi: no mesmo instante em que pensava sobre a falsidade do meu conhecimento, era necessário que pelo menos eu, que pensava, fosse alguma coisa. Esta verdade – eu penso, logo existo – era tão firme e certa que as mais extravagantes suposições dos céticos não abalariam. Julguei que podia aceitá-la sem receio, como o princípio fundamental da filosofia que procurava (Discurso do método, IV).*

⁴⁰ Cf. René DESCARTES, *Le discours de la méthode*, trad. Jean Marie FATAUD, Univers des lettres Bordas, Paris, 1973, 69-96.

⁴¹ Juan Luis Ruiz de la PEÑA, *Imagen de Dios, Antropología Teológica fundamental*, Sal térra, Santander, 1988, 161.

⁴² *Ibidem*, 162.

⁴³ Cf. Immanuel KANT *Fundamentação da Metafísica dos Costumes*, Tradução de Paulo Quintela, Edições 70, Lisboa, 2007, 68.

que, pode ser considerado “como o ponto de chegada e de inflexão do racionalismo moderno”⁴⁴, e que vai fomentar o personalismo contemporâneo.

No séc. XX, autores como Emmanuel Mounier, Gabriel Marcel, Romano Guardini, Charles Renouvier, Max Scheler, Edgar Brightman, Paul Ricoeur, Martin Heidegger, Emmanuel Lévinas, embora em correntes filosóficas diversas, mantêm uma linha de atuação comum: superar a visão intelectualista que se fizera sentir desde a Idade Moderna, a partir de Descartes, universalista e redutora da realidade humana ao pensamento. Irá notar-se pois, nestes autores um esforço por recuperar e emancipar a singularidade do ser humano e a sua complexidade, na sua dialogia e irreducibilidade.

Um movimento de pensamento que se dirige para o ser humano, enquanto ser concreto e individual, e que ficou conhecido pelo pensamento de Charles Renouvier é o Personalismo. Para Charles Renouvier o conhecimento assume uma componente característica do ser humano enquanto pessoa. É claro que, não será o conhecimento numa perspetiva idealista, nem kantiana, mas enquanto reflexão sobre o ser humano que aponta e descobre a transcendência.

Sobre o bloco do personalismo, assente por Charles Renouvier, muitos outros ergueram os seus muros do pensamento antropológico, tais como Gabriel Marcel Emmanuel Mounier, figuras do existencialismo cristão, que se baseiam na compreensão kierkegaardiana do Cristianismo - e Paul Ricoeur. Para Gabriel Marcel, a pessoa não é um problema, mas um mistério e como tal para o seu estudo é importante o uso de uma abordagem interrogativa metafísica e não científica, objetivante, assimétrica, em que o Ele é reduzido a um objeto ou coisa.

Deste modo, a filosofia moderna procurou com grande esforço e dedicação descodificar o ser humano. Esta descodificação teve como suporte a teologia, na medida em que se foi reconhecendo no ser humano a sua dimensão de transcendência. Aos poucos, se vai reavivando na humanidade que Deus quando fala de Si e se revela, abre ao ser humano uma brecha de autoconhecimento, de revelação antropológica. Uma brecha que permite um olhar mais humano, solidário, responsável e social para a porta do “outro”. Uma janela que “me” faz voltar o olhar para a porta da realização pessoal. Ou de forma tao

⁴⁴AA.VV, Enciclopédia Logos Luso-Brasileira, 79.

mais simples, da tão procurada e desejada felicidade. Nesta época da técnica, da ciência, da desindividualização em nome do global, da massa, urge uma forma de pensamento que faça voltar um olhar introspectivo, vivo e que convide à alteridade, ao dar as mãos de inteligências e de corações e assim construir pontes interpessoais.

2.4. Na teologia do Concílio Vaticano II

O Cristianismo define a pessoa a partir de Deus, alguém não embebido pela natureza, pela história ou pelos outros. O concílio não dedicou à questão do mistério do Homem, nenhum documento mas a reflexão surge⁴⁵ ao tratar a imagem de Deus, fundamento da sua antropologia⁴⁶, proclamando a existência no Homem de uma semente divina e dá assim a conhecer a altíssima vocação humana, quanto ao lugar e missão do Homem no universo, ao significado do seu esforço individual e coletivo, enfim, ao último destino das criaturas e do Homem (GS 3).

É com intensidade que a Igreja ensina que o fundamento e o objeto primário da Doutrina Social é a dignidade da pessoa humana com os seus direitos inalienáveis, que formam o núcleo da “verdade sobre o Homem”⁴⁷ Na *Gaudium et Spes* a reflexão é formulada nos seguintes termos: “trata-se de salvar a pessoa do Homem e de restaurar a sociedade humana. Por isso, o Homem será o fulcro de toda a exposição: o Homem na sua unidade e integridade: o corpo e alma, coração e consciência, inteligência e vontade”⁴⁸.

A Igreja vê na pessoa, em cada pessoa, a imagem viva do próprio Deus; “Por ser à imagem de Deus, o indivíduo humano tem a dignidade de pessoa: ele não é apenas alguma coisa, mas alguém”⁴⁹. Imagem que encontra e é chamada a encontrar sempre mais profundamente plena explicação de si no mistério de Cristo, imagem perfeita de Deus, revelador de Deus ao Homem e do Homem a si mesmo. Sem uma apreciação da pessoa humana feita à imagem e semelhança de Deus, isto é, criada com inteligência e vontade livre – e por isso chamada a realizar-se pelo uso livre das suas próprias

⁴⁵ Que pensa a Igreja acerca do Homem? Que recomendações parecem dever fazer-se, em ordem à construção da sociedade atual? Cf. II CONCÍLIO VATICANO, Const. Past. *Gaudium et Spes* 11, AAS 58 (1966).

⁴⁶ II CONCÍLIO VATICANO, Const. Past. *Gaudium et Spes* 12, AAS 58 (1966).

⁴⁷ CONGREGAÇÃO PARA A EDUCAÇÃO CATÓLICA, *Orientações para o Estudo e o Ensino da Doutrina Social da Igreja na Formação Sacerdotal*, Roma, 1988. No. 4.

⁴⁸ II CONCÍLIO VATICANO, Const. Past. *Gaudium et Spes* 10, AAS 58 (1966).

⁴⁹ IGREJA CATÓLICA, *Catecismo da Igreja Católica*, Gráfica de Coimbra, Coimbra, 1993, n. 357.

capacidades – não podemos entender corretamente a relação entre pessoa e sociedade. Para este Homem, que recebeu do próprio Deus uma incomparável e inalienável dignidade, se volta a Igreja, rendendo-lhe o serviço mais alto e singular. O Homem na verdade não se engana quando se reconhece superior aos elementos materiais, e não se considera somente uma partícula da natureza ou um elemento anónimo da cidade humana. Com efeito, por sua vida interior, o Homem excede a universalidade das coisas⁵⁰, chamando-o constantemente à sua altíssima vocação, para que dela seja cada vez mais consciente e digno. Pela sua encarnação, ele, o filho de Deus, uniu-se de algum modo a ser humano⁵¹.

No impacto do concílio há uma “nova noção de pessoa”⁵². Reafirmam-se os dois termos da definição clássica, “o Homem, ser uno, composto de corpo e alma, sintetiza em si mesmo, pela sua natureza corporal, os elementos do mundo material, os quais, por meio dele, atingem a sua máxima elevação e louvam livremente o Criador”⁵³ e “participando da luz da inteligência divina”⁵⁴. Na resposta a esse chamamento em chave de obediência, reside a intrínseca dignidade “o Homem descobre uma lei que não se impôs a si mesmo, mas à qual deve obedecer; essa voz, que sempre o está a chamar ao amor do bem e fuga do mal, soa no momento oportuno, na intimidade do seu coração.

Na sua unicidade, a pessoa dirige-se sempre à realidade toda. Já na esfera das coisas finitas a pessoa permanece assinalada pela tensão entre o singular, sempre concreto, inconfundível, e a sua ilimitada abertura à realidade no seu todo. Na pessoa torna-se presente, de modo sempre novo, a realidade na sua globalidade. Pessoa é o existir, ou também o aqui do ser. Partindo do conceito clássico de pessoa, podemos sintonizar com a viragem antropológica operada na Idade Moderna, sem desaguar nas ambiguidades que se observam no modo de entender Deus.

⁵⁰ CONCÍLIO VATICANO II, const. Past. Gaudium et Spes 14, AAS 58 (1966).

⁵¹ Idem, 22.

⁵² Luis LADARIA, “*El hombre a la luz de Cristo en el Concilio Vaticano II*”, in Rene LATOURELLE, Vaticano II: *Balance y perspectivas. Veinticinco años después*. Sigueme, Salamanca, 1989, 705.

⁵³ CONCÍLIO VATICANO II, const. Past. Gaudium et Spes 14, AAS 58 (1966).

⁵⁴ Idem, 15.

2.5. Resumo

Da antropologia colhemos duas noções: O Homem pertence ao reino animal pelo seu corpo e o Homem como ser provido de razão. O Homem *homo faber*, o único ser vivo que fabrica utensílios compreendendo a relação entre causa e efeito, graças à sua capacidade de abstração. O seu poder de conhecer e autodeterminar-se define-o como animal *rationale e homo sapiens*.

Da antropologia metafísica que, partindo da experiência, penetra a essência do Homem, extrai à teoria tradicional duas noções: O Homem possui alma e em consequência da sua natureza a um tempo corporal e espiritual, o Homem é um ser social, isto é, um ser que só no seio da sociedade encontra o seu pleno desenvolvimento. A alma humana, ao contrário da alma animal, é de natureza espiritual, livre e imortal, sendo também a sede da razão. Em conjunto, ambos, formam a unidade substancial da natureza humana. Em virtude da sua natureza simultaneamente corporal e espiritual, é o Homem também essencialmente social: o desenvolvimento pleno da sua natureza, em consequência da falta de suscetibilidade de perfeição, está total e absolutamente condicionado, no Homem individual, por uma vinculação à sociedade.

A antropologia cristã, finalmente, encontra na teoria tradicional a sua inabalável certeza a respeito das noções, acima mencionadas, sobre a natureza do Homem, especificada por uma alma espiritual. Referimo-nos a duas considerações relacionadas com a existência humana, que são do maior alcance para a sociedade. A primeira prende-se à realidade do pecado original, razão da possibilidade humana de errar, da perversidade da vontade e dos erros sucessivos que daí nasceram para a ordem da vida social. A segunda concerne ao facto de o próprio Deus ter assumido a natureza humana para entrar no mundo, corroborando na alma do Homem a semelhança com a divindade, a testemunhar que o valor da pessoa, com o seu destino vinculado à alma espiritual (dignidade da pessoa), é superior a todo e qualquer valor terreno. Assim se explica que nem a sociedade, nem o Estado, nem a nação, nem a raça, nem o mundo inteiro, podem equiparar-se a este valor.

Com este horizonte, pode-se afirmar que a reflexão sobre a evolução do conceito de pessoa (aqui levada a cabo em rápido resumo), chegando à formulação da ideia de pessoa na atualidade, que acentua não a pessoa como algo permanente e imutável, mas como um ser em contínua transformação, portanto, incompleto e inacabado, evolutivo e

mutável, um vir a ser em contínuo devir. A perspectiva atual de pessoa coloca-a como âncora da noção de dignidade humana, pois apenas a pessoa fornece a razão da dignidade, isto é, apenas a pessoa nos dá a razão da dignidade, assim como só ela nos permite apreender as consequências da dignidade.

Ser pessoa implica os outros, a quem nos podemos comunicar e por quem podemos ser confirmados no nosso ser pessoal, como fim e não como meio para qualquer fim; é possuir-se, dando-se aos outros, é ser relação dialógica, recíproca do eu-tu, que revela o íntimo de cada um.

Mas este dar-se aos outros aparece-nos mergulhado numa crise de alteridade. Ou seja, a maior dificuldade que sentimos é a possibilidade de nos colocarmos no lugar do outro, pois dificilmente, queremos carregar as dores daqueles que não têm terra para plantar, daqueles que não tem casa para morar, dinheiro para comprar alimentos, roupas para vestir, acesso à educação, entre outros...! Daí nos pareça pertinente uma educação para a relação, pois, quando educados para a alteridade, a vida ganha um novo sentido: as relações com o meio ambiente e com os outros, passa pelo entendimento e pelo significado do que é viver. Viver não é ver o passar dos anos... viver deve ser bom, e bom para todos.

CAPITULO II – EDUCAR PARA A RELAÇÃO. FUNDAMENTOS

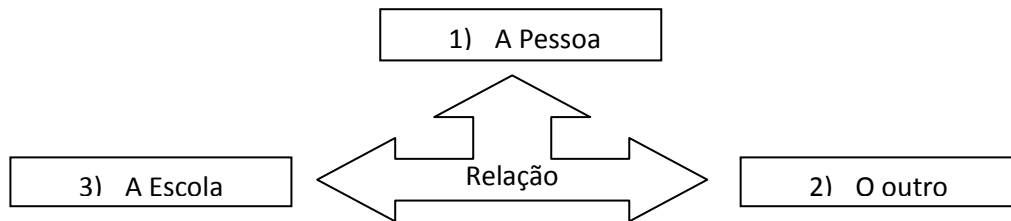
Aquando de um concerto em Boston, Bono Box vocalista da banda U2, na introdução ao tema musical (One Love), começou por referir que quando era ainda criança a primeira impressão que teve do povo Americano, era de um povo “louco”, falava-se da vontade em colocar o ser humano a andar pela lua.

John F. Kenedy (1917-1963) trigésimo quinto presidente dos Estados Unidos, referiu em 1963 que ainda no século XX iam colocar um homem na lua. Eis-nos em pleno século XXI, não muitos anos passaram desde então, e mas hoje, temos mais e maiores recursos, mais e melhor tecnologia, mas talvez nos falte a vontade, não de voltar a colocar o ser humano na lua, mas talvez de o fazer regressar, e pisar de novo a terra. Faltará vontade?

“Na janela em frente da janela do meu quarto, no prédio do lado de lá da rua, a minha vizinha cose à máquina. Através da sua varanda consigo ver tudo o que lá se passa. De cada vez que olho para ela, vejo-a debruçada na máquina, a pedalar, com montes de roupa a seu lado. Quando vou para a cama ainda ela fica naquilo, sem tempo sequer para vir à varanda, olhar cá para fora, respirar. Nem sequer sei como ela se chama... Acho estranho, tudo isto. Como se explica que eu saiba tanta coisa dos romanos, e dos mouros, e não saiba nada da minha vizinha?!

Como se explica que eu saiba quantas toneladas pesava a espada do D. Afonso Henriques e não saiba quanto pesa a máquina de costura da minha vizinha?! Como se explica que eu saiba como viveram as pessoas há milhares de anos e não saiba como vive a minha vizinha?! Como se explica que eu saiba que Isabel era o nome da mulher de D. Dinis e não saiba nem o nome da minha vizinha?! Olho às vezes para as janelas dos prédios da minha rua e fico a pensar que não sei nada de quem lá vive, que não sei nada do que se passa ao pé de mim, todos os dias. Parece-me

que as janelas dos prédios são assim uma espécie de gavetas de um móvel muito grande de que se perdeu a chave”⁵⁵.



- 1) A questão antropológica surgiu na história sempre que o ser humano perdeu o seu domicílio certo e a sua segurança, quando o mundo e a sua posição nele foram postos em causa. É então que ele se sente forçado a perguntar por si mesmo, pela sua essência, e pelo sentido da sua existência⁵⁶.
- 2) O tema da relação Eu/Outro é um tema essencial na História da Filosofia, pelo menos desde a revolução socrática. Com ela o diálogo passa a ser um método privilegiado de edificação espiritual e a via por excelência de edificação espiritual e a via por excelência que conduz ao ser.
- 3) A escola como oficina de descoberta e educação. A referência à educação como «percurso de personalização e não apenas socialização e formação para a cidadania» remete para a importância do contributo da escola no crescimento de cada aluno como pessoa, promovendo a maturação da sua identidade em confronto com outras identidades sócio culturais e religiosas, que só conhecendo se podem conscientemente respeitar. Cada projeto educativo deve responder às realidades que envolvem a escola. Visto que a missão de ensinar da escola, é acompanhar a construção progressiva da personalidade, para uma justa autonomia. A escola propõe caminhos que ajudem os alunos a criar o seu modo de viver. Esta própria forma de viver é a relação de gratuidade, partilha, no respeito pela vida.

Neste caminho que de calo em passos lentos, descubro-me e descubro o outro que está na mesma sala de que eu, o outro que é pessoa como eu, que de alguma forma se questiona e se posiciona face ao outro. Aos alunos do 6º foi colocado o exercício de sozinhos no meio dos outros e perante as suas limitações, realizarem a experiência do

⁵⁵ Alice VIEIRA, *Rosa minha irmã Rosa*. 20ª ed. Editorial Caminho, Lisboa, 2007, 95-96.

⁵⁶ Martin BUBER, *Le problème de l'homme*, Aubier Montaine, Paris, 1962, 21.

sair de si e procurar o sentido da palavra relação. Que relação tenho com a Escola? Que relação tenho com a família? Que relação tenho com os pares?

O presente capítulo tem então como objetivo, um debruçar sobre a relação, a relação eu-tu, a relação pedagógica, a relação da escola com os alunos e a relação de EMRC com a escola, aqui introduzida pela carta Pastoral “A Escola em Portugal, Educação integral da Pessoa Humana, publicada, em novembro de 2008 pela Conferência Episcopal Portuguesa, documento que surge, em sequência de outras reflexões acerca da realidade portuguesa, como o contributo dos Bispos portugueses para o debate sobre a escola «instituição que não nos pode deixar indiferentes, bem como a todos os cidadãos que tenham preocupações relacionadas com o presente e o futuro do país»⁵⁷.

A referida Carta Pastoral apresenta uma ampla reflexão sobre a problemática da escola; e ainda que o documento date do ano de 2008, a sua intemporalidade torna-o bastante atual para o enriquecimento do tema a que me proponho neste capítulo. De onde serão destacados apenas breves apontamentos que sublinham a missão da escola e os condicionantes e problemas hodiernos da escola.

1. A pessoa é relação

“[...] se por acaso não olhasse pela janela Homens que passam pela rua, à vista dos quais não deixo de dizer que vejo Homens da mesma maneira que digo que vejo a cera; e, entretanto, que vejo desta janela, senão chapéus e casacos que podem cobrir espetros ou Homens fictícios que se movem apenas por molas? Mas julgo que são Homens verdadeiros e assim compreendo, somente pelo poder de julgar que reside em meu espírito, aquilo que acreditava ver com meus olhos”⁵⁸

A questão da identidade humana – no sentido do conjunto das características que definem uma pessoa particular, tornando-a diferente de qualquer outra, isto é, única e

⁵⁷ COMISSÃO EPISCOPAL PORTUGUESA, *A Escola em Portugal*, in *Pastoral Catequética*, nº14, ano 5, maio-agosto, 2009, 9.

⁵⁸ Rene DESCARTES, *Discurso do método*, As paixões da alma, Meditações metafísicas, Objeções e respostas. 5. Ed., Nova Cultural, São Paulo, 1991, 179.

una – adquiriu crescente importância nos últimos séculos, sobretudo ao longo dos sécs. XIX e XX. Uma mudança do paradigma sobre a questão geral do ser, na sua manifestação cosmológica, para o pensamento sobre a existência e o sentido do ser humano em particular.

Numa perspectiva existencialista, cada ser humano constrói-se a si mesmo, sendo que é neste processo particular que se edifica o destino de cada indivíduo, enquanto ser livre. O modo de ser, cada ser humano anterioriza cronologicamente e ontologicamente a essência humana, na sua unidade abstrata.

No desenvolvimento da psicologia aparece a questão da identidade humana no centro das preocupações, fazendo com que esta procura de identidade seja algo comum. No entanto, esta descoberta da identidade faz-se segundo um modelo subjetivo, onde a identidade de cada um é descoberta pela introversão, pelo isolamento em relação a tudo e todos, cortando todas as relações. A identidade é então construída de forma individual, reduzindo a particularidade, unidade e unicidade de cada ser humano com a redução individualística de cada um a si mesmo.

No entanto é de considerar que nenhuma identidade se descobre pelo isolamento, introversão e concentração do indivíduo em si mesmo. A descoberta da identidade pressupõe a existência e consciência de uma diferença. Esta diferença implica relação, para se construir como diferença e para ser percebida como tal. Por conseguinte, só no relacionamento interpessoal se podem construir identidades pessoais, pois só aí surgem diferenças reais e percepção dessas diferenças, isto é, identidades. À resposta específica à interpelação de uma alteridade surge-nos a identidade. O conjunto de histórias com o outro vai formando a identidade pessoal, ligando o sujeito ao seu contexto cultural: a identidade é o resultado da constante interação entre a sua idiossincrasia e o ambiente cultural. Neste sentido, o desenvolvimento da identidade humana é feito por relação a uma herança muito diversificada e complexa, a tradição.

1.1. A pessoa e a relação com a alteridade

O tema da relação Eu/Outro é um tema essencial na História da Filosofia, pelo menos desde a revolução socrática. Com ela o diálogo passa a ser um método menos privilegiado de edificação espiritual e a via por excelência que conduz ao ser.

Cultivado e problematizado por todo o helenismo, com o cristianismo e a evolução do pensamento cristão, esse tema viria a adquirir uma dimensão ainda mais relevante. Se no Cristianismo a figura do Outro paradigmática em Jesus Cristo atinge a dignidade suprema da divindade, algo que nunca acontecera na cultura pagã, no domínio estrito da especulação filosófica e teológica, a transformação não seria menor. De facto, a expressão suprema do ser que no Cristianismo é Deus, assume a forma e a essência da Trindade, ou seja uma realidade essencialmente relacional, e onde a estrutura Trinitária afeta o núcleo do ser e amplia a dimensão relacional entre o Eu e o Outro, integrando preferencialmente o ser na figura do Nós.

A relação com o outro é a relação pessoal primeira, como “intersubjetividade”⁵⁹ ou melhor “interpersonalidade”, em que o eu e o outro ‘interagem como sujeitos’, realizando-se na realização do seu outro, o próximo, na comunidade humana⁶⁰.

A intersubjetividade, para alguns, é anterior à subjectividade, pois apenas dentro de um “nós” pode surgir um verdadeiro “eu” e “tu”⁶¹, o “em si”. “O surgimento do eu e do tu é o resultado de uma operação dupla e simultânea, em que apareço em meu ser para o outro devido à transcendência do outro e em que o outro aparece em seu ser para mim, devido à minha própria transcendência. Este duplo movimento forma a totalidade do ser com o outro da realidade humana, que põe um eu diante de um tu no teatro vivo

⁵⁹“Para Descartes, o outro fica justificado ontologicamente; na psicologia (do empirismo) inglês o outro é objeto de um eu, instintivo e sentimental; em Kant e Fichte, o outro encontra-se no termo da atividade moral do eu; em Hegel e Marx o outro relaciona-se com o eu no jogo dialético do espírito e da dialética da natureza; e na filosofia da vida de Dilthey, o outro aparece como invenção do eu; Husserl constitui o último expoente da inclinação egológica da filosofia ocidental, é pela mão de Husserl e Heidegger que a questão da intersubjetividade entra no pensamento contemporâneo”.

Carlos BEORLEGUI, *Lecturas de Antropologia Filosófica*, ed. Dsclee de Brower, Bilbao, 1988, 222.

⁶⁰ Emerich CORETH, *O que é o Homem? Elementos para uma Antropologia filosófica*, Verbo, Lisboa 1988, 195-197.

⁶¹ Arthur RABUSKE, *Antropologia Filosófica*, Vozes, Petropolis, 1995, 149. Os adeptos da corrente do Personalismo - MOUNIER, Martin BUBER e outros - insistem num outro aspecto, que talvez seja até mais profundo. Afirmam que a intersubjetividade é anterior à subjectividade, que somente dentro dum “nós” é que pode surgir um verdadeiro “eu” e “tu”. Estes autores também podem basear-se sobre experiências de vida. Antes de tudo, podem evocar a “socialização primária”, em que a criança adquire sua identidade ao ser tratada, incentivada, apelada e amada por “outros significativos”. Naturalmente, supõe-se que estes “outros significativos” saibam de facto educar: educar para a liberdade responsável.

do desempenho inter-subjetivo. Um dos termos surge apenas com a cooperação do outro, a relação eu-tu sendo anterior ao eu e tu isolados. «No princípio era a relação» diz Martin Buber, isto é, no princípio é dada a síntese⁶². Somos interiores à relação intersubjectiva, estando nela antes de nos apreendermos como singularidade pessoal⁶³. A verdade do Homem é de natureza prática, é uma verdade de seu poder/ser, do espaço de sua transcendência: verdade de si mesmo, em si e em sua dimensão do ser-para-o-outro, ou melhor: a operação de promoção da verdade do outro é aquela que abre espaço à própria verdade, o sentimento da verdade existencial, o sentimento de viver no fundamental⁶⁴.

A verdade do Homem é a verdade de seu poder/ser, do espaço de sua transcendência na relação com o outro. «A consciência de si atinge sua satisfação unicamente numa outra consciência de si»⁶⁵, diz Hegel. É o sentimento da verdade existencial, o sentimento de viver no fundamental, que abre horizontes infinitos de possibilidades ao outro⁶⁶. «Estar com» designa, segundo Heidegger, que a relação com o outro não é só uma relação de conhecer, mas também de ser, de ser-com-os-outros. Ser eu é ser eu-com-outros. Colocando desta forma a questão do outro, ou se quisermos da intersubjetividade, a um nível ontológico e metafísico. «O estar-só do Dasein (estar-aí) é também um estar-com-o-outro no mundo.» (Auch das Alleinsein des Daseins ist Mitsein in das Welt)⁶⁷. A compreensão que temos de nós mesmos e dos outros, depende primordialmente do modo de ser do nosso ser-com-o-outro⁶⁸. O mero estar aí das individualidades, como contiguidade de centros egoísticos, deve ceder lugar a um convívio reciprocamente promissor de liberdade. A força dialético-construtiva e unificadora à realidade humana é justamente o anseio de superar o já dado do nosso ser-com-o-outro, em formas cada vez mais amplas e transparentes de nossa fisionomia

⁶² Vicente FERREIRA DA SILVA, *Sentido da Dialéctica intersubjectiva, Dialéctica das consciências e outros ensaios*, Ed. Imprensa Nacional Casa da Moeda, Prefácio de António Braz Teixeira, Lisboa 2002, 212-227. 212-213.

⁶³ *Ibidem*, 196-211. 197-198.

⁶⁴ *Ibidem*, 212-227. 214-215.

⁶⁵ Georg Friedrich HEGEL, *fenomenologia do espírito*, traduzido por Paulo MENESES, Vozes, Brasil, 2011, 153.

⁶⁶ Vicente FERREIRA DA SILVA, *Sentido da Dialéctica intersubjectiva, Dialéctica das consciências e outros ensaios*, Ed. Imprensa Nacional Casa da Moeda, Prefácio de António Braz Teixeira, Lisboa 2002, 212-227. 214-215.

⁶⁷ Martin HEIDEGGER, *Sein und Zeit, Halle*, Max Niemayer Verlag, Tubingen, 1927, 116.

⁶⁸ Vicente FERREIRA DA SILVA, *O outro como problema teórico e como problema prático Dialéctica das consciências e outros ensaios*, Ed. Imprensa Nacional Casa da Moeda, Prefácio de António Braz Teixeira, Lisboa 2002, 171-179. 174-175.

ontológica; (senão) há a supressão da vida intersubjetiva. Um estado definitivo e acabado das relações inter-humanas representaria o esclerosamento de um vínculo necessariamente vivo e sempre novamente escolhido, mediante a reciprocidade dos dois polos subjetivos. Como diz Jaspers, a insuficiência do elo comunicativo é uma das manifestações de que, para o Homem, a verdade só é dada como verdade em devenir, e não posse definitiva do espírito, que equivale a desconhecer o fundamento mesmo da vida espiritual⁶⁹.

Paralelamente à reflexão transcendental sobre a questão da intersubjetividade, desenvolveu-se uma corrente de pensamento que poderíamos designar como dialógico e que teria em Martin Buber e Emmanuel Levinas os seus mais destacados representantes.

Para estes autores, o outro não se deduz transcendentalmente do eu, antes surge e se manifesta diante dele do modo espontâneo e absoluto, como algo imprevisível e não programável. Segundo Martin Buber, considerado o fundador desta corrente, a relação que se estabelece entre o Homem e as coisas (*Ich-Es*), e que de certo modo foi a matriz de toda a filosofia ocidental, deveria ceder esse lugar central a uma outra relação que se estabelece entre dois sujeitos humanos: entre o Eu e o Tu. A primeira relação é objetivante, assimétrica; o Eu domina o isso, que se converte num objeto inerte e passivo. De certo modo esse lugar foi ocupado ao longo da história da filosofia pelos entes, pela substância individualizada pela coisa-em-si, pelo fenoménico ou mesmo pelo (*Dasein*).

Pelo contrário a relação Eu-Tu supera o objectivismo do Eu-Isso, situando-se num plano qualitativamente diverso. “A tese fundamental de Buber é que a relação com o tu não é só uma relação com os demais, mas a relação por excelência, o *primum cogitum*, o facto primordial de toda a filosofia e antropologia”⁷⁰. A grande coordenada do pensamento antropológico de Levinas consiste na inequívoca primazia do Outro, que surge, no autor, habitualmente sob a figura paradigmática da *epifania do rosto*⁷¹. Esta

⁶⁹ Vicente FERREIRA DA SILVA, *A Dialética da Solidão e do Encontro, Dialética das consciências e outros ensaios*, Ed. Inpressa Nacional Casa da Moeda, Prefácio de António Braz Teixeira, Lisboa 2002, 196-211. 198-199.

⁷⁰ Carlos BEORLEGUI, *Lecturas de Antropologia Filosófica*, ed. Dsclée de Brower, Bilbao, 1988, 232.

⁷¹ O pensamento antropológico levinasiano, todo ele centrado na primazia do Outro – que surge sob a figura paradigmática do rosto, transparece um pensamento do Infinito. Esta ideia do Infinito está presente na relação social do Eu (Mesmo) com o Outro (Rosto). Uma relação ética marcada pela preservação da

figura-noção apresenta dois aspetos essenciais: por um lado, o facto de o outro se impor por si mesmo, por sua própria força, e não de modo derivado a partir do eu ou do sujeito, dando lugar, antropologicamente, a uma autêntica experiência metafísica e religiosa: por um lado, o reconhecimento do outro não se produz apenas a um nível privado, intimista, mas assume uma verdadeira dimensão ética, pois o outro manifesta-se no mundo enquanto ser indigente, reclamando as nossas opções e acções éticas. Ao nível do conhecimento convém distinguir que enquanto o real, ou as coisas podem ser desveladas, o outro manifesta-se, daí podermos efetivamente falar de uma *epifania*. Finalmente o lugar do outro é o lugar de Deus, e o único caminho para a ele aceder. Como Levinas afirma: “A dimensão do divino abre-se a partir do rosto humano”⁷². E se a via assim se revela próxima e gratificante, não será por isso menos exigente, pois a exigência de Deus manifesta-se através da exigência do outro, que constantemente nos interpela, na sua diferença e na sua indigência. Contemplar o outro é já contemplar o *Vós*(Altíssimo).

As estruturas fundamentais da convivência são a comunidade ou sociedade. A convivência humana, constituída pelo amor, é a comunidade, e constituída pelo direito é sociedade: a comunidade constitui, de certa forma, o aspecto interior e a sociedade representa o aspecto exterior. Formas fundamentais de agrupamento humano são a comunidade, sociedade e massa; e nos agrupamentos concretos prevalece ou o elemento comunitário ou o societário ou o massificante⁷³. A massa é uma caricatura da comunidade de pessoas livres sem o espírito de massa. A comunidade é o lugar em que se partilha o que nos divide e o que nos liga - a liberdade⁷⁴. A comunhão humana, esperada, do Homem singular e convivente, implica uma dialética entre livre comunhão e desinteressada fraternidade, com uma comunidade universal de valores fraternos (e) uma ordem social com a liberdade como a lei das leis, que na reciprocidade do amor encontra a sua expressão.

alteridade e da subjetividade. Linha essa que se distancia e quebra de forma abrupta com todo o proceder e pensar que pautou a história da filosofia ocidental.

⁷² Emmanuel LEVINAS, *Totalidade e Infinito*, Edições 70, Lisboa, 2000, 64.

⁷³ Arthur RABUSKE, *Antropologia Filosófica*, Vozes, Petropolis 1995, 154.

⁷⁴ José Augusto MOURÃO, *A palavra e o Espelho*, Paulinas, Lisboa 2000, 23.

A abertura ao outro mostra-o no dom de si próprio, que escapa por ser sempre excessivo como dom⁷⁵; excessivo, dando-se, se esconde, e nos acena, sem o possuímos.

“Esta experiência do Outro, que se manifesta pela presença viva do Rosto, que me fala, que me interpela, é já alteridade. Alteridade que me revela um outro absoluto, infinitamente transcendente e estranho, que se apresenta a mim. Este relacionar-se com o Outro é possível pela linguagem. A linguagem dos olhos, que me falam, que me interpelam e que se torna presente a mim, face ao qual não consigo fazer ouvidos moucos. Que torna vivo o evento originário da transcendência do Rosto. Pois na sua pura significação, enquanto Enigma, é visitação e vinda, é a intriga do Infinito no finito. É o lugar onde se opera a metafísica, na medida em que aponta um para além do ser. Este Rosto que ultrapassa todo e qualquer conhecimento”⁷⁶.

O dom, como é próprio de bens espirituais, une e cresce partilhando-se, pois o doador “não pode manter a posse senão em comum com outros”⁷⁷.

1.2. A pessoa e a comunidade

A comunidade nasce do processo de aprendizagem do dar-se; de converter a vida a um novo ser uns com os outros, como o *ser para* de Jesus Cristo⁷⁸. Ao dar-se, cada um enriquece o outro, que passa a dador; e “ambos partilham a alegria” grata pela vida que nasce. A comunidade é constituída com aqueles que dão a vida, se transcendem “na direção” em Arthur Rabuske “entre pessoa e comunidade há uma relação dialética: a pessoa só é de facto o que o conceito designa na medida em que ela se transcende na direção da comunidade, na autodoação, no serviço, na cooperação. E a comunidade

⁷⁵ Cf. Jean-Luc MARION, *Étant donné. Essai d'une phénoménologie de la donation*, PUF, Paris, 1997.

⁷⁶ Cf. Etelvina NUNES, “O rosto e a passagem do Infinito”, *Revista Portuguesa de Filosofia*, Tomo XLVII, Fasc. 1 (1991) 6-12.

⁷⁷ A “Cidade de Deus” (S. Agostinho) apresenta os seus membros unidos por um bem que cresce na medida em que é partilhado por outros. “A posse do bem, de modo algum, diminui quando chega mais um possuidor... que não pode manter esta posse senão em comum com outros” (XV, cap. 5).

⁷⁸ Rm 15,2-3 “Procure cada um de nós agradar ao próximo no bem, em ordem à construção da comunidade. Pois também Cristo não procurou o que lhes agradava; ao contrário, como está escrito....”

somente é uma autêntica comunidade humana - e não uma máquina anónima e despersonalizante - na medida em que tem na liberdade dos indivíduos a substância sustentadora e o fim a ser concretizado. Esta dialética é de carácter ontológico; em outros termos, situa-se no nível do que Peter BERGER chama de "constantes antropológicas". Vale sempre, abstrai das variações sócio-culturais"⁷⁹. A comunidade implica estes dois elementos: o dar-se como novo ser uns com os outros e a aprendizagem deste novo modo de ser, dar-se como um aprender a ser.

A comunidade segundo Romano Guardini, constrói-se na partilha de conhecimento "Comunidade significa ver o outro na sua natureza, para o conhecer. Aquele não pode ser. Tem de permanecer ele. Mas eu quero entendê-lo, e nisto estou ligado com ele. Ele deve seguir o seu caminho; eu o meu. Mas eu quero seguir este caminho, de modo que ele vai ali e eu aqui, e nós na permuta de conhecimento somos um. Ele tem que fazer a sua ação, eu a minha. Eu porém reconhecerei, como ela cresce dele; como ele a pensa; como vive na sua ação, porque ele é porque diretamente a sua. Igualmente ele me reconhecerá. E nisto teremos comunidade. O conhecimento de um protegerá o outro e o levará. Ele sentir-se-á salvo nisto, reconhecido e corresponsabilizado. Nesta compreensão descansará a confiança então. Eu sei do outro, como de mim; sei por isso sobre que construo se construo sobre ele. Nesta compreensão descansará a fidelidade: Eu conheço-o, como um fundamento claramente compreendido, e sei, ele suportará a casa seguramente. Naquela compreensão descansará o respeito: Eu sei, a sua natureza é unida genuinamente, e ganha o dom da alta estima"⁸⁰, recíproco, unidade de conhecer e não conhecer, de desconhecimento para desconhecimento, pois o outro é "compreensível e estranho", liberdade, mistério impenetrável; pois, cada um é Mistério impenetrável, revela-se como alguém como outro eu, acessível no "ato dialético de pensar o "tu" no encontro, a ganhar na confiança da partilha e não como função, ou coisa a dominar, "massa de manobra", "objeto", coisa a dominar, instrumento impessoal. Por isso, a comunidade constitui-se como "um" pela interação, permite o "poder de fazer dizer 'eu' a cada um membro de um grupo humano", que se torna alguém, e não mercadoria como "objeto" ou "massa de manobra", mas se "liberte em comunhão", "na sua vocação ontológica e histórica de ser mais" com outros.

⁷⁹ Cf. Arthur RABUSKE, *Antropologia Filosófica*, Vozes, Petrópolis 1995, 151-152.

⁸⁰ Cf. Romano GUARDINI, *Do Sentido da Comunidade* (Vom Sinn der Gemeinschaft), Verlag der Arche, Zürich 1950, 28-29.

A comunidade, no dar-se recíproco, revela que “o mais verdadeiro está entre as pessoas, e não pode senão partilhar-se, com outros que também procuram ser mais e em comunhão”. Michel de Certeau diz: “Os outros são as nossas verdadeiras viagens. Também a prática da comunicação é o lugar real da vida religiosa. Cada partida altera, alarga, renova este lugar, que permanece no entanto a referência e o desafio da verdade que não pertence a alguém em particular. A comunidade é finalmente a regra de todos os gestos que parecem inicialmente ameaçá-la: a relação é a lei, na vida do grupo como na experiência da fé. Não há mais lugar aqui para o individualismo que atribui a um Homem único o privilégio de definir a verdade tornando-se proprietário dela, o ermita ou o tirano do grupo. A verdade religiosa não se capitaliza. Ele não pode senão partilhar-se. Ela partilha. Também a prática comunitária consiste em fazer em conjunto esta verdade e apostar conjuntamente sobre o ato de crer.”⁸¹.

Pessoas e não objeto e “se educam em comunhão” em que “o conhecimento pelo conhecimento vem coincidir com o interesse pela maioria”, para uma sociedade emancipada, pelo diálogo, livre da dominação, de todos com todos, (que dá) o padrão de uma identidade do eu reciprocamente constituída como a ideia do verdadeiro consenso”, em que “a verdade dos enunciados funda-se na antecipação da vida conseguida”⁸².

O paradoxo do eu acentua que “eu não sou meu mas o meu ‘eu’ é de um outro”, de modo que o mais nosso, o “eu” é, ao mesmo tempo, o menos nosso”, “o que mais tenho e menos me pertence”. Uma sociedade emancipada, pela maioria dos membros, mostra o padrão de uma identidade do eu reciprocamente constituída pelo consenso, “antecipação da vida conseguida”, como avanço do género humano.

As pessoas encontram-se, dando-se e recebendo-se, e envolvendo outros no processo; a comunidade ‘nasce’ deste consenso de sujeitos, livres, pessoas e não coisas ou objetos.

⁸¹ Cf. Michel de CERTEAU, *La faiblesse de croire*, Cerf, Paris, 1987, 8-9

⁸² Jürgen HABERMAS, *Conhecimento e Interesse, Técnica e Ciência como “Ideologia”*, Ed. 70, Lisboa 2006, 144.

1.3. A pessoa e a relação com o Transcendente e o Mundo

A índole social do Homem demonstra que a promoção da pessoa e o desenvolvimento da sociedade, estão mutuamente condicionados. Com efeito, a pessoa que, de sua natureza, tem necessidade absoluta da vida social, é e deve ser o princípio, o sujeito e o fim de todas as instituições sociais. A vida social não é, pois, para o Homem qualquer coisa de accidental; por isso nas relações com os outros, na reciprocidade de serviços, no diálogo com os irmãos, o Homem desenvolve todas as suas capacidades e pode corresponder à sua vocação⁸³.

Entre os vínculos sociais, necessários à cultura do Homem, uns, como a família e a comunidade política, correspondem mais imediatamente à sua natureza profunda; outros precedem antes da sua vontade livre. Nos dias de hoje, por várias razões, multiplicam-se cada vez mais as mútuas relações e interdependências, daí o aparecimento de diversas associações e instituições diversas, tanto de direito público como privado. Embora este fenómeno, designado pelo nome de socialização, não seja isento de perigos, pois traz consigo muitas vantagens para robustecer e desenvolver as qualidades da pessoa e para defender os seus direitos⁸⁴.

Mas se as pessoas, para realizarem a sua vocação, recebem muito da vida social, não pode, contudo, negar-se que os homens, por força dos contextos sociais em que vivem e mergulham desde a infância, são, muitas vezes, desviados de fazer o bem e impelidos para o mal. É certo que as revoluções, que tão frequentemente ocorrem na ordem social, procedem em parte da tensão que existe no seio das estruturas económicas, políticas e sociais. Mas têm origem mais profunda no orgulho e egoísmo dos Homens, que pervertem também o ambiente social⁸⁵.

O Homem transcende-se, tem a capacidade de ver o mundo, e de se ver a si do lado de fora. Com a religião transcendente (e com a referência a um Deus único e absolutamente transcendente) o Homem descobre-se como um ser que se decide a si próprio (o ser humano transcende o mundo, está mais perto do ser absoluto do que dos seus relativos). No entanto, o ser humano produz-se a si próprio a partir de um ponto, a nossa vida corporal. Esta é anterior à consciência, emerge de dentro do mundo, logo a capacidade do Homem se autoproduzir é relativa. Mas ao ter um ponto de vista exterior

⁸³ CONCÍLIO VATICANO II, Const. Past., *Gaudim et Spes*, 25, AAS 58 (1966).

⁸⁴ JOÃO XXIII, Encíclica *Mater et Magistra*: AAS 53 (1961), 418.

⁸⁵ CONCÍLIO VATICANO II, Const. Past., *Gaudium et spes*, 4, AAS 58 (1966).

ao cosmos, torna o Homem dom de si próprio. A relação com o Outro Absoluto, Ser ou Deus, é o significado do que chamamos Religião, por um lado de pertença, por outro de dependência.

A religião é a gramática com que todas as culturas reconstituem a harmonia entre o cosmos e o ser humano. É na transcendência ao cosmos que reside o valor do do ser humano, fonte objetiva da ética e do direito. O ser humano é responsável pelos seus atos, autodetermina-se, mas não depende só de si.

Todas as culturas são construídas por pautas comportamentais que dão resposta à relação com o mundo natural (sistema técnico) e com o mundo social (sistema ético). O ser humano tem de ligar as duas atividades através do sistema simbólico. Há um subsistema simbólico universal para justificar a paradoxal condição humana. A religião é a parte do sistema simbólico que exprime a gramática da dependência do ser humano, exprime a dependência e a não dependência, a pertença e a não pertença através dos ritos, que ligam o significante ao significado: o compromisso com o bem e a verdade, na religião revelada. A religião determina a cultura, configura o inteiro sistema de cultura a partir do seu átomo, os costumes, e determina-os na demanda do bem e da verdade.

A situação religiosa da modernidade é uma situação de remoção do transcendente. Caracteriza-se pelo retorno à imanência, pela submissão ao mundo natural ou social. Na primeira modernidade verificou-se uma imitação dos antigos, *ad modum antiquorum*. A absolutização do estado, do poder político, onde o Estado é deus é uma cópia da Pólis de Platão de Aristóteles. E o poder absoluto gostava de uma sociedade indiferenciada. Na pós-modernidade (segunda modernidade, séc. XXI) a Natureza é Deus: é a absolutização da natureza, a sua sobrevalorização, sendo a biosfera a sede de direitos. Desvaloriza-se o ser humano, aplanam-se as diferenças ontológicas entre os Homens e os outros seres da natureza, que levará ao abismo ontológico.

2. A missão da Escola na educação integral da pessoa

A Escola não pode ser apenas um conjunto de atividades; é uma visão de vida, persistente e longamente perseguida e afirmada. É o lugar onde cada aluno investe do seu tempo, o lugar indicado à transmissão e promoção dos valores espirituais.

A missão da Escola é então promover a Educação sendo o ato de educar a tentativa sempre renovada de encontro com o sentido da vida. O que pressupõe, não só saber o que é educar, mas também saber para e como se educa numa perspetiva de desenvolvimento contínuo. No entanto não poderá ser a Escola a única instituição a poder ser responsabilizada pela formação das gerações mais jovens. Neste sentido, Ariana Cosme diz: «pode afirmar-se que a Escola, mais do que assumir novas responsabilidades, deverá transformar-se internamente, quer ao nível das suas representações sobre o que é educar, o que é ser aluno ou o que é aprender, quer ao nível das modalidades de organização e de intervenção educativa, que propõe, de forma a poder cumprir, por esta via, as funções que lhe competem assumir e que mais ninguém poderá assumir por ela»⁸⁶. Terá a escola de rever/adequar a sua função e as suas características?

2.1. A escola e a educação integral da pessoa

Uma antropologia assumida com coerência nas suas exigências e nas suas consequências, implica a defesa e a valorização da verdade, como fundamento da cultura. Verdade e cultura entendidas não apenas na sua manifestação e expressão discursivas, mas comprometidas na adequação e justeza do agir e na retidão e justiça das relações. [...] A educação é o percurso da personalização, e não apenas socialização e formação para a cidadania. A educação autêntica é a educação integral da pessoa. Isto exige promoção dos valores espirituais, estruturação hierárquica de saberes e de valores, integração do saber científico/tecnológico num saber cultural mais vasto, mais abrangente e mais englobante. Exige igualmente partilha dos bens culturais e democratização no acesso aos conhecimentos, aos saberes científicos e competências tecnológicas, que são património comum da humanidade. Exige, ainda, promoção do Homem-pessoa em recusa do Homem-objeto de mercado, rejeição de todas as formas de alienação do ser humano, defesa do primado da solidariedade e da fraternidade sobre o interesse egoísta e a competição desenfreada. [...] “A escola é um projeto educativo em marcha que, necessariamente, brota de uma convicção que, por sua vez, radica num

⁸⁶ Ariana COSME, *Ser Professor*, A acção docente como uma acção de interlocução qualificada, LivPsic, Porto, 2009, 161-162

determinado modelo de Homem e de sociedade. [...] Não há, portanto, educação e ensino alheios a preocupações de ordem filosófica, ideológica, política e religiosa”⁸⁷.

Como missão da escola, «A defesa e a valorização da verdade, como fundamento da cultura». Verdade e cultura, entendidas não, apenas na sua manifestação e expressão demonstrativas, mas comprometidas na adequação e apropriação do agir e na virtude e justiça das relações» um vasto programa formativo de grande alcance, para o qual devem concorrer todas as áreas disciplinares⁸⁸.

A referência à educação como «percurso de personalização e não apenas socialização e formação para a cidadania» remete para a importância do contributo da escola no crescimento de cada aluno como pessoa, promovendo a maturação da sua identidade em confronto com outras identidades sócio-culturais e religiosas, que só conhecendo se podem conscientemente respeitar.

A escola, entendida como «projeto educativo em marcha», visa assinalar a dinâmica das comunidades que nela confluem e aí arrojam as diversas mundividências e modelos que transportam e, deste modo, permite acentuar a importância da participação de toda a comunidade escolar na definição das suas opções e prioridades, atualizando as potencialidades já consagradas na lei.

A propósito das condicionantes e problemas hodiernos da escola, sublinham -se as seguintes afirmações, que pretendem obviar ao perigo de «tal instituição se tornar um fim em si mesma» por força da longa escolaridade, própria dos nossos dias:

A nossa época encontra-se despojada das referências últimas, fustigada pela dispersão dos saberes, marcada pela volatilidade dos compromissos, contaminada pelo relativismo dos valores⁸⁹. É dever e missão dos agentes culturais mais conscientes e responsáveis do nosso tempo, nomeadamente aqueles que, nas escolas, educam as novas gerações, descortinar horizontes de referência, marcos orientadores, esquemas unificadores capazes de hierarquizar e ordenar saberes e valores e discernir critérios de

⁸⁷ CONFERÊNCIA EPISCOPAL PORTUGUESA, *A Escola em Portugal*, 7-11.

⁸⁸ “A educação promove o desenvolvimento do espírito democrático e pluralista, respeitador dos outros e das suas ideias, aberto ao diálogo e à livre troca de opiniões, formando cidadãos capazes de julgarem com espírito crítico e criativo o meio social em que se integram e de se empenharem na sua transformação progressiva.” LBSE.

⁸⁹ A nossa incapacidade para nos compreendermos uns aos outros é tão grande como sempre. E na realidade parece cada vez maior.

avaliação de comportamentos com especiais implicações sociais. A seguir à família⁹⁰, a escola deve ser o lugar de assumpção das primeiras responsabilidades, em que a criança descobre que não está só, que existem solidariedades, que ela pode e deve assumir compromissos para ajudar a melhorar o curso do mundo⁹¹.

2.2. A Religião e o Estado. Relação

Como fenómeno que penetra nas esferas mais íntimas da consciência humana o fenómeno religioso tem tido sempre importantíssima projecção política e jurídico-política. Tem influído constantemente não só na história cultural mas também na história política. Nenhuma Constituição deixa de o considerar e repercute-se ainda no Direito internacional.

Apresentam-se, no entanto, muito diferentes, conforme as épocas e os lugares, os tipos de Estado e os regimes políticos, o sentido da sua relevância e o teor das relações entre poder público e confissões religiosas. E não admira que seja assim, em consequência da própria diversidade de religiões, das concepções subjacentes à comunidade política, das finalidades assumidas pelo Estado, de todos os mutáveis condicionalismos culturais, económicos e sociais.

“Solucionar problemas geralmente é uma questão de mudar a forma como as pessoas fazem as coisas, ou como elas veem o mundo. Não importa o quanto desejemos que o governo nos deixe em paz, quando nos confrontamos com grandes problemas sociais, esperamos que o governo empenhe todos os seus esforços para mudar as atitudes ou crenças das pessoas envolvidas na criação ou na solução destes problemas. Em outras palavras, geralmente esperamos que o governo mude a cultura das pessoas... A cultura agora está na agenda das

⁹⁰CONFERÊNCIA EPISCOPAL PORTUGUESA, *A escola em Portugal*, Educação integral da pessoa humana, 90. “Quando a família socializava, a escola podia dedicar-se a ensinar. Agora que a família não cumpre plenamente o seu papel socializador, a escola não só não pode efectuar a sua tarefa específica com a eficácia do passado, como também começa a ser objecto de novas exigências para as quais não está preparada.

⁹¹*Ibidem*, 15.

reformas do governo, pois sabemos, a partir de uma série de recentes pesquisas, que a cultura talvez seja o fator determinante mais importante em uma combinação de sucesso económico e coesão social, a longo prazo”⁹².

2.2.1. A Religião e o Estado

Notícia retirada do Jornal Expresso do dia 16 de dezembro de 2015: “O Diretor do Instituto Garofani de Rozzano, próximo de Milão, decidiu cancelar as festividades de Natal por respeito às várias culturas e credos dos alunos. Cerca de 20% de estudantes não são cristãos, sendo que a maioria pertence a famílias muçulmanas. É, compreende-se, demasiada gente para ser ignorada. Não é verdade o que se escreveu em muitos jornais: o Natal não foi cancelado naquela escola. Apenas o concerto de Natal das crianças do primeiro ciclo foi adiado para 21 de janeiro e passou a ser um concerto de inverno, sem temas com conteúdos religiosos. E o responsável rejeitou a proposta de duas mães que queriam ensinar canções de Natal a crianças de famílias a quem o Natal, nada diz. No entanto, as festas de Natal de cada sala continuaram a existir. A decisão do diretor do instituto, Marco Parma, não caiu do céu aos trambolhões. Como explicou, no último concerto de Natal as crianças muçulmanas não cantaram, ficaram apenas paradas, absolutamente rígidas. E várias foram chamadas pelos pais para sair do palco. Marco Parma não inventou um problema onde ele não existia. Tentou resolvê-lo, procurando transformar aquela festividade, numa escola multirreligiosa, numa coisa que não excluísse uma parte significativa dos alunos. Defendeu que o “respeito pelas sensibilidades daqueles que pensam de forma diferente, têm culturas e religiões diferentes, é um passo em frente para a integração”. E a sua decisão contou com o apoio dos professores”.

O que mobilizou o diretor do Instituto Garofani, que tentou transformar um concerto de Natal numa festa de criou aqui um problema, é que em vez de criar pontes entre crianças e pais cristãos e muçulmanos tentou amputar uma parte da sua cultura. Em vez de exibir a diferença para a tornar compreensível, tentou escondê-la.

⁹² PERRI, *Governing by cultures*, In: Geoff MULGAN, (ed.) *Life after politics*, Fontana/DEMOS, Londres, 1997, 260.

O laicismo como caricatura da laicidade. Um abatimento negativo, alheado e grotesco da laicidade, que sente a religião como realidade ameaçadora e reage, quase sempre por via legislativa e de modo desproporcionado, restringindo direitos humanos tão fundamentais como são os da liberdade de expressão e liberdade religiosa. Cito o secretário das relações da Santa Sé com os Estados, o arcebispo Giovanni Lajolo, “quando a laicidade dos Estados é como deve ser, expressão da autêntica liberdade, favorece o diálogo e, portanto, a cooperação transparente e regular entre a sociedade civil e a religiosa, a serviço do bem comum, e contribui para a edificação da comunidade internacional sobre a base da participação e não sobre a exclusão e o desprezo” A laicidade merece todo o respeito. Ao laicismo está reservada uma fundada e dramática ironia histórica. Como dizia João Paulo II, “é uma ideologia que leva gradualmente, de forma mais ou menos consciente, à restrição da liberdade religiosa, até promover o desprezo ou a ignorância de tudo o que seja religioso, relegando a fé à esfera do privado e opondo-se à sua expressão pública”. Bem diversamente, o fenómeno religioso tem consagração no âmbito da proteção internacional dos direitos do Homem. Lê-se na Declaração Universal, de 1948: “Toda a pessoa tem direito à liberdade de pensamento, de consciência e de religião: este direito implica a liberdade de mudar de religião ou de convicção, assim como a liberdade de manifestar a religião ou a convicção, sozinho ou em comum, tanto em público como em privado, pelo ensino, pela prática, pelo culto e pelos ritos” (art.18º). Todos os tratados gerais de direitos, sejam a nível universal, sejam a nível regional, desenvolvem este princípio, e existe mesmo desde 1981 uma Declaração sobre a eliminação de todas as formas de intolerância ou de discriminação por causa da religião ou da convicção. Como se sabe, são muitos os Estados, onde, ou por causa de fundamentalismo religioso ou do totalitarismo político, a liberdade religiosa está longe de ser garantida e se verificam perseguições.

A liberdade religiosa aparece indissociável, como não podia deixar de ser, da liberdade de consciência. No entanto, não se lhe assimila, visto que a liberdade de consciência é mais ampla e compreende quer a liberdade de ter ou não ter religião (e de ter qualquer religião) quer a liberdade de convicções de natureza não religiosa (filosófica, designadamente); e, depois porque a liberdade de consciência vale, por definição, só para o foro individual, ao passo que a liberdade religiosa possui também

uma dimensão social e institucional⁹³. A liberdade de consciência, de religião e de culto é inviolável (art. 41º, nº 1). E ela compreende: A liberdade de manifestar a religião, separadamente ou em comum, tanto em público como em privado, pelo ensino, pela prática, pelo culto ou pelos ritos (art.18º da Declaração Universal)⁹⁴; Ninguém pode ser perseguido, privado de um direito ou isento de obrigações ou deveres cívicos por causa das suas convicções ou prática religiosa (art. 41º, nº 2). A lei de liberdade religiosa de 1971 foi revogada – com grande atraso sobre a feitura da Constituição democrática – por uma nova lei, a Lei nº 16/2001, assente nos seis grandes princípios da liberdade, da igualdade, de separação, de não confessionalidade, de cooperação e de tolerância (arts. 1º a 5º e 7º). No essencial, o princípio da não confessionalidade consiste em o Estado não adotar nenhuma religião, nem se pronunciar sobre questões religiosas (art. 4º, nº 1).

Quanto ao ensino religioso nas escolas públicas ainda que não seja o tema central deste relatório, cito uma frase de Castro Guedes ao jornal o Público: “Incomodam-lhes as Humanidades porque a religião coloca valores acima do utilitário, as Artes, desencadeiam sensibilidades, a Filosofia a faz pensar, a História traz memória, as Línguas permitem comunicação com outros povos, a Psicologia questiona-se sobre a mente e os comportamentos da Pessoa e não do indivíduo, a Sociologia trata do socialmente ativo e não do indivíduo isolado, as Ciências da Educação contribuem para potenciar e compreender a aquisição e transmissão de conhecimentos, etc., etc., etc.. É que tudo isto, as disciplinas das Humanidades, como no étimo da palavra religião, é onde reside o carácter de *re-ligare* a Humanidade em comunidade”⁹⁵.

2.2.2. A Religião e a cultura

“A perda do horizonte metafísico, a perda da nostalgia de Deus no narcisismo autorreferencial e na diversidade de meios de um estilo de vida consumista, o primado conferido à tecnologia e à investigação científica como fim em si mesma, a ênfase dada

⁹³ Cf. José LAMEGO, *Sociedade aberta e liberdade de consciência*, cit., Augusto Silva DIAS, *A relevância jurídica penal das decisões de consciência*, Coimbra, 1986, 65.

⁹⁴ Porque os preceitos constitucionais e legais relativos a direitos fundamentais devem ser interpretados de harmonia com a Declaração Universal.

Devendo a educação favorecer a compreensão, a tolerância e a amizade entre todos os grupos religiosos (art. 26.º, n.º 2, da Declaração).

⁹⁵ Cf. Castro GUEDES, *Teatro e religião*, Humanidades, *Público*, 27. 03. 2014, 46.

ao aparente⁹⁶; da busca da imagem, às técnicas de comunicação, todos estes fenómenos devem ser compreendidos no seu aspeto cultural e colocados em relação com o tema central da pessoa, do seu crescimento integral, da sua capacidade de comunicação e de relação com os outros Homens, do seu contínuo interrogar-se sobre as grandes questões que circundam a existência. Tenha-se presente que «cultura é aquilo pelo qual o Homem se torna mais Homem, “é” mais, chega mais ao “ser”»⁹⁷

Sendo a cultura o horizonte no qual devemos tentar compreender e refletir o ofício de ser pessoa, torna-se facilmente perceptível que a religião não pode ficar excluída desta dimensão. E não o pode, essencialmente por duas ordens de motivos. A primeira, tem a ver com o facto de que no interior e na profundidade de qualquer cultura podemos sempre encontrar algo que tem a ver com o ser humano de um modo incondicional, ou seja, um certo sentido transcendente que não pode ser considerado um acrescento, mas que é como um fundamento último, algo absolutamente sério e por isso mesmo sagrado, mesmo que se expresse mediante palavras profanas. A segunda, porque toda a religião, antiga ou moderna, do norte ou do sul, esta configurada e determinada por um conjunto de condicionamentos sociais, económicos, políticos e emocionais, que num tempo e espaço concretos incidem sobre o ser humano, o que revela como cada religião é inseparável de uma determinada tradição cultural⁹⁸. “Independentemente da opinião que se tenha sobre a religião, ela é um facto que conta. Tem tanta importância que uma escola preocupada com a transmissão crítica da cultura não a poderia recusar. A educação religiosa, enquanto reflexão séria e organizada do fenómeno religioso, longe de contradizer a tarefa própria da instituição escolar, é um dos elementos desta tarefa e responde plenamente à finalidade duma escola que quer educar, integral e harmoniosamente numa sociedade pluralista e democrática.”⁹⁹

A dimensão religiosa, constantemente manifestada na pergunta religiosa que todo o ser humano, sempre e em toda a parte, pode fazer, não pode nunca ser simplesmente reduzida às suas manifestações. As religiões não são as suas

⁹⁶ Cf. CONSELHO PONTIFÍCIO JUSTIÇA E PAZ, *Compêndio da Doutrina Social da Igreja*, Cascais: Príncípa, 2005, 554.

⁹⁷ JOÃO PAULO II, discurso à UNESCO (2 de junho de 1980), nº7, L'Osservatore Romano, ed. Em português, 15 de junho de 1980, 13.

⁹⁸ Cf. Juan AMBROSIO, *Religião e Cultura: procurar o Absoluto na contingência do provisório*, texto disponível em: <http://www.snpcultura.org>. Consultado a 06/04/2016.

⁹⁹ Cf. Deolinda SERRALHEIRO, *O Acto Educativo Religioso e Moral*, Secretariado Nacional da Educação Cristã, Lisboa, 1993, 57.

manifestações históricas, mas não podem ser sem elas. “Com frequência as religiões afirmam que aquilo que constitui núcleo central de toda a sua reflexão e atividade é a procura e a experiência do Absoluto, onde o ser humano pode encontrar sentido para a vida, alcançando as respostas para aquelas perguntas que sempre o acompanham e que fazem parte da sua maneira de ser”¹⁰⁰. Contudo, esta procura do Absoluto inclui obrigatoriamente uma profunda meditação acerca do relativo, ou seja, sobre os condicionamentos histórico-culturais da presença do ser humano e da própria religião no mundo. É no concreto da história, no meio de todas as potencialidades, fragilidades e condicionalismos de uma cultura que pode irromper a presença, muitas vezes só intuída, da transcendência.

É no topo do sistema simbólico que se inicia a alteração da cultura, a religião (subsistema de ritos e mitos) é a forma mais elementar de identificar o ser humano, e ao identifica-lo como único entre os seres da natureza, permite o desenvolvimento técnico, e a conceção objetiva do Bem e da Verdade (fundada na transcendência do Homem), sem a qual não haveria progresso científico, nem ético. O ser humano torna-se assim um ser único, pois é um ser transcendente.

2.3. A EMRC e a Escola

A Lei de Bases do Sistema Educativo, que rege a política educativa desde 1976. No artigo número dois da supracitada Lei é possível obter o seguinte: “Todos os portugueses têm direito à educação e à cultura, nos termos da Constituição da República”, no acesso à educação e na sua prática é garantido a todos os portugueses o respeito pelo princípio da liberdade de aprender e de ensinar, com tolerância para com as escolhas possíveis, tendo em conta, designadamente, os seguintes princípios:

a) Ao Estado não pode atribuir-se o direito de programar a educação e a cultura segundo quaisquer diretrizes filosóficas, estéticas, políticas, ideológicas ou religiosas;

b) O ensino público não será confessional¹⁰¹.

¹⁰⁰ Lluís DUCH, *Antropología simbólica y corporeidad cotidiana*, Centro Regional de Investigaciones Multidisciplinarias/UNAM, Cuernavaca, Morelos, 2008, 77.

¹⁰¹ ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA, Lei n.º 46/86 de 14 de outubro in DIÁRIO DA REPÚBLICA, 1ª série - N.º 237 - 14 de outubro de 1986.

Mas então como enquadrámos a disciplina de EMRC no panorama do ensino público não confessional? O enquadramento jurídico da disciplina de EMRC é regulado pela Concordata de 2004, que entrou em vigor desde o início de 2005, assinada entre a Santa Sé e a República Portuguesa. Este instrumento legal continua a ser ainda hoje “o suporte jurídico fundamental que legitima a Educação Moral e Religiosa Católica nos estabelecimentos de ensino público não superior”¹⁰². O DL n.º 323/83, de 5 de julho, lança os fundamentos da regulamentação da disciplina de Educação Moral e Religiosa Católica, referindo o facto de esta fazer parte do currículo escolar normal das escolas públicas e estar sujeita ao regime aplicável às restantes disciplinas curriculares, salvaguardado o seu carácter específico.¹⁰³

A Lei de Bases determina a inclusão da disciplina de Educação Moral nos planos curriculares do ensino básico e secundário, embora de frequência facultativa.¹⁰⁴ O DL n.º 70/2013 de 23 de maio e o DL 323/83 de 5 julho, de acordo com o art.º 21 da Concordata, reúne e configura toda a legislação anterior e abre caminho ao direito dos alunos e dos encarregados de educação de escolherem um projeto educativo assente nos valores desta disciplina.

Uma reflexão relativamente à questão do estudo da religião em contexto escolar urge. Partindo de uma constatação de um facto importante, a fragmentação e diversidade da cultura europeia atual, aludindo à sociologia de Peter Berger que afirma que «...o âmago do processo de secularização: a pluralização das visões do mundo.»¹⁰⁵

No entanto devemos ter em conta que este novo paradigma da pluralização proíbe uma visão preponderante, quer seja religiosa ou secularizada. Resulta deste paradigma uma certa relativização do religioso que é transportado para a esfera do privado, do individual, o que parece favorecer um fortalecimento das subculturas religiosas.

¹⁰² CONFERÊNCIA EPISCOPAL PORTUGUESA, Educação Moral e Religiosa Católica. Um valioso contributo para a formação da personalidade, Fátima, 2006, 4.

¹⁰³ Cf. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CIÊNCIA, Decreto-Lei n.º 323/83 de 5 de julho de 1983 in DIÁRIO DA REPÚBLICA, 1ª série - N.º 152 - 5 de julho de 1983.

¹⁰⁴ Cf. ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA, Lei n.º 46/86 de 14 de outubro in DIÁRIO DA REPÚBLICA, 1ª série - N.º 237 - 14 de outubro de 1986.

¹⁰⁵ Cf. Peter BERGER, “*A Dessecularização do Mundo*”: uma visão global. In: *Religião e Sociedade*, vol. 21, n.º 1, CER/ISER, Rio de Janeiro, 2001, 9-23.

“Nos nossos dias a exuberância dá lugar à pobreza. Assistimos hoje, não a um natural processo de transformação e de invenção de novas formas de expressão da fé, mas sim à progressiva diluição e perda da dimensão afetiva da relação com Deus”¹⁰⁶.

Um renovado interesse pela religião, como que força a ação política a reconhecer as tradições religiosas e a criar contextos favoráveis à aproximação inter-religiosa.

«A evolução repentina e por vezes contraditória do nosso tempo suscita desafios educativos que interpelam o mundo da escola.»¹⁰⁷ As rápidas mudanças estruturais, as profundas inovações técnicas e a globalização da economia incidem cada vez mais sobre a vida do Homem em todas as partes do mundo. Contrariamente à perspectiva de um desenvolvimento para todos, assistimos ao crescimento acentuado da diferença entre os povos ricos e os pobres e as enormes ondas migratórias dos países subdesenvolvidos para os países desenvolvidos. As rápidas mudanças estruturais, as profundas inovações técnicas e a globalização da economia incidem cada vez mais sobre a vida do Homem em todas as partes do mundo. O fenómeno de uma sociedade multicultural que se torna cada vez mais multirracial, multi-étnica e multireligiosa, traz consigo não só enriquecimento, mas também novos problemas. A isto se junta, nos países de antiga evangelização, uma marginalização crescente da fé cristã como ponto de referência e luz na interpretação efetiva e convicta da existência.

A Educação e a Educação religiosa encontram-se perante novos desafios criados pelo contexto sócio-político e cultural. Trata-se, especialmente da crise de valores, que, sobretudo nas sociedades ricas e desenvolvidas, assume muitas vezes as formas de subjetivismo difuso e de relativismo moral, exaltados pelos meios de comunicação social. O profundo pluralismo, que invade a consciência social, dá origem a comportamentos diferentes, às vezes de tal maneira antitéticos que acabam por destruir qualquer identidade comunitária.

“Pois bem, educar nunca foi fácil e hoje parece ser cada vez mais difícil. Este facto é bem conhecido pelos pais de família,

¹⁰⁶ Isabel VARANDA, *Cristianismo e Cultura: Novos Desafios*. In *Theologica II* série, VOL. XLII; Fasc. 1, 2007.

¹⁰⁷ CONGREGAÇÃO PARA A EDUCAÇÃO CATÓLICA, *Educar juntos na escola católica missão partilhada de pessoas consagradas e fiéis leigos*, 2008.

professores, sacerdotes e todos os que têm responsabilidades educativas directas. Fala-se, por este motivo, de uma grande «emergência educativa», confirmada pelos fracassos que os nossos esforços encontram com muita frequência para formar pessoas sólidas, capazes de colaborar com os outros e de dar um sentido à própria vida. Então atribui-se a culpa espontaneamente nas novas gerações, como se as crianças que hoje nascem fossem diferentes das que nasciam no passado. Fala-se também de uma «fractura entre as gerações», que certamente existe e tem o seu peso, mas é mais o efeito e não a causa da falta de transmissão de certezas e de valores”. (Bento XVI)¹⁰⁸

Neste contexto, é urgente oferecer aos alunos um percurso de formação escolar que não se limite a uma formação instrumental e individualista, mas é preciso ir mais além, é necessário que os estudantes façam uma experiência de forte partilha com os educadores. «A relação pedagógica torna-se educativa quando, em vez de reduzir à transmissão do saber, compromete dois seres num encontro onde cada um ao descobrir o outro se reconhece a si próprio, e o onde começa uma aventura humana»¹⁰⁹. Para isso os educadores devem ser interlocutores afáveis e preparados, capazes de suscitar e orientar os estudantes para a busca da verdade e do sentido da existência. "A Igreja é como uma família humana, mas é ao mesmo tempo a grande família de Deus, mediante a qual Ele forma um espaço de comunhão e de unidade através de todos os continentes, culturas e nações"¹¹⁰. Educar em comunhão e para a comunhão. “O Homem não se pode tornar Homem a não ser pela educação. Ele não é senão, o que a educação faz dele”¹¹¹ assim, só pode realizar-se autenticamente num contexto relacional e comunitário. Por este motivo a escola, coloca-se ao lado da família como o espaço educativo comunitário, orgânico e intencional e apoia o seu empenho educativo, segundo a lógica da subsidiariedade. A EMRC na escola, tem por finalidade formar a pessoa na unidade integral do seu ser, ajudar a amadurecer as interrogações sobre o sentido da vida

¹⁰⁸ Carta do Papa Bento XVI à Diocese de Roma, sobre a tarefa urgente da educação, 2008, disponível em: https://w2.vatican.va/content/benedict-xvi/pt/speeches/2008/february/documents/hf_ben-xvi_spe_20080223_diocesi-roma.html. consultado a 15 de fevereiro de 2016.

¹⁰⁹ Marcel POSTIC, *A Relação Pedagógica*, Padrões Culturais editora, Lisboa, 2008, 13

¹¹⁰ Bento XVI in Vigília com os jovens. Jornada Mundial da Juventude de Colónia, Agosto 2005.

¹¹¹ Immanuel KANT, *Réflexions sur L'éducation*. Trad. Philonenko. A. Paris: Librairie Plilosophique, J. Vrin, 1966, 75.

“mostrar que o Evangelho de Cristo oferece uma verdadeira e plena resposta, cuja fecundidade inexaurível se manifesta nos valores de fé e de humanidade, expressos pela comunidade crente e arraigados no tecido histórico e cultural das populações da Europa”¹¹², envolvendo a pessoa na dinâmica das relações interpessoais que constituem e vivificam a comunidade escolar. Assim esta comunidade, deve aspirar a constituir-se em comunidade cristã, comunidade de fé, capaz de criar relações de comunhão, em si educativas, cada vez mais profundas, onde o educador tem um papel preponderante.

A formação profissional do educador é um aspeto fundamental, que não implica apenas, um amplo leque de competências culturais, psicológicas e pedagógicas, mas exige também a capacidade de sintetizar competências profissionais e motivações educativas, com uma particular atenção à disposição relacional hoje exigida pela prática cada vez mais colegial da profissão docente. De acordo com uma publicação da Organização, Cooperação e Desenvolvimento de Economia (OCDE) “não basta apenas aos professores o “saber o quê”, o “saber porquê”, e o “saber como”. É preciso o “saber quem”¹¹³. O educador é visto e desejado como um interlocutor amável e preparado, capaz de motivar os jovens para uma formação completa, de suscitar e orientar as suas energias melhores para uma construção positiva de si e da vida. Ao educador é pedida uma constante actualização dos conteúdos das matérias que ensina e dos métodos pedagógicos que usa. A formação contínua é muito importante na valorização e atualização constante dos conhecimentos do educador, torna-o mais apto a enfrentar as atuais condições de ensino. A formação do coração é também importante, porque abre o caminho do amor que leva aos outros numa dádiva constante.

2.4 Educar para a comunhão e em comunhão

“A urgência do nosso tempo é afetiva. É urgente reaprender a gramática do coração e a justa conjugação dos verbos amar e pensar. A nossa sobrevivência espiritual e mesmo física passa por aqui”¹¹⁴

¹¹² JOÃO PAULO II, *Conhecer o Património do Cristianismo e transmiti-lo de maneira autêntica*, Discurso aos participantes no Simpósio Europeu sobre o Ensino da Religião Católica na Escola Pública, 15/04/1991, in *L'Osservatore Romano*, nº 16, 21/04/1991.

¹¹³ Andy HARGREAVES, *Teaching in the Knowledge Society, Education in the Age of Insecurity*, University Press, Philadelphia, 2003, 48

¹¹⁴ Isabel VARANDA, *Iliteracia emocional e perda do património oral da fé*, in *Memoria*, Instituto Católico de Viana do Castelo, 2003.

Os educadores estão chamados a construir os seus relacionamentos, quer a nível profissional quer pessoal e espiritual, segundo a lógica da comunhão. Isto exige, de cada um, a tomada de atitudes de disponibilidade, de acolhimento e profundo intercâmbio, de convivência e vida fraterna no âmbito da própria comunidade educativa.

Educar em comunhão e para a comunhão significa orientar os estudantes para crescer autenticamente como pessoas. O ser humano, como pessoa, é unidade de alma/corpo que, se realiza dinamicamente mediante a abertura de si à relação com o outro. Trata-se da exigência de formar o ser humano como pessoa: um sujeito que, no amor, constrói a própria identidade histórica, cultural, espiritual, religiosa, colocando-a em diálogo com outras pessoas, numa dinâmica de dons reciprocamente oferecidos e recebidos. Formar pessoas capazes de respeitar a identidade, a cultura, a história, a religião e sobretudo os sofrimentos e as necessidades dos outros.

Um outro pilar da comunhão aberta que é constituído pela relação entre a escola e as famílias. José António Marina escreve: “Os pais sozinhos não podem educar os seus filhos, façam o que fizerem, porque não podem protegê-los de outras influências muito poderosas. Os docentes sozinhos não podem educar os seus alunos, pela mesma razão. A sociedade também não pode educar os seus cidadãos, sem a ajuda dos pais e do sistema educativo”¹¹⁵. A intervenção de pais e professores é imprescindível, mas devemos todos conhecer as suas limitações e reconhecer que, na densa rede de influências em que vivemos, exercemos todos, uma influência educativa, boa ou má, por ação ou por omissão. Vivemos a fazer surf na crista de uma onda que procede de mares muito diversos. Não podemos andar com paninhos quentes. Se queremos educar bem a nossa infância, isto é, educá-la para a felicidade e a dignidade, é imprescindível uma mobilização educativa da sociedade civil, que retome o espírito do velho provérbio africano: «Para educar uma criança é preciso a tribo inteira»¹¹⁶. Esta relação configura-se como participação plena dos pais na vida da comunidade educativa, não só em virtude da sua responsabilidade primária na educação dos filhos, mas também em virtude da partilha da identidade e do projeto que caracterizam a escola e que eles devem conhecer e partilhar.

¹¹⁵ José António MARINA, *Aprender a viver*, Sudoeste Editora, Lisboa, 2007, 15-22.

¹¹⁶ *Ibidem*.

Assim a comunhão vivida na comunidade educativa, animada e apoiada por elementos unidos na mesma missão, faz da escola um ambiente comunitário imbuído do espírito do Evangelho. Este ambiente comunitário configura-se como lugar privilegiado para a formação das jovens gerações para a construção de um mundo fundado no diálogo e para a busca da comunhão, mais do que na contraposição; na convivência das diferenças e não na oposição.

3. EMRC uma disciplina da relação e em relação

“Se colocarmos diante do sapo uma minhoca separada dele por um vidro, apesar dos fracassos que deveriam ser inibidores, o animal persevera da sua tentativa de apreensão, porque, na vida natural, os esquemas instintivos prescrevem, diante de um alvo móvel, tentativas repetidas”¹¹⁷.

3.1. O papel do professor de EMRC

Todo o ser humano e só ele, é um ser moral porque está chamado a assumir e a construir a sua própria vida (...) só a pessoa humana é sujeito de moralidade e só ela é capaz de fazer atos morais, sendo esta uma das características mais tipicamente humanas¹¹⁸. É uma função de todo o professor ajudar o aluno a ter noção de que é necessário ter consciência moral. Ajudar a descobrir a verdade, a agir de uma forma livre e responsável. As competências desenvolvem-se ao longo de vários anos e a escola prevê isso no seu currículo, mesmo que, por vezes, esteja subjacente apenas no currículo oculto. Assim, é importante não negligenciar a personalidade da criança, do adolescente ou do jovem, ajudando a definir a sua identidade.

A disciplina de EMRC é então o lugar de excelência ao desenvolvimento harmonioso do aluno, considerado nas suas dimensões corporal e espiritual, bem como de abertura à transcendência, aos outros e ao mundo que é chamado a construir. O perfil

¹¹⁷ Maurice MERLEAU-PONTY, *Le visible et l'invisible*. Gallimard, Paris, 2006, 165.

¹¹⁸ Américo VEIGA, *A Educação Hoje*, Editorial Perpétuo Socorro, 1994, 283.

do professor de EMRC contém assim aspetos que se aplicam a qualquer professor mas outros aspetos específicos que decorrem da identidade da disciplina de EMRC¹¹⁹.

O professor de EMRC precisa de olhar para si e experimentar Deus na sua vida, para poder ajudar o adolescente a experimentá-Lo: “Quem quiser ser instrumento da paz de Deus deve ele mesmo ser uma pessoa pacificada, imbuída de cuidado essencial e cheia do espírito de bem aventuranças, que é o que traz a paz. Deve irradiar paz de dentro para fora a partir da sua identidade mais profunda”¹²⁰. Sempre com um olhar atento aos seus alunos, uma mão disponível para ajudar a levantar, deve continuar a prestar atenção ao que se diz e ao que não é dito, ao que lhe é revelado mas essencialmente ao que está oculto (quando possível) em cada discente.

“Caminha-se, progressivamente, para uma conceção mais global e envolvente da educação, como processo que conduz à passagem da consciência de ser indivíduo, membro da espécie humana, à consciência de ser pessoa, com o que isso implica de esforço de elevação do ser humano em direção ao seu próprio aperfeiçoamento, crescendo no conhecimento e na afirmação de si mesmo (autonomia) e no estabelecimento da indispensável relação pessoal com os outros (solidariedade)”¹²¹.

O professor de EMRC deve estar atento às novas conceções e assumir para si tudo o que é essencial e específico.

Por conseguinte, o professor de EMRC, além do disposto no Decreto-Lei n.º 240/2001, deve possuir, dado o carácter específico da disciplina que leciona, as seguintes dimensões¹²²:

¹¹⁹ EDUCRIS, Comissão Episcopal Da Educação Cristã e Doutrina da Fé – Fundação Secretariado Nacional Da educação Cristã, <http://www.educris.com/v2/120-perfil/920-ser-professor-de-emrc> Consultado a 01/04/2016.

¹²⁰ Leonardo BOFF, *A oração de São Francisco*. Uma mensagem de paz para o mundo atual, Sextante, Rio de Janeiro, 1999, 60-61.

¹²¹ D. Tomaz NUNES, *O perfil do docente de Educação Moral e Religiosa Católica*, 90.

¹²² EDUCRIS, Comissão Episcopal Da Educação Cristã e Doutrina da Fé – Fundação Secretariado Nacional Da educação Cristã, <http://www.educris.com/v2/120-perfil/920-ser-professor-de-emrc> Consultado a 01/04/2016.

COMO EDUCADOR	Inspira confiança no conhecimento e compreensão dos outros através de um diálogo franco e aberto, pelo qual se aproxima dos alunos, deixando-lhes transparecer uma irrefutável sensibilidade humana;
	Mantém uma relação pessoal destinada essencialmente a facilitar o desenvolvimento psicológico e intelectual dos alunos, extensível às suas famílias, com as quais se esforça por ter um contacto permanente;
	É exemplo na capacidade de acolhimento, na atitude dialogante, na relação com os alunos e os colegas, no tratamento dos programas, no modo como procura e assegura a interdisciplinaridade;
	Compromete-se na vida da escola, entendendo-a como uma comunidade educativa e não somente como um espaço onde se dão aulas;
	Participa activamente em todo o processo de aprendizagem, assumindo uma postura de mediador crítico em toda a acção educativa;
	Esforça-se por ser competente nos domínios científico e pedagógico.

Personalidade docente – Propensão para a educação e o ensino, aptidão científica (teológica, didática e pedagógica) e profissional; compromisso na aquisição de formação permanente; disponibilidade para assumir responsabilidades na comunidade educativa; abertura ao estabelecimento de redes com as famílias e a comunidade envolvente; capacidade de liderança (“guia com autoridade”).

COMO TESTEMUNHO DE FÉ	Sente a responsabilidade de dar testemunho, porque, sendo um profissional exemplar, esta realidade é valorizada pelo facto de ser um educador que testemunha uma autêntica vivência cristã;
	É uma pessoa de Esperança, com espírito jovem e, psicologicamente, adulto e maduro;
	Tem consciência da sua "vocação" e da "missão" recebida, dado tornar-se presença evangelizadora da Igreja na Escola, através do

	mandato do seu Bispo.
--	-----------------------

Importa aqui referir que, o professor de EMRC deve ter um perfil de acordo com as exigências atuais, e de acordo com o perfil que está consagrado; Personalidade humana – Equilíbrio humano, maturidade, facilidade de estabelecer relações interpessoais, sensibilidade à problemática sociocultural; abertura de espírito universal, postura cívica e ética.

DINAMISMO DE CONVERSÃO	É um cristão, firme na Fé e fonte de espiritualidade;
	É um cristão que salvaguarda, junto dos alunos, a vivência da Fé, e, junto de todos os outros membros do processo educativo, a dimensão espiritual da vida;
	É um cristão que compreende as mutações tecnológicas, económicas e sociais e que perscruta os sinais dos tempos nelas contidas;
	É um cristão que preserva e desenvolve o sentimento e os factores de identidade religiosa e cultural do Povo;
	É um cristão que reforça os valores morais e na actuação concreta;
	É um cristão que colabora com as estruturas existentes que se dedicam à implementação da justiça, da Paz e da Solidariedade para com os desprotegidos e marginalizados.

Personalidade crente – Fé (comprometida); testemunho de coerência e integridade de vida; clareza e objectividade na transmissão da fé e da doutrina da Igreja; capacidade para criar nos alunos abertura à dimensão religiosa e à busca de opções pessoais; capacidade para ajudar a amadurecer nos alunos as interrogações de sentido para a vida.

3.2. A opção por EMRC

Era mais uma das muitas quintas-feiras... Naquela pequena sala, da escola básica de Margaride o sol já se fazia notar, demarcando o fim de um inverno rigoroso, estavam vinte e cinco alunos, onde a falta de dentes denunciava a tenra idade. Com um sorriso nos lábios professor e alunos saudavam-se, a aula marcava o início de uma tarde de trabalhos.

A pequena Teresa dava o mote. Boa tarde professor de Moral! Aquela voz tão pequenina funcionava como o alarme, ao qual todo o quartel respondia com uma desenfreada e animada receção ao professor, que carregado com os materiais da aula, nem tempo tinha de os colocar na secretária. Eram muitos os que se penduravam, outros os que se arrastavam, mas todos o faziam com o sentido de estar perto, todos os faziam com afeto, ternura, que digam aqueles olhos tão pequeninos da Maria, ao brilhar como holofotes em dia de jogo de champions à noite. Professor, professor hoje é quinta-feria e é tao bom estar consigo. O que vamos fazer?

Tinham sempre tantas perguntas, tinham sempre tanto que dizer, impossível era não os ficar a ouvir, esta relação professor/alunos, era tão diferente de todas as outras que ele tinha tido... Havia ali uma necessidade recíproca na troca de carinho e atenção. Agora lembro-me uma vez em Dezembro, a professora titular dizer: “Eles gostam das aulas de Moral! É que não estás bem a ver, falam em ti toda a semana e quando chega a quinta-feira é quase impossível não os deixar olhar para o relógio. É pena que a pequena Miriam não fique, mas a mãe não quer”.

Sim é verdade! A história que vos quero contar é por causa da pequena Miriam, a única aluna daquela turma de Margaride que não estava inscrita em EMRC. É evangélica disse a professora titular na primeira aula do ano! E que solução tem a escola para

a Miriam enquanto os amigos ficam na aula? Ela vai para o gabinete da coordenadora desenhar.

O ano foi passando, sem que o professor coloca-se os olhos em cima da Miriam, mas nunca deixou de perguntar por ela, se estava bem, se gostava da escola, ao que os amiguinhos sempre respondiam com alegria. E assim eis-nos chegados àquela quinta-feira de sol, duas da tarde.

Os alunos estavam sentados no lugar a ouvir com atenção o professor falar da importância de sonhar... até que o Pimenta levantou o dedo, dizendo que à porta estava a professor titular de turma com a Miriam.

A pequena Miriam vinha lavada em lágrimas, e a professora que a acompanhava até à sala depressa se prestou a dizer o porquê de tal cenário. “Desculpa ter vindo até cá mas a Miriam há muito que quer vir às tuas aulas, porque os amigos lhe falam do quanto és divertido, do quanto os ajudas, das músicas que lhes cantas, dos jogos que fazes com eles, do que lhes ensinas, e ela não pode estar. Hoje ela vinha a chorar, eu já telefonei à mãe, mas a mãe não quer mesmo que ela frequente a tua disciplina. Talvez esteja a correr um risco, a comprar uma guerra com a encarregada de educação, mas hoje ela vai ficar contigo depois logo se verá, pode ser?” Sim disse eu, sem pensar nas consequências que podiam advir de tal acto.

A aula correu sem que a Miriam desvia-se por uma vez o seu tímido olhar do professor, e no final da aula, depressa correu a dar-lhe um abraço e ao ouvido sussurrou: “Sabes professor, os meus amigos gostam tanto de ti e eu gostava tanto de também estar contigo, deixas-me vir sempre sem a minha mãe saber?” O que o professor respondeu? Não vos vou dizer. O que acontece

naquelas quintas-feiras continua a ser mágico, mas talvez nunca mais o professor volte a falar do que lá acontece.¹²³

A liberdade dos encarregados de educação de escolherem o género de educação a dar aos filhos (DUDH, art. 26.º; cf. CRP, art. 36.º, ponto 5) e de fazerem assegurar a educação religiosa e moral dos seus educandos, em conformidade com as suas próprias convicções (PIDCP, art. 18.º; PIDESC, art. 13.º; Protocolo Adicional à CPDHLF, art. 2.º; CDFUE, art. 14.º) e, correlacionado com os direitos referidos, o dever do Estado de colaborar com os pais na educação dos filhos (CRP, art. 67.º, alínea c), o qual se concretiza prioritariamente através da criação de condições necessárias para que os pais ou encarregados de educação possam optar livremente pelo modelo educativo que mais convenha à educação integral dos seus educandos; Assim na linha dos grandes princípios que justificam a EMRC no currículo escolar e que inspiram a sua natureza específica, a Conferência Episcopal no exercício da sua competência reconhecida pelo estado (Lei nº46/86 de 14 de outubro), acrescenta as seguintes perspectivas que focalizam a EMRC como serviço à educação integral dos alunos¹²⁴.

A educação integral da pessoa, que tem como finalidades proporcionar o pleno desenvolvimento da personalidade humana e do sentido da sua dignidade e reforçar o respeito pelos direitos humanos e pelas liberdades fundamentais, bem como a formação do carácter e da cidadania, preparando o educando para uma reflexão consciente sobre os valores espirituais, estéticos, morais e cívicos (DUDH, art. 26.º; PIDESC, art. 13.º; LBSE, art. 3.º, 7.º e 50º).

“Não há educação integral sem a consideração da dimensão religiosa, porque ela é constitutiva da pessoa humana; a componente religiosa é um fator insubstituível para o crescimento humano em liberdade e responsabilidade; o Evangelho ajuda a amadurecer as interrogações sobre o sentido da vida; o Evangelho inspira valores de fé e de humanidade que tecem a história e a cultura da Europa; a compreensão da realidade social que a escola deve promover, requer, para ser

¹²³ Todos os nomes usados na construção desta história são fictícios.

¹²⁴ CONFERÊNCIA EPISCOPAL PORTUGUESA, *Educação Moral e Religiosa Católica, Um valioso contributo para a formação da personalidade*, nº6 (Publicado em *Pastoral Catequética*, nº5, Ano 2, Maio-Agosto 2006, SNEC, Lisboa, 7-16).

verdadeira, o conhecimento do fenómeno religioso e das suas expressões e influências sociais”¹²⁵.

A defesa da identidade nacional e o reforço da fidelidade à matriz histórica em que nos inserimos, através do contacto com o património cultural, no quadro de uma tradição universalista europeia e da crescente interdependência e necessária solidariedade entre todos os povos do mundo (LBSE, art. 3.º).

Atendendo à importância de que se reveste a educação integral da pessoa, a Educação Moral e Religiosa Católica, em linha com as convicções dos encarregados de educação ou dos alunos, é então parte integrante do sistema educativo, uma vez que o enquadramento moral e religioso da vida é estruturante para o crescimento das crianças e dos jovens, constituindo um universo de referência a partir do qual se estrutura a personalidade e se adquire uma visão do mundo equilibrada e aberta ao diálogo com mundividências alternativas.

A Educação Moral e Religiosa Católica contribui igualmente para o reforço da matriz cultural portuguesa. O desenvolvimento histórico nacional é claramente marcado pela mundivisão cristã, em geral, e católica, em particular, nas suas diversas interacções com outras visões e culturas ao longo dos tempos. Nesta perspectiva, o programa de Educação Moral e Religiosa Católica estabelece pontos de contacto entre a cultura portuguesa, nas suas vertentes: literária, patrimonial e artística e a mensagem cristã. De facto, a ponte entre a cultura portuguesa e o Cristianismo é uma realidade amplamente documentada, uma vez que a cultura portuguesa, nas suas mais variadas manifestações, reflecte, em constante intertextualidade, as expressões simbólicas, rituais e doutrinárias do Cristianismo.

Observando o mundo atual com as suas múltiplas tensões, contradições, avanços e recuos é de notar a importância do conhecimento religioso para compreender os fenómenos sociais. Muitos dos conflitos procuram fundamentar-se em perspectivas religiosas certamente parcelares mas de enorme relevância pessoal e social. Mesmo a violência que usa o religioso apenas como pretexto, uma vez que as suas motivações mais profundas são de outra ordem, requer um conhecimento das tradições religiosas

¹²⁵ SECRETARIADO NACIONAL DA EDUCAÇÃO CRISTÃ, *Programa de Educação Moral e Religiosa Católica*, SNEC, Lisboa, 2014, 4.

que torne o mundo compreensível e facilite a superação de situações geradoras de tensões e conflitos. As crianças e jovens precisam, mais do que nunca, de um conhecimento sério do fenómeno religioso, tanto das suas potencialidades conflituais, exploradas por fanatismos radicais, como principalmente das suas possibilidades no sentido da construção de relações baseadas no entendimento e no encontro entre todos os seres humanos. Não é possível compreender muitos dos eventos internacionais sem uma clara referência ao religioso e às suas múltiplas manifestações.

No que diz respeito à Igreja Católica, o conhecimento da mensagem cristã abre as portas à descoberta do valor do outro na sua alteridade e diferença e à superação da violência que pode resultar do efeito do desconhecido na consciência humana. A religião é, e deve ser, um fator de aproximação das pessoas e dos povos e o facto religioso, concretamente o facto cristão, contém uma enorme potencialidade irénica, promovendo, desde os seus textos fundamentais, a concórdia e a paz entre os povos.

Assim sendo, é de evidente interesse para a educação das crianças e dos jovens a existência de uma disciplina que, embora mantendo o seu carácter facultativo, dada a sua natureza confessional, tenha como objetivos fundamentais educar para a dimensão moral e religiosa e para a compreensão dos elementos mais profundos da cultura nacional, necessariamente aberta ao *outro* e ao *mundo*.

4. Resumo

Serve este presente resumo também para um enquadramento teórico de toda a Prática de Ensino Supervisionada.

Para pôr em prática a solidariedade global é necessário implicarmo-nos no que nos rodeia. Como afirma o Papa Francisco, temos que contrariar a globalização da indiferença, sermos testemunhas de Cristo na relação com os outros, mesmo com aqueles que nos são hostis, e compreendermos que o outro não é mais que metade de nós mesmos.¹²⁶ Isto só é possível se estivermos atentos, soubermos ouvir, capacitarmos

¹²⁶ Cf. Rosário FARMHOUSE, *Escola, lugar de Formação para a Solidariedade Global*, in Fórum EMRC 2015, [<http://www.educris.com/v2/tv/emrc/1933-escola-lugar-de-formacao-para-a-solidariedade-global>], acedido em 8 de fevereiro de 2016.

o outro, praticarmos a “cidadania” (cuidar do outro) e contagiarmos os outros com a nossa alegria, para a solidariedade genuína.¹²⁷

Crentes ou não crentes, não há quem ouse pôr em causa que «valores éticos, como ensinar e ajudar a ser verdadeiro, justo, responsável, tolerante, dialogante, solidário, estimular a trabalhar honradamente e a manter a palavra dada, capacitar para ser crítico e para saber aceitar a crítica de outro, e, por fim, a estar aberto à utopia»¹²⁸, sejam valores humanos imprescindíveis e cada vez mais necessários, pois são cada vez menos visíveis e apreciados.¹²⁹

Na sociedade e na escola verifica-se uma crescente necessidade de valores hierarquizados que orientem a vida e uma procura de transcendência e de religiosidade, para dar um sentido à vida e para que esta não se limite à simplicidade das situações quotidianas, não se torne passageira e não conduza a uma sociedade vazia de sentido.¹³⁰ Como afirma D. Manuel Linda, «a inteligência reflexiva e crítica – fundamento de toda a atividade escolar – ajuda na “busca de sentido”, objetivo último de toda a educação que se preze. Retirar-lhe o dado religioso é favorecer-lhe a sua transmissão irracional, emotiva, clandestina e descontrolada. Se a escola se abstém, com o pretexto de não favorecer uma confissão religiosa, objetivamente a escola está a favorecer o sectarismo, o integrismo e o fundamentalismo»¹³¹.

Tal como em Lévinas, também na educação a pessoa é o sujeito primeiro e o objeto último. O aluno, deve ser para cada professor o mandamento ético que me faz recordar que sou responsável por ele. Que me faz recordar a missão de um professor...

Como professor é preciso deixar-se suscitar e provocar pelo ensinamento que o outro traz, pois os implicados na experiência educativa são interpelados a um movimento de saída de si para o outro. Importa perceber as situações que encobrem a

¹²⁷ Cf. *Ibidem*.

¹²⁸ António MARCELINO, *Promoção do crescimento social e eclesial na escola*, in AA. VV., Fórum de EMRC, 2005, 53.

¹²⁹ Cf. *Ibidem*.

¹³⁰ Cf. CONFERÊNCIA EPISCOPAL PORTUGUESA, *A Educação Moral e Religiosa Católica: um valioso contributo para a formação da personalidade*, “Uma disciplina com implantação significativa”, disponível em : <http://www.educris.com/v2/101-conferencia-episcopal-portuguesa/891-a-educacao-moral-e-religiosa-catolica-um-valioso-contributo-para-a-formacao-da-personalidade>], consultado em 8 de fevereiro de 2016.

¹³¹ Manuel LINDA, *O docente de EMRC e o 'novo discurso sobre a credibilidade' do Evangelho*, (EG, 132), in Fórum EMRC 2015, disponível em <http://www.educris.com/v2/tv/emrc/1927-o-docente-de-emrc-e-o-novo-discurso-sobre-a-credibilidade-do-evangelho-eg-132>, consultado em 8 de fevereiro de 2016.

alteridade na educação. Nesse movimento para a alteridade encontra-se a oportunidade de transformação, pois há sempre uma novidade que rompe os planos como rutura de retorno ao mesmo.

A profissão docente desempenha uma função educativa mediadora entre a família e a sociedade, entre a infância e a idade adulta e entre os saberes estabelecidos e as novas gerações, de modo a proporcionar a todos a melhor formação possível. Cabe à escola, em especial aos professores, transmitir saberes e valores que a sociedade valoriza e que entende ser necessários para a sobrevivência e prosperidade de todos.

Apesar da sua especificidade, a EMRC contém nas suas finalidades um elenco de valores e propostas pedagógicas que se enquadram nos princípios universais de uma verdadeira formação integral do aluno. Numa perspetiva pedagógica integral, a disciplina de EMRC tem em conta tanto a afetividade, como a racionalidade, aceita os condicionalismos sociais e psicológicos a que estão sujeitos os alunos, reconhecendo a sua capacidade de transcendência, que integra o gosto com o dever, o belo com a verdade. A proposta da EMRC é uma proposta de oportunidade de encontro, de respeito pela personalidade singular e única do aluno. Deste modo, colabora com ele ajudando-o a construir um projeto de realização pessoal e social. Só assim se poderá colaborar verdadeiramente na edificação de um cidadão ativo e empenhado na construção de uma cultura mais humanista.

É com estas linhas de pensamento que nos apresentamos ao serviço, com a missão de erradicar a ideia de que na escola, não nos são apenas confiados alunos, muitas vezes vistos e encarados como números, como estatísticas e, inclusive, problemas. Mas sim, com a fiel certeza que o que temos em mão não é senão um pedaço de barro para moldar e cozer. Talvez sejamos apenas pobres aprendizes, mas com coragem de mostrar aquilo que podemos valer e fazer, porque cremos, que em cada aluno reside um verdadeiro SER: Assim, iniciamos a Prática de Ensino Supervisionada que nos surge como, primeiramente, uma imposição, mas com os desafios, descobertos, tornou-se um acumular de conhecimentos e atitudes plausíveis para o ato do ensino aprendizagem.

CAPITULO III – A PRÁTICA DE ENSINO SUPERVISIONADA

1. Enquadramento

Este poderia ser um, como um, de tantos outros capítulos que descreve a Prática de Ensino Supervisionada na área da Educação Moral e Religiosa Católica.

Este poderia ser um, como um, de tantos outros testemunhos que falam da importância, do medo, do receio, da frustração, da alegria do que é chegar até aqui.

Este poderia ser um, como um, de tantos outros...

Mas o que faz deste, um, é o mesmo um, como os de tantos outros, um. O de encarar este relatório da Prática de Ensino Supervisionada (PES) como um ponto de reflexão sobre todas as dúvidas, medos, problemas, respostas, soluções e aventuras enfrentada, demonstrando bem todo o trabalho que se desenvolve ao longo ano, de onde se destacam a lecionação à turma atribuída; realização da planificação; observação das aulas dos colegas estagiários; reflexão sobre a prática profissional; participação em todas as reuniões que o professor cooperante solicita, de acordo com as normas estabelecidas e na construção/atualização do dossier de estágio.

De todas as áreas que constituem a realização da prática de ensino, esta é sem margem para dúvidas a mais importante, pois é nesta que devemos refletir sobre a conceção, planificação, realização e avaliação.

1.1. A escola Francisco Sanches

O Agrupamento de Escolas Dr. Francisco Sanches é constituído por uma escola básica com 2.º e 3.º ciclos, fundada em 1973, à qual se agregaram em 2001, as escolas Básicas com 1.º ciclo de S. Victor e de D. Pedro V, esta última entretanto encerrada e, mais recentemente, em 2007, o Jardim de Infância, JI das Fontes, e quatro Escolas Básicas do 1.º ciclo, três das quais com educação pré-escolar, ou seja, a EB1 da Misericórdia, a EB1/JI da Quinta da Veiga, a EB1/JI Bairro da Alegria e a EB1/JI das Enguardas. Todas as escolas se situam na zona urbana de Braga nas freguesias de S. Víctor e de S. Vicente¹³².

Em 2009, a comunidade escolar Agrupamento de Escolas Dr. Francisco Sanches foi definida como Território Educativo de Intervenção Prioritária (TEIP), tendo esta

¹³² Cf. AGRUPAMENTO DR. FRANCISCO SANCHES, *Projeto Educativo*, Braga, 2014, 4.

decisão sido considerada como a melhor solução estratégica para que a escola se constituísse como uma potencialidade no desenvolvimento de um território social e economicamente frágil, tendo como núcleo prioritário as crianças e os jovens desse território e as suas famílias, na relação do acompanhamento dos processos de estudo e da participação nas dinâmicas escolares¹³³.

“A experiência dos territórios educativos de intervenção prioritária (TEIP) teve início em 1996, com o governo de António Guterres, por força do Despacho nº 147 – B do Ministério da Educação. Esta medida, inspirada nas «*zones d’action prioritaires*» (ZEP) em França, tinha subjacente uma filosofia de discriminação positiva, para as escolas e as populações mais carenciadas, e de territorialização da ação educativa, porquanto reconhecia as dificuldades com que se deparam muitas escolas, quer em zonas de isolamento rural, quer nos meios urbanos e suas periferias, e acreditava que os contextos sociais em que as escolas estão inseridas podem e condicionam muitas vezes o sucesso educativo”¹³⁴.

Foram então identificadas, como situações chave a atenuar, i) o baixo sucesso educativo dos alunos que frequentavam o agrupamento, face às médias nacionais, ii) a ocorrência frequente de práticas de violência, iii) os níveis preocupantes de indisciplina e abandono escolar, iv) as taxas de insucesso escolar e v) a verificação de situações de trabalho infantil no contexto social envolvente¹³⁵.

O Projeto Educativo então concebido apresentou duas linhas estratégicas no que concerne ao insucesso escolar, ao abandono escolar e à exclusão social:

O conceito de exclusão social sobrepõe-se aos conceitos de insucesso e abandono escolar, o que traduz a tensão entre as duas dimensões fundamentais das atuais políticas educativas em Portugal: a democratização, que constitui uma resposta ao carácter tardio e inacabado da construção, em Portugal, da escola de massas e a modernização que acentua a subordinação das políticas educativas a critérios de

¹³³ *Ibidem*.

¹³⁴ Ana BENAVENTE, Revista *Ibero Americana de Educación*, Nº 27 (2001), 112,113.

¹³⁵ Cf. AGRUPAMENTO DR. FRANCISCO SANCHES, *Projeto Educativo*, Braga, 2014, 4.

racionalidade económica. A criação dos Territórios Educativos de Intervenção Prioritária, representa uma das medidas de política educativa que, assume o objetivo de promover a integração social de populações socialmente mais “fragilizadas”¹³⁶.

- Uma Escola para a cidadania - pelo aprofundamento da intervenção na comunidade (i) pela progressiva coordenação da ação dos parceiros educativos – incluindo o tecido institucional público, as empresas e a sociedade civil – com a ação da escola e das instituições de formação presentes em áreas geográficas problemáticas, assim como pela (ii) disponibilização por parte da escola dos recursos culturais e educativos necessários ao desenvolvimento integrado da educação, da qualificação, do reconhecimento e certificação de conhecimentos e capacidades e ainda da animação cultural;

- Uma Escola de Qualidade - pelo aprofundamento do olhar individualizado sobre o aluno e sobre as condições que influenciam os processos de aprendizagem para assim potenciar (iii) a melhoria da qualidade das aprendizagens traduzida no sucesso educativo dos alunos (iv) o combate à violência, ao abandono escolar e às saídas precoces do sistema educativo (v) a criação de condições que favoreçam a orientação educativa e a transição qualificada da escola para a vida ativa¹³⁷.

Em 2012, o Agrupamento celebrou com o Ministério de Educação e Ciência um Contrato de Autonomia que se manteve em desenvolvimento no ano letivo 2013/2014 e que é o suporte para a conceção do Projeto Educativo para o triénio 2014/17.

1.2. O grupo de trabalho, cooperação

As capacidades de iniciativa e responsabilidade foram competências incentivadas desde início. A professora orientadora fomentou a nossa capacidade de assumir decisões ou arranjar soluções para diversos problemas, tendo os estagiários a liberdade de sugerir qualquer melhoria ou práticas inovadoras tanto para a escola como para o processo de ensino – aprendizagem, com a constante supervisão da orientadora de estágio.

¹³⁶ Rui CANÁRIO, *Territórios educativos de intervenção prioritária: a escola face à exclusão social. Revista de Educação*, Lisboa, v. IX, n. 1, 2000, 125-135.

¹³⁷ *Ibidem*.

Mas se o professor deve ser capaz de trabalhar individualmente muito mais o deve ser capaz de o fazer em grupo, sendo estes dois elementos partes integrantes do desenvolvimento profissional.

O trabalho individual foi constante durante toda a prática de ensino supervisionada e muito importante na medida em que foi ele o responsável pela evolução enquanto aluno/estagiário, foi responsável pela melhoria nos aspetos da intervenção pedagógica, foi responsável pelo sucesso na conceção dos planos de aula, foi responsável pela forma como elaborei todos os documentos e balaços necessários. Refugiei-me neste tipo de trabalho para suprir as minhas dificuldades e dúvidas.

No entanto gostaria de ressaltar o trabalho em grupo, e todo o espírito de cooperação que nos envolveu nesta prática de ensino supervisionada, aos meus colegas do núcleo da escola Francisco, que em muito glorificaram o sinónimo de solidariedade, “A solidariedade é uma virtude eminentemente cristã que pratica a partilha dos bens espirituais mais ainda que dos materiais”. Foi com eles que partilhei alegrias e tristezas, e que fizeram deste *spot* publicitário “Quem caminha só pode ir mais rápido, mas aqueles que sabem caminhar em grupo vão por certo muito mais longe”, um verdadeiro símbolo desta Prática de Ensino Supervisionada.

Penso ter sido de enorme importância a partilha de opiniões, de ideias, de críticas, de materiais didáticos o que por muitas vezes aconteceu. Trabalhamos em grupo para a concretização dos trabalhos individuais e também para a organização da atividade: Cuidar a Terra.

No decorrer da PES, o núcleo de estágio de EMRC da escola Dr. Francisco Sanches dinamizou uma atividade cujo principal objetivo é dar a conhecer aos alunos o conteúdo da encíclica *Laudato Si*, Papa Francisco. Esta atividade enquadra-se no programa da disciplina de EMRC, nas finalidades da disciplina e no projeto educativo do agrupamento. O núcleo de estágio procurou ainda ir ao encontro de uma das orientações do Conselho Pedagógico do Agrupamento, que visava divulgar os objetivos para o desenvolvimento do milénio para 2030.

Os objetivos definidos são:

- “Erradicar a pobreza;

- Erradicar a fome;
- Saúde de qualidade;
- Educação de qualidade;
- Igualdade de género;
- Água potável e saneamento;
- Energias renováveis e acessíveis;
- Trabalho digno e crescimento económico;
- Indústria, inovação e infraestruturas;
- Reduzir as desigualdades;
- Cidades e comunidades sustentáveis;
- Produção e consumo sustentáveis;
- Ação climática;
- Proteger a vida marinha;
- Proteger a vida terrestre;
- Paz, justiça e instituições eficazes;
- Parcerias para a implementação dos objetivos”¹³⁸.

Objetivo de desenvolvimento do Milénio	Propósitos da Encíclica <i>Laudato Si</i>
Erradicar a pobreza	- Para combater a pobreza é necessário devolver a dignidade aos excluídos ¹³⁹ ; - Um apelo à solidariedade e uma opção preferencial pelos mais pobres ¹⁴⁰ .
Erradicar a fome	- Desperdiçamos cerca de um terço dos alimentos produzidos ¹⁴¹ ; - «A comida que se desperdiça é como se fosse roubada da mesa do pobre» ¹⁴² .
Saúde de qualidade	- A poluição que afeta-nos a todos ¹⁴³ ; - Muitas medidas só são aplicadas quando já se produziram efeitos irreversíveis na saúde das pessoas ¹⁴⁴ .
Educação de qualidade	- A educação será ineficaz se não difundir um novo modelo relativo ao ser

¹³⁸ CENTRO REGIONAL DE INFORMAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, *Objetivos de Desenvolvimento Sustentável*, disponível em <https://www.unric.org/pt/objetivos-de-desenvolvimento-sustentavel>.

¹³⁹ Cf. FRANCISCO, Carta Encíclica *Laudato Si*, 139.

¹⁴⁰ Cf. *Ibidem*, 158.

¹⁴¹ Cf. *Ibidem*, 50.

¹⁴² *Ibidem*, 50.

¹⁴³ Cf. *Ibidem*, 20.

¹⁴⁴ Cf. *Ibidem*, 21.

	humano ¹⁴⁵ ; - É maravilhoso que a educação seja capaz de motivar para cuidar a criação ¹⁴⁶ .
Igualdade de género	- A criação do homem e mulher mostra a imensa dignidade da pessoa humana ¹⁴⁷ .
Água potável e saneamento	- “O acesso à água potável e segura é um direito humano essencial, fundamental e universal, porque determina a sobrevivência das pessoas” ¹⁴⁸ ; - Negar água aos mais pobres é “negar-lhes o direito à vida radicado na sua dignidade inalienável” ¹⁴⁹ .
Energias renováveis e acessíveis	- Um modelo de produção que limite o uso dos recursos não-renováveis ¹⁵⁰ ; - É necessário desenvolver as energias renováveis ¹⁵¹ .
Trabalho digno e crescimento económico	- A economia favorece a redução dos postos de trabalho, substituindo-os por máquinas ¹⁵² ; - «Se continue a perseguir como prioritário o objetivo do acesso ao trabalho para todos» ¹⁵³ .
Indústria, inovação e infraestruturas	- os progressos científicos e o desenvolvimento económico, se não estiverem unidos a um progresso social e moral, voltam-se contra o Homem ¹⁵⁴ ; - Fim da cultura de descarte ¹⁵⁵ .
Reduzir as desigualdades	- «os recursos tornam-se propriedade do primeiro que chega ou de quem tem mais poder: o vencedor leva tudo» ¹⁵⁶ ; - Ter a preocupação de que os outros seres vivos não sejam tratados de forma irresponsável ¹⁵⁷ .
Cidades e comunidades sustentáveis	- Muitas cidades são grandes estruturas que não funcionam, gastando energia e água em excesso ¹⁵⁸ ; - Cuidado das riquezas culturais da

¹⁴⁵ Cf. *Ibidem*, 215.

¹⁴⁶ Cf. *Ibidem*, 211.

¹⁴⁷ Cf. *Ibidem*, 65.

¹⁴⁸ *Ibidem*, 30.

¹⁴⁹ *Ibidem*.

¹⁵⁰ Cf. *Ibidem*, 22.

¹⁵¹ Cf. *Ibidem*, 164.

¹⁵² Cf. *Ibidem*, 128.

¹⁵³ *Ibidem*, 127.

¹⁵⁴ Cf. *Ibidem*, 4.

¹⁵⁵ Cf. *Ibidem*, 16.

¹⁵⁶ *Ibidem*, 82.

¹⁵⁷ Cf. *Ibidem*, 69.

¹⁵⁸ Cf. *Ibidem*, 44.

	humanidade, no seu sentido mais amplo ¹⁵⁹ .
Produção e consumo sustentáveis	<ul style="list-style-type: none"> - Pôr em questão modelos de desenvolvimento¹⁶⁰; - Unir a humanidade na busca de um desenvolvimento sustentável¹⁶¹; - Desenvolvimento da humanidade quanto à responsabilidade, aos valores, à consciência¹⁶²; - A proteção ambiental deverá ser parte integrante do desenvolvimento¹⁶³.
Ação climática	<ul style="list-style-type: none"> - Tomar consciência da necessidade de mudanças de estilos¹⁶⁴; - Desenvolvimento de políticas capazes de reduzir a emissão de gases¹⁶⁵; - Apoiar países em desenvolvimento para inverter mudanças climáticas¹⁶⁶; - O clima é um bem comum, um bem de todos e para todos¹⁶⁷.
Proteger a vida marinha	<ul style="list-style-type: none"> - Quem transformou o mundo marinho em cemitérios subaquáticos?¹⁶⁸ - Promover uma gestão mais adequada dos recursos marinhos¹⁶⁹.
Proteger a vida terrestre	- A mudança torna-se preocupante quando destrói o mundo e da qualidade de vida de grande parte da humanidade ¹⁷⁰ .
Paz, justiça e instituições eficazes	- Que o nosso tempo seja recordado pela intensificação da luta em prol da justiça e da paz ¹⁷¹ .
Parceria para a implementação dos objetivos	- Todos podemos colaborar no cuidado da criação, cada um a partir da sua cultura, experiência, iniciativas e capacidades ¹⁷² .

¹⁵⁹ Cf. *Ibidem*, 143.

¹⁶⁰ Cf. *Ibidem*, 138.

¹⁶¹ Cf. *Ibidem*, 13.

¹⁶² Cf. *Ibidem*, 105.

¹⁶³ Cf. *Ibidem*, 141.

¹⁶⁴ Cf. *Ibidem*, 23.

¹⁶⁵ Cf. *Ibidem*, 171.

¹⁶⁶ Cf. *Ibidem*, 25.

¹⁶⁷ Cf. *Ibidem*, 23.

¹⁶⁸ Cf. *Ibidem*, 41.

¹⁶⁹ Cf. *Ibidem*, 164.

¹⁷⁰ Cf. *Ibidem*, 118.

¹⁷¹ Cf. *Ibidem*, 207.

¹⁷² Cf. *Ibidem*, 14.

Com recurso à música “*Earth Song*” de Michael Jackson foi elaborado um vídeo com esta correspondência.

No dia 3 de maio o núcleo de estágio organizou uma palestra dirigida aos alunos do Agrupamento de Escolas Dr. Francisco Sanches.



A palestra inicia com a apresentação do vídeo elaborado com a correspondência entre os objetivos para o desenvolvimento do milénio e a *Encíclica Laudato Si*, Papa Francisco. Segue-se uma breve apresentação da Encíclica com recurso a um PowerPoint, onde será abordado de forma resumida o conteúdo deste documento. No final, segue-se um *workshop* relacionado com a importância da reciclagem.

A atividade é o reflexo da dimensão relacional entre estagiários onde se edificou ainda mais a união dos membros por uma causa comum. Para que um grupo realize obra fecunda, é necessário que haja harmonia dos espíritos e das vontades. O trabalho de equipa supõe plena confiança entre os diversos elementos do grupo. A primeira lei de qualquer grupo é a fraternidade, ao serviço da missão desse mesmo grupo.

1.3. A turma

A caracterização da turma três do sexto ano aqui apresentada teve subjacente a informação recolhida pela Diretora de Turma através das fichas biográficas preenchidas

pelos alunos no início do ano letivo, da consulta dos processos individuais e do Plano de Turma do ano transato.

O conhecimento de uma turma é algo indispensável e deve anteceder a lecionação de qualquer unidade letiva, pois dele depende a seleção das atividades/estratégias, bem como os recursos a adotar, assim previamente tentei conhecer os alunos de forma muito detalhada, gostos, estatuto socioeconómico, agregado familiar e percurso escolar para estar mais preparado para os “enfrentar” e fazer com que melhorassem a cada aula.

Dos dados estatísticos que me foram facultados antes da lecionação da unidade letiva constatei que a turma é composta por vinte e três alunos, quinze dos quais do sexo masculino e oito, do sexo feminino.

Dos vinte e três que compõem a turma, dois são alunos ao abrigo do decreto- Lei n.º 3/2008¹⁷³. No grupo turma está ainda um aluno que se encontra a repetir o sexto ano de escolaridade, o discente revela pouco interesse pelas atividades escolares, apresentando um quadro preocupante de desinteresse escolar.

São discentes que, em média, possuem onze anos de idade, uma vez que apenas dois rapazes têm doze anos. A esmagadora maioria destes jovens é de nacionalidade portuguesa, exceto uma discente que é de origem brasileira.

Quanto à constituição do agregado familiar, cerca de metade dos alunos desta turma vive com os pais e irmãos (13 alunos). Há ainda cinco discentes que moram apenas com os pais. É de realçar a existência de agregados monoparentais, em que os alunos coabitam apenas com um dos progenitores (5 alunos). A mãe é na maioria dos casos o encarregado de educação destes alunos (14 alunos).

¹⁷³ O presente decreto-lei define os apoios especializados a prestar na educação pré-escolar e nos ensinos básico e secundário dos sectores público, particular e cooperativo, visando a criação de condições para a adequação do processo educativo às necessidades educativas especiais dos alunos com limitações significativas ao nível da actividade e da participação num ou vários domínios de vida, decorrentes de alterações funcionais e estruturais, de carácter permanente, resultando em dificuldades continuadas ao nível da comunicação, da aprendizagem, da mobilidade, da autonomia, do relacionamento interpessoal e da participação social.

Relativo ao nível socioeconómico, é de salientar que a maioria dos alunos é proveniente de um meio socioeconómico médio/baixo, desempenhando os pais profissões muito díspares.

No que aos gostos pessoais diz respeito, e o que consegui recolher num rápido inquérito antecedente à primeira aula, dos 23 alunos constituintes da turma, 22 têm pela música, um dos passatempos preferidos, sendo que, alguns elementos (5 alunos) dedicam mesmo algum do seu tempo, à aprendizagem de um instrumento (piano e guitarra), A totalidade dos alunos passa mais de uma hora por dia recorrendo às tecnologias (telemóvel e computador/tablet), sendo grandes utilizadores das mesmas. Por fim uma curiosidade/preocupação, um dos alunos não revela mais nenhum tipo de gosto para além do desenho.

Para concluir é importante mencionar que a turma é composta por alunos participativos e empenhados na realização das tarefas propostas, reagindo com entusiasmo às atividades que lhe são apresentadas.

2. Prática Pedagógica da Unidade Letiva: A Pessoa Humana, do 6º Ano de Escolaridade

Toda a prática pedagógica foi planificada tendo em conta as Finalidades da disciplina, as Metas Curriculares para o segundo ciclo do Ensino básico assim, os objetivos específicos da unidade letiva “A pessoa humana” do sexto ano de escolaridade, o projeto educativo da escola Francisco Sanches e a heterogeneidade do grupo turma 6º3.

2.1. A (pré)paração

Assim se inicia aquela que passarei a nomear como a mais bela missão em solo Bracarense, da qual vou iniciar agora o relato.

Fase preparatória: Leitura atenta do programa de Educação Moral e Religiosa Católica.

2.1.1. As finalidades

Vou agora tentar identificar as finalidades, as metas, os domínios e por fim os objetivos específicos da Unidade Letiva que vou lecionar, é possível que fique cansado,

sim, muito cansado, mas é urgente estar preparado, não quero ser apanhado desprevenido nem decepcionar aqueles que em mim depositaram confiança.

Talvez ninguém tenha depositado!

Eis o que resultou de uma leitura atenta: As Finalidades de uma disciplina definem em termos ideais, o que se pretende que um aluno adquira com a sua frequência, a partir da sua experiência como pessoa em crescimento e em desenvolvimento, no contexto de uma determinada sociedade e de um dado sistema de ensino, cumpra as várias Metas, determinadas para o conjunto dos ciclos de ensino em que a disciplina é oferecida e pode, portanto, ser frequentada. “A EMRC tem como grande finalidade a formação global do aluno, que permita o reconhecimento da sua identidade e, progressivamente, a construção de um projeto pessoal de vida. Promove-a a partir do diálogo da cultura e dos saberes adquiridos nas outras disciplinas com a mensagem e os valores cristãos enraizados na tradição cultural portuguesa”¹⁷⁴. São finalidades da disciplina de EMRC:

- Apreender a dimensão cultural do fenómeno religioso e do cristianismo, em particular;
- Conhecer o conteúdo da mensagem cristã e identificar os valores evangélicos;
- Estabelecer o diálogo entre a cultura e a fé;
- Adquirir uma visão cristã da vida;
- Entender e protagonizar o diálogo ecuménico e inter-religioso;
- Adquirir um vasto conhecimento sobre Jesus Cristo, a História da Igreja e a Doutrina Católica, nomeadamente nos campos moral e social;
- Apreender o fundamento religioso da moral cristã;
- Conhecer e descobrir o significado do património artístico-religioso e da simbólica cristã;
- Formular uma chave de leitura que clarifique as opções de fé;
- Estruturar as perguntas e encontrar respostas para as dúvidas sobre o sentido da realidade;
- Aprender a posicionar-se, pessoalmente, frente ao fenómeno religioso e agir com responsabilidade e coerência.

¹⁷⁴ SECRETARIADO NACIONAL DA EDUCAÇÃO CRISTÃ, *Programa de Educação Moral e Religiosa Católica*, SNEC, Lisboa, 2014, 5.

A partir das finalidades da disciplina foram definidas as Metas Curriculares. “A definição das metas fornece uma visão mais objetiva possível do que se pretende alcançar. Assim devem identificar-se os conteúdos fundamentais que devem ser ensinados aos alunos e que estes possam ser objeto de uma ordenação sequencial e hierarquia ao longo das várias etapas de escolaridade. Essa ordenação deve ser orientada a partir de núcleos de conhecimentos/domínios e capacidades a adquirir e desenvolver pelos alunos e poderá culminar na definição ulterior de padrões de desempenho”¹⁷⁵.

As Metas Curriculares definem o que o professor pretende que os alunos aprendam, e consubstanciam-se num reordenamento programático que se alicerça segundo a Conferência Episcopal Portuguesa¹⁷⁶, em Domínios de Aprendizagem. Os campos de conhecimento/domínios que os alunos devem adquirir na disciplina de EMRC para o segundo Ciclo do Ensino Básico, são três: “religião e experiência religiosa”, “cultura cristã e visão cristã da vida” e “ética e moral”¹⁷⁷.

Domínios	Metas Curriculares
RELIGIÃO E EXPERIÊNCIA RELIGIOSA.	A. Compreender o que são o fenómeno religioso e a experiência religiosa.
	B. Construir uma chave de leitura religiosa da pessoa, da vida e da história.
CULTURA CRISTÃ E	E. Identificar o núcleo central do cristianismo e do catolicismo.
	F. Conhecer a mensagem e cultura bíblicas.
	G. Identificar os valores evangélicos.
	I. Conhecer o percurso da Igreja no tempo e o seu contributo para a construção da sociedade.

¹⁷⁵ *Ibidem*, 7.

¹⁷⁶ Cf. *Ibidem*, 7.

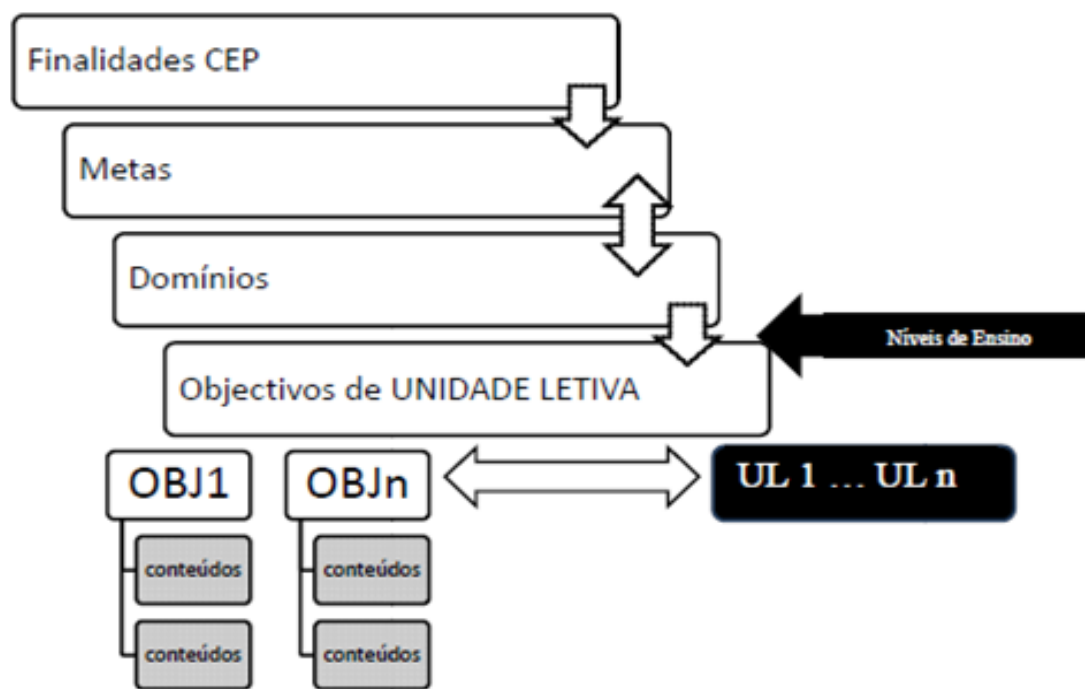
¹⁷⁷ *Ibidem*, 51.

VISÃO CRISTÃ DA VIDA.	J. Descobrir a simbólica cristã.
	K. Reconhecer exemplos relevantes do património artístico criados com um fundamento religioso.
	L. Estabelecer um diálogo entre a cultura e a fé.
ÉTICA E MORAL	M. Reconhecer a proposta do agir ético cristão em situações vitais do quotidiano.
	N. Promover o bem comum e o cuidado do outro.
	O. Amadurecer a sua responsabilidade perante a pessoa, a comunidade e o mundo.
	P. Identificar o fundamento religioso da moral cristã.
	Q. Reconhecer, à luz da mensagem cristã a dignidade da pessoa.

“O programa de EMRC, organiza-se por níveis de ensino e para cada nível de ensino foram determinadas Unidades Letivas. Cada Unidade Letiva desenvolve-se em Objetivos Programáticos da Unidade que operacionalizam a aprendizagem dos conteúdos específicos do tema de cada Unidade Letiva. A articulação de Objetivos e Conteúdos deve conduzir o professor à adequada determinação de estratégias/atividades de aprendizagem a fornecer os elementos necessários à seleção e elaboração dos instrumentos de avaliação”¹⁷⁸.

Assim, e em termos de proposta de reordenamento programático, para cada Unidade Letiva, as Metas Curriculares permitem a definição de um conjunto de Objetivos Programáticos e estes articulam-se em torno de um conjunto de Conteúdos.

¹⁷⁸ *Ibidem*, 10.



2.1.2 O enquadramento da Unidade Letiva

Na revisão do Programa, a Unidade Letiva “A Pessoa Humana” está entre as Unidades Letivas que constituem o 6º ano de escolaridade: UL1: A Pessoa Humana; UL2: Jesus, Um Homem para os outros; UL3: A Partilha do Pão.

O aluno do 6º ano de escolaridade, tem 11 anos de idade e encontra-se no início da adolescência, num fervilhar interior e exterior de mudanças. A adolescência que é uma etapa muito importante na construção da pessoa, na qual desempenham um papel muito importante as relações que se estabelecem com os amigos, com a família, com os professores. Uma característica típica desta fase é a consciência da subjetividade. Assiste-se ao dinâmico nascimento da subjetividade: o desejo intrínseco de responder à pergunta “quem sou eu?”.

É nesta fase que começa a funcionar no adolescente uma escala de valores pessoais, ainda não plenamente objetiva, nem independente do seu meio. A sua personalidade está a formar-se, a amadurecer. O adolescente vai conquistando a identidade em relação aos outros e dentro de um mundo em mudança. Daí seja de todo pertinente na minha modesta opinião a abordagem de um tema como a Pessoa Humana, a alunos do 6º ano.

No final da Unidade Letiva 1 (UL1) “A Pessoa Humana” – os alunos terão que ter alcançado conhecimentos inerentes aos domínios acima citados. No domínio da “religião e experiência religiosa” pretende-se a aquisição da meta B – “construir uma chave de leitura religiosa da pessoa, da vida e da história”. Quanto ao domínio da “cultura cristã e visão cristã da vida”, o objetivo é alcançar a meta E “identificar o núcleo central do e do catolicismo” a meta G “Identificar os valores evangélicos e a meta I “Conhecer o percurso da Igreja no tempo e o seu contributo para a construção da sociedade”, quanto ao domínio da “ética e moral” a meta O “Amadurecer a sua responsabilidade perante a pessoa, a comunidade e o mundo”¹⁷⁹.

RELIGIÃO E EXPERIÊNCIA RELIGIOSA.	B. Construir uma chave de leitura religiosa da pessoa, da vida e da história.
CULTURA CRISTÃ E VISÃO CRISTÃ DA VIDA.	E. Identificar o núcleo central do cristianismo e do catolicismo.
	G. Identificar os valores evangélicos.
	I. Conhecer o percurso da Igreja no tempo e o seu contributo para a construção da sociedade.
ÉTICA E MORAL	O. Amadurecer a sua responsabilidade perante a pessoa, a comunidade e o mundo.

2.1.3 Os objetivos

Não obstante dos objetivos já bem definidos pelo programa de EMRC para a Unidade Letiva *a Pessoa Humana*, a saber:

1. Reconhecer a pessoa como ser único que vive em relação com os outros
2. Identificar as diferentes dimensões da pessoa valorizando a relação com o transcendente.
3. Promover a autenticidade como fidelidade ao próprio projeto (vocação).
4. Identificar os direitos fundamentais da pessoa e da criança, a partir da noção de dignidade humana.

¹⁷⁹ *Ibidem*.

5. Conhecer organizações católicas que trabalham pela promoção da dignidade humana.
6. Perceber como o elemento fulcral da mensagem cristã é o carácter pessoal da relação de Deus com cada ser humano.
7. Promover as condições para que cada um viva como a pessoa que é¹⁸⁰.

Gostaríamos de trazer/acrescentar para este projeto que é a lecionação da unidade letiva “A Pessoa Humana” os seguintes objetivos:

- Levar os alunos a estruturarem atitudes, ideias, ideais, responsáveis no relacionamento com o outro.
- Ajudar a perceber que o ser pessoa pessoal é o maior valor que temos e que possuímos, determinando tudo aquilo que somos e que vamos construindo, em cada etapa da vida o ser pessoa vai-se construindo conforme as decisões tomadas e vivido de forma diferente por cada pessoa e o seu ser.
- Ajudar o aluno a perceber que a pessoa é uma individualidade, mas ao mesmo tempo relacional, do foro social, está relacionada com a multiplicidade de pessoas que contactamos e nos confrontamos diariamente.
- Envolver o aluno aula a aula com a disciplina e com a escola.

2.1.4. A planificação

Para se ensinar é preciso planificar e este ato não pode reduzir-se à forma como se aborda um determinado conteúdo. É necessário definir um fio condutor global que englobe um conjunto de ações e que seja pensado explicitamente para um determinado contexto. Neste âmbito, a avaliação de partida e as metas curriculares constituem um claro facilitador, porque foi a partir delas que se definiu os conhecimentos e as capacidades a adquirir e a desenvolver pelos alunos da turma três do sexto ano.

Neste sentido, foi com base no programa da disciplina de Educação Moral e Religiosa Católica, que se tomaram as decisões relativas à definição dos objetivos para esta unidade letiva e a conseqüente articulação em torno de conteúdos e estratégias/situações de aprendizagem a implementar em contexto de sala de aula, num total de seis aulas.

¹⁸⁰ *Ibidem*, 64.

Na planificação¹⁸¹ houve a inquietação de definir, com bastante rigor, a totalidade dos objetivos previstos para a Unidade Letiva a lecionar, pois é a aquisição cumulativa e interativa desses objetivos que permite ao aluno, ao longo do seu percurso escolar, familiarizar-se com as metas curriculares definidas e interiorizar as mesmas. Assim, houve a necessidade de exercer um juízo crítico para dar sequência e organizar uma vasta quantidade de objetivos e conteúdos, bem como a preocupação em criar dispositivos de aprendizagem adequados à diversidade dos alunos da turma onde iria decorrer a Prática de Ensino Supervisionada. À medida que se vão conhecendo os alunos de uma turma, verificamos que existem estratégias de leção mais adequadas e que promovem a aquisição de conhecimentos. As estratégias das planificações a médio prazo e a curto prazo refletem de algum modo as características da turma.

De uma planificação de médio prazo (período).

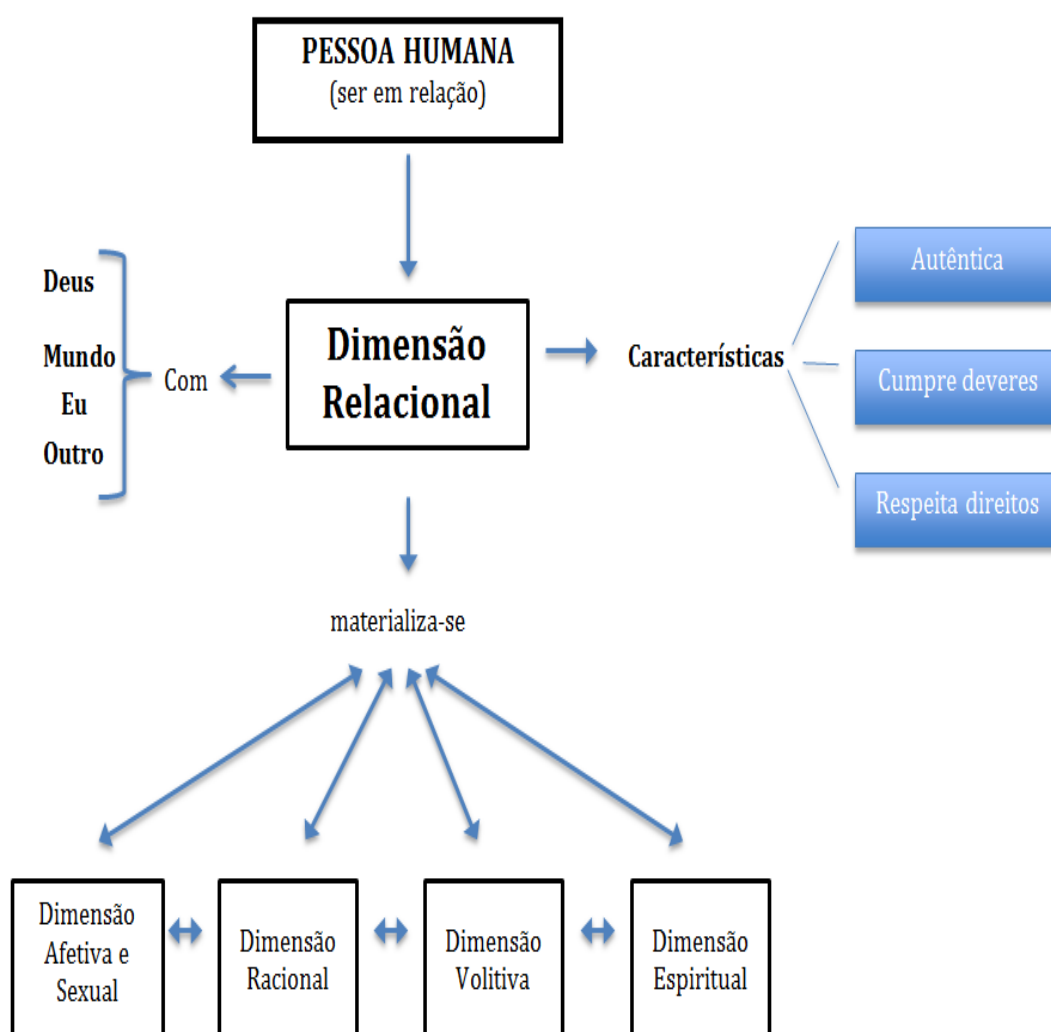
Ano letivo 2015/2016		Plano de Estudos			6º ano
UNIDADE 1 – A pessoa Humana					
Metas Curriculares/de Aprendizagem	Objetivos	Conteúdos	Estratégias / Recursos (ao longo do ano)	Instrumentos de Avaliação (ao longo do ano)	Calendarização
<p>B. Construir uma chave de leitura religiosa da pessoa, da vida e da história.</p> <p>G. Identificar os valores evangélicos.</p> <p>I. Conhecer o percurso da Igreja no tempo e o seu contributo para a construção da sociedade.</p>	<p>Reconhecer a pessoa como ser único que vive em relação com os outros.</p> <p>Identificar as diferentes dimensões da pessoa valorizando a relação com o transcendente.</p> <p>Promover autenticidade como fidelidade ao próprio projeto de vida.</p> <p>Identificar os direitos fundamentais da pessoa e da criança a partir da noção de dignidade humana.</p> <p>Conhecer organizações que trabalham pela promoção da dignidade humana.</p> <p>Promover as condições para que cada um viva como pessoa que é.</p>	<p>- Quem é uma pessoa? Um ser irrepetível, um ser em relação com os outros.</p> <p>Dimensão física: corpo, fisiologia;</p> <p>Dimensão intelectual: inteligência, imaginação, razão.</p> <p>Dimensão moral: distinção entre bem e mal, escolha, vontade e compromisso.</p> <p>Dimensão emocional: emoções e sentimentos.</p> <p>Dimensão social: a relação com os outros.</p> <p>Dimensão sexual: A vida emocional deve levar à abertura aos outros que são diferentes.</p> <p>A linguagem do corpo ajuda-nos a comunicar com os outros.</p> <p>A dimensão religiosa: capacidade de amar, de se interrogar sobre a existência, capacidade criativa...</p> <p>O ser humano é dotado de direitos e deveres, reconhecidos pela sociedade,</p> <p>As organizações locais que lutam pela construção de um mundo onde todos tenham condições de vida dignas.</p>	<p>Leitura e análise de textos e textos bíblicos.</p> <p>Diálogo / Debates</p> <p>Elaboração de textos</p> <p>Grelhas de leitura</p> <p>Trabalhos individuais e de grupo.</p> <p>Jogos pedagógicos</p> <p>Dramatizações</p> <p>Projeção de filmes</p> <p>Entrevistas</p> <p>Apresentações Power Point</p> <p>Visita de estudo.</p> <p>Manual e caderno do</p> <p>Fichas, fichas de trabalho, vídeos, computador, internet, cartolinas, quadro.</p>	<p>Avaliação diagnóstica</p> <p>Registos de observação</p> <p>Participação organizada;</p> <p>Cumprimento das regras</p> <p>Trabalhos: individual e de grupo</p> <p>Fichas de trabalho</p> <p>Trabalhos de pesquisa</p> <p>Autoavaliação</p>	7 aulas

¹⁸¹ *Ibidem*, 159. “ A planificação cuidada das aulas evita uma prática de ensino entregue ao acaso, que é sempre improdutiva, e garante que se definiram os meios necessários para a avaliação pedagógica. De qualquer modo, uma boa planificação, que é sempre indispensável, exige que o docente adquira conhecimento sobre as turmas e os alunos...”.

Passaremos para uma planificação mais explícita e detalhada da forma como se desenvolverão, na prática, as atividades e as técnicas de aprendizagem. (planificação a curto prazo, aula a aula).

A descrição dos objetivos de cada aula servirá para se perceber a adequação destas às opções estratégicas e às finalidades, servindo também para se entender a orientação que se pretende dar.

2.2. A planificação aula a aula



Estou pronto! Quer dizer, penso estar pronto, se é que alguma vez se está pronto. Mas estou com vontade e já consegui planificar a minha primeira aula. Se foi difícil?

Mentiria se dissesse que não e estou consciente de que ainda tenho aspetos a melhorar. Contudo, foi muito bom ter feito todo o enquadramento, pois já consigo orientar e delinear estratégias, tendo em mente as metas de aprendizagem os objetivos específicos da disciplina e da unidade letiva a lecionar, o grupo turma e o Projecto Educativo da Escola.

2.2.1 Aula 1

Nesta aula pretende-se levar os alunos a perceberem qual a origem da palavra/conceito pessoa e qual a sua evolução ao longo de toda a história. Levá-los a tomar consciência de que temos toda uma vida para nos realizarmos e não só um momento da nossa história em particular.

Fazê-los perceber o que é o ser humano, as suas divergências nos conceitos homem/mulher, classe social e faixa etária. Perceber como era compreendida a dignidade da pessoa e como era aceite nas sociedades/culturas greco-romana e a sua evolução com o auxílio do pensamento cristão.

Metas de aprendizagem	Objetivos a atingir	Conteúdos a desenvolver
<p>Acolhimento e Sumário</p> <p>SUMÁRIO: O conceito de Pessoa As dimensões da Pessoa Humana</p>		
<p>B. Construir uma chave de leitura religiosa da pessoa, da vida e da história.</p>	<ol style="list-style-type: none"> 1. Reconhecer a pessoa como ser único que vive em relação com os outros. 2. Identificar as diferentes dimensões da pessoa valorizando a relação com o transcendente. 	<ul style="list-style-type: none"> • O que é a pessoa? • Estrutura individual (unidade irrepitível) • Estrutura pessoal (ser em relação com os outros) • Dimensão física, racional e volitiva (ser livre) • Dimensão afetiva e sexual • A dimensão sexual abrange a totalidade da pessoa: corpo, vontade, afetividade, etc. • Abertura aos outros que são diferentes: a linguagem do corpo na comunicação com os outros • Rutura com o egoísmo e vivência do amor • Dimensão espiritual: a relação com o transcendente.

Plano Narrativo da Aula - **Acolhimento e diálogo com os alunos**: Depois de saudar os alunos, o professor com a guitarra canta um cântico de acolhimento com eles para criar um ambiente descontraído e acolhedor. Após o cântico, os mesmos são convidados a registar, no caderno diário o sumário da aula. Este será escrito no quadro branco por um aluno da turma, respeitando a ordem numérica crescente nas próximas aulas. O sumário contém o seguinte texto: Introdução à unidade letiva: “A Pessoa Humana”: O conceito de Pessoa e as dimensões da Pessoa Humana. Depois, seguir-se-á um *brainstorming* motivado pela pergunta: o que significa ser Pessoa.

Música de Acolhimento

Quem está feliz diga bom Dia

Se o ... está feliz, diga bom dia

Se o ... está feliz, diga bom dia

Alegria de viver, de sorrir e de aprender

Se o ... está feliz, diga bom dia

Se o ... está feliz, bata as palmas

Se o ... está feliz, bata as palmas

Alegria de viver, de sorrir e de aprender

Se o ... está feliz, bata as palmas

Música disponível em: <http://www.meloteca.com/jardim.htm>.

Brainstorming: O professor convida e estimula os alunos a indicar palavras relacionadas com ser Pessoa vai registando-as progressivamente no quadro. Esgotados os contributos dos discentes, o professor transforma aquele misto enriquecido de vocábulos, num esquema-síntese sobre o ser Pessoa. Segue-se uma breve apresentação em *prezi*.

Exibição de um *Prezi*: O professor apresentará um *prezi* sobre a etimologia e evolução do termo Pessoa assim como o contributo do Cristianismo na formulação do conceito “Pessoa”.

Metodologia Prática: O professor para melhor exemplificar o conceito e formulação do “ser pessoa” como uma única realidade corpo/alma, utiliza a metodologia do lápis: mostra aos alunos um lápis de carvão e pede-lhes que digam qual o objeto que segura na mão. Em seguida, pergunta-lhes se este manteria a sua forma e utilidade inicial se lhe retirássemos o carvão; se era ou não o mesmo objecto, ainda que a sua forma inicial fosse a mesma. Desta forma, o professor leva os alunos a refletir sobre a unidade do ser humano.

Atividade “Desenhar de olhos vendados”: Na abordagem ao reconhecimento da pessoa como ser único, que vive em relação com os outros e ao cuidado e necessidade de atender ao “outro”, o professor introduz a atividade: desenhar de olhos vendados. Assim, distribui pelos alunos uma venda, uma folha A4 e um lápis de carvão, que deverá ser colocado em cima da folha. A atividade, iniciar-se-á quando todos os alunos estiverem de olhos vendados. O professor auxilia a colocação das vendas, para o processo ser mais célere. Dará início à atividade que decorrerá em 6 ações. No final de cada ação, o lápis deverá ser colocado em cima da folha e quando terminadas todas as ações esta deverá ser virada com o desenho para baixo. O professor pede aos alunos que retirem a venda dos olhos, e olharem para a tela onde estará projetada a frase: “Quando na nossa vida nos falta o essencial, aquilo que fazemos corre o risco de ficar mal feito”.

Com esta atividade, o professor pretende levar os alunos a refletir sobre as fragilidades do ser humano, sobre a importância da ajuda ao outro. Serve também como introdução à exposição teórica que se fará, a seguir, sobre as dimensões da pessoa. O “essencial” será algo que os alunos irão descobrir nas próximas aulas.

O professor, com a colaboração dos alunos, faz a síntese da atividade. Segue-se uma nova apresentação em *Prezi*: “As dimensões da pessoa humana”, uma exposição teórica que levará os alunos a perceber a tridimensionalidade da pessoa.

Síntese final: Com o objetivo de compreender se os conteúdos ficaram bem consolidados, o professor, com a colaboração dos alunos, fará a síntese da aula.

Proposta de trabalho para durante a semana: Por fim, é apresentada uma proposta de trabalho, como uma forma de incentivo à aprendizagem, para realizar durante a semana, ou seja até à próxima aula. Optou-se por em todas as aulas, criar situações de trabalhos para casa como uma forma de integrar os encarregados de educação no processo de ensino-aprendizagem e como forma de os inteirar sobre o que era trabalhado nas aulas de EMRC.

Assim será distribuído a cada aluno, aleatoriamente, um papel com um número (os números vão de um a vinte e três, pois a turma é constituída por vinte e três alunos). Os alunos irão trabalhar em pares, exceto os últimos três alunos, dado o número impar de alunos da turma. Assim a quem sair o número um deverá trabalhar com o número dois e sucessivamente. Durante a semana cada aluno deverá tentar recolher o máximo de informação sobre o seu par para que no início da próxima aula se apresentem mutuamente.

Os alunos vão trabalhar a dimensão relacional, desta forma o professor incentiva e promove a união entre os alunos, a fim de que formem um grupo construtivo, cooperante, com auto-estima e aberto.

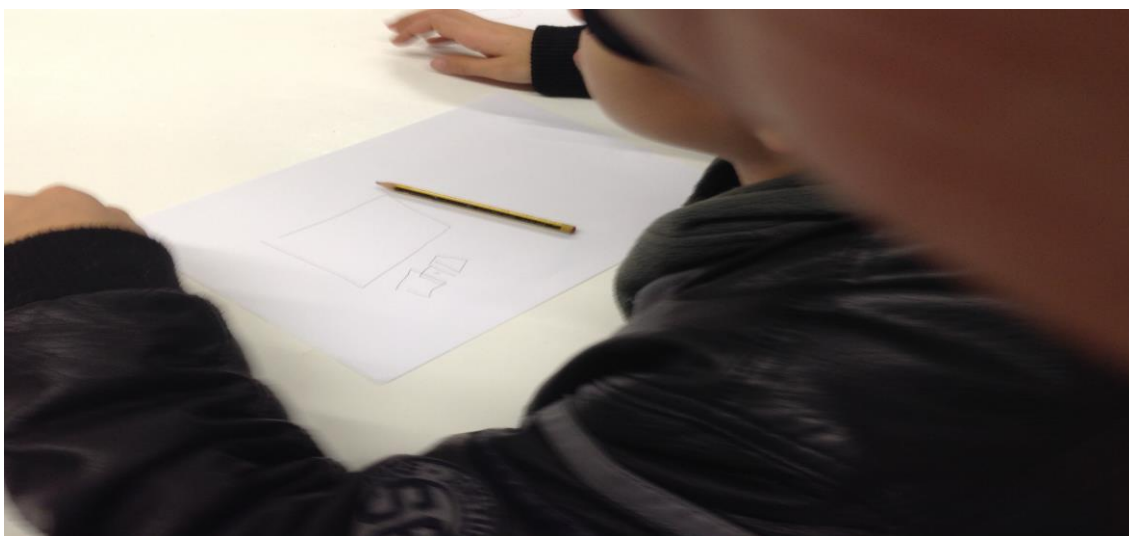
Terminar-se-á a aula com o docente a desejar a todos uma boa semana e um bom trabalho.

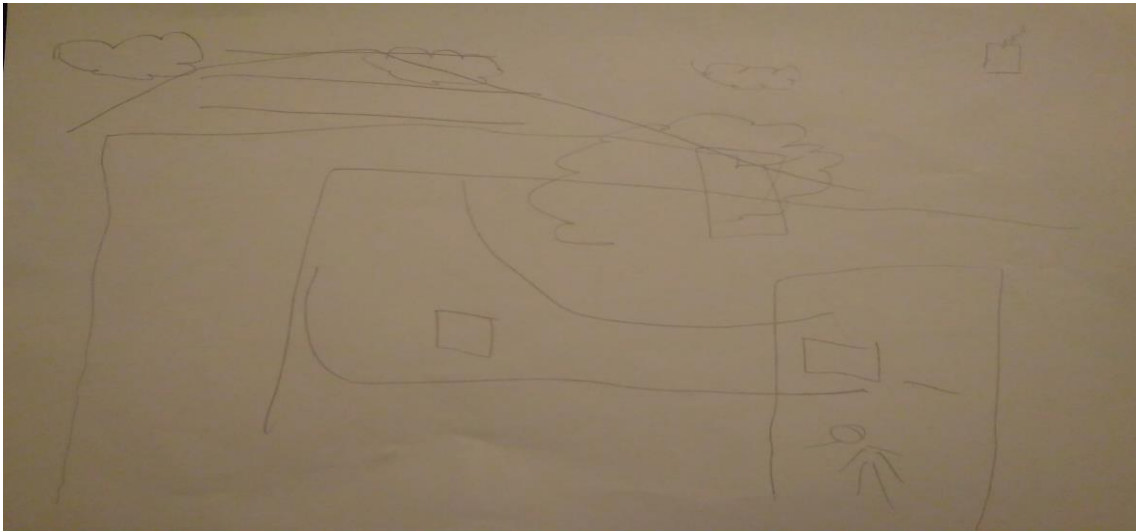
Estratégias de Ensino	Recursos	Tempo	Avaliação formativa
- Acolhimento; (Depois de saudar os alunos, o professor com a guitarra canta um cântico de acolhimento com os alunos por forma a criar um ambiente descontraído e acolhedor). Registo do Sumário	Guitarra Letra do Cântico: "Quem está feliz" Quadro e Caneta	6 min.	Assiduidade e pontualidade. Empenho.
Brainstorming motivado pela questão o que é ser Pessoa? De seguida o professor apresenta a etimologia e evolução do termo Pessoa. Assim como o contributo do Cristianismo na formulação do conceito do ser Pessoa.	Quadro e Caneta Prezi Quadro e caneta Computador Projetor multimédia Manual do aluno (páginas 12, 13 e 14).	4 min. 4 min.	Observação direta. Atenção. Participação organizada. Respeito pelos colegas.
Posteriormente, o professor para melhor exemplificar o conceito e formulação do ser pessoa como uma única realidade corpo/alma, utiliza a metodologia do lápis: (Mostrando aos alunos um lápis de carvão o	Lápis	2 min.	Realização das tarefas propostas. Grelha de observação.

<p>docente pede-lhes que digam qual o objecto que segura na mão. Continuando com o mesmo objeto, o professor pergunta se este manteria a sua forma e utilidade inicial se lhe retirássemos o carvão, se era ou não o mesmo objeto ainda que a sua forma inicial fosse a mesma).</p>			
<p>O professor distribui pelos alunos uma venda, uma folha A4 na sua frente em cima da mesa e o lápis de carvão em cima da folha dará início à atividade que decorrerá em 6 ações, cada uma com a duração de um minuto. No final de cada ação o lápis deverá ser colocado em cima da folha e quando terminadas todas as ações esta deverá ser virada com o desenho para baixo.</p> <p>O objetivo desta atividade é de no final os alunos conseguirem ter desenhado uma casa com um jardim, e por fim colocarem-se a eles mesmos cuidando desse jardim.</p> <p>(Ação 1 – Colocar a venda. Pegar no lápis e na folha e desenhar um quadrado.</p> <p>Ação 2 – No interior do quadrado desenhar duas janelas e uma porta.</p> <p>Ação 3 – Traçar, em cima do quadrado, o telhado, e, por fim, a chaminé.</p> <p>Pretende-se que, neste momento, esteja desenhada algo semelhante com uma casa.</p> <p>Ação 4 – Esboçar uma árvore de fruto do lado direito da casa e três nuvens no cimo da mesma.</p> <p>Ação 5 – Traçar um caminho desde a árvore até à porta de entrada da casa.</p> <p>Ação 6 – Para finalizar, desenhar um homem – jardineiro - do lado da árvore.)</p> <p>O professor pede aos alunos que retirem a venda dos olhos, e olharem para a tela onde estará do projetada a frase: "Quando na nossa vida nos falta o essencial, aquilo que fazemos corre o risco de ficar mal feito".</p> <p>Após um comentário breve à frase, os alunos deverão espreitar o seu desenho.</p> <p>O professor, com a colaboração dos alunos, faz a síntese da atividade.</p>	<p>Venda Lápis Folha A4 Branca Lisa Projetor multimédia Computador</p>	<p>10 min</p> <p>3 min</p> <p>5 min</p>	
<p>Após a síntese da atividade anterior, o professor faz uma apresentação sobre as dimensões da Pessoa Humana.</p>	<p>Prezi Quadro e caneta Computador</p>	<p>8 min</p>	

<p>Será apresentada uma proposta de trabalho para ser realizada durante a semana e apresentada na próxima aula.</p> <p>(Proposta: Será distribuído a cada aluno, aleatoriamente, um papel com um número (os números vão de um a vinte e três, pois a turma é constituída por vinte e três alunos). Os alunos irão trabalhar em pares, exceto os últimos três alunos, dado o número ímpar de alunos da turma. Assim a quem sair o número um deverá trabalhar com o número dois e sucessivamente. Durante a semana cada aluno deverá tentar recolher o máximo de informação sobre o seu par para que no início da próxima aula se apresentem mutuamente.</p>	<p>Projetor multimédia Manual do aluno (páginas 15, 16, 17).</p>	<p>3 min</p>	
--	--	--------------	--

Fotos 1 a 3 – Resultado de desenhos finais da atividade: “Desenhar de olhos vendados” realizada na aula 1.





2.2.2 Aula 2

Metas de aprendizagem	Objetivos a atingir	Conteúdos a desenvolver
<p>Acolhimento e Sumário</p> <p>SUMÁRIO: A Pessoa caracterizada nas dimensões social, biológica e espiritual.</p> <p>A autenticidade.</p>		
<p>G. Identificar os valores evangélicos</p>	<p>3. Promover a autenticidade como fidelidade ao próprio projeto (Vocação).</p>	<ul style="list-style-type: none"> • A rutura com o egoísmo e a vivência do amor permitem o crescimento saudável e a realização plena da pessoa. • A autenticidade: fidelidade ao próprio projeto (Vocação). • A vocação da pessoa é a felicidade (realização, bem-estar, produtividade, relação com os outros).

		<ul style="list-style-type: none"> • Procurar a coerência entre o que se é e o que se aparenta ser. • Ter vontade de ser verdadeiro e de procurar a verdade. • A aceitação de si mesmo
--	--	---

Para esta aula pretende-se ajudar os alunos a perceberem que a pessoa tem características biológicas únicas, que se vão transformando ao longo da nossa vida. Levá-los a compreender que é também pelo corpo que o outro *me* percebe pela primeira vez. Invocar aos alunos à prática de desporto, ao cuidado com a alimentação e a aquisição de hábitos de higiene. Pela dimensão biológica, levá-los a compreender as necessidades do outro segundo as suas especificidades corporais, mais ou menos desenvolvidas.

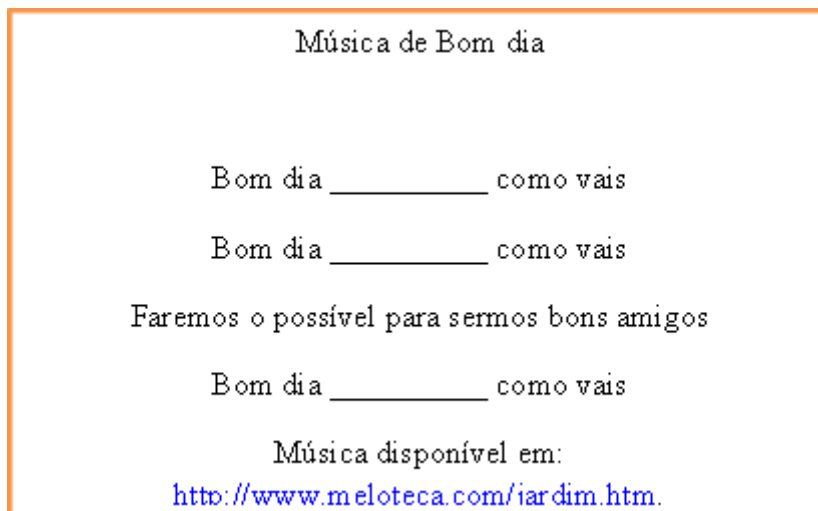
Levá-los a ver as diferenças do outro como um benefício. Ajudá-los a perceberem que a relação com o outro é marcada por valores sociais, e que é a partir dela que somos influenciados em comportamentos e atitudes, bem como a tomada de decisões. Demonstrando a dificuldade que muitas das vezes há em nos relacionarmos com o outro. Fazê-los perceber que temos de controlar os nossos impulsos. É necessário que percebam que o primeiro núcleo social a que pertencemos é a família.

Ajudá-los, ainda, a descobrirem Deus como fonte da vida e do amor, em perfeita aliança com o ser humano, na sua relação pessoal com a pessoa. Levá-los a perceber que esta é a dimensão que nos distingue dos restantes seres vivos: capacidade de amar, pensar, de tomar decisões livres e de agir sobre o mundo, conforme os desígnios de Deus.

Por fim levar os alunos a compreender que a dignidade humana está na sua autenticidade e genuinidade, enquanto pessoa.

Plano Narrativo da Aula - **Acolhimento e diálogo com os alunos:** Depois de saudar a turma, o professor utiliza o mesmo recurso da aula anterior: canta um cântico de

acolhimento com os alunos por forma a criar, novamente, um ambiente descontraído e acolhedor. Todos os alunos, um de cada vez, devem saudar o seu par.



Segue-se a redação do sumário, que previamente será escrito em quadro branco por um aluno respeitando a ordem crescente numérica. O sumário terá o seguinte texto: “A Pessoa caracterizada nas dimensões social, biológica e espiritual. A Autenticidade”. Posteriormente o professor fará um resumo da aula anterior.

Resumo da aula anterior: O professor, fará um breve resumo dos conteúdos lecionados na aula anterior, questionando os alunos sobre os mesmos. A participação ativa dos alunos, é livre e de espontânea vontade, sempre moderada pelo professor. A importância de investigar os conhecimentos prévios da turma e recordar conteúdos de aulas anteriores, é utilizada com o objetivo de criar "pontes" aos conteúdos abordados de seguida. Após o resumo, o professor aproveita o conceito de co-relação entre corpo/alma alude à criação dos jogos olímpicos onde estava subjacente uma ideologia da harmonia entre o corpo e a alma (*corpo são mente sã*).

Estratégia de motivação: Os alunos serão premiados com “medalhas de ouro” nas mais diversas categorias, conforme as atividades propostas ao longo da unidade letiva. Nesta aula, serão premiados na categoria de melhores artistas gráficos (referente à atividade proposta pelo professor, no decorrer da aula anterior). O objetivo desta estratégia é o de os motivar para o processo ensino/aprendizagem. Para evitar que uns alunos ganhem e outros percam o professor irá assegurar-se que todos ganham uma medalha.

De seguida os alunos apresentarão a resolução do trabalho proposto em aula anterior. “Conhecer melhor o outro”.

Trabalho de pares: Tendo em conta a proposta de trabalho apresentada pelo professor, à turma, na aula anterior, “conhecer melhor o outro”, os alunos vão formar-se em grupos de dois, enquanto são anotadas as especificidades que cada um recolheu do seu par. Esta dinâmica, visa criar oportunidades para reforçar a autoestima de cada um, bem como o apelo ao respeito por si próprio e pelo outro.

Posteriormente, o professor faz uma apresentação detalhada das diferentes dimensões pelas quais a pessoa se caracteriza: biológica, social e espiritual; a que se segue a noção de felicidade como a verdadeira vocação.

Completando esta apresentação serão efetuadas três leituras do manual do aluno. Manual do Aluno pags. 22, 23, 24 e 25. Segue-se a visualização de um vídeo¹⁸².

Síntese final: Com o objetivo de compreender se os conteúdos ficaram bem consolidados, o professor, com a colaboração dos alunos, fará a síntese da aula.

Proposta de trabalho para durante a semana: O professor, no final da aula, distribui, um BI (Bilhete de Identidade) aos alunos, que deve ser preenchido durante a semana, para ser apresentado na aula seguinte.

Bilhete de Identidade da Pessoa – Que sou eu?			
ESCOLA: _____			
Nome: _____			Impressão Digital
Nacionalidade: _____	Há diferentes na família? _____ _____	Sexo <input type="checkbox"/> M <input type="checkbox"/> F	
Data de Nascimento ____/____/____			
Diferenças em relação ao meu par: _____			
Filiação	Nome do Pai: _____		
	Nome da mãe: _____		

¹⁸² Vídeo retirado do youtube disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=iYhCn0jf46U>.

Terminar-se-á a aula com o docente a desejar a todos uma boa semana e um bom trabalho.

Estratégias de Ensino	Recursos	Tempo	Avaliação formativa
<p>- Acolhimento; Depois de saudar a turma, o professor utiliza o mesmo recurso da aula anterior: canta um cântico de acolhimento com os alunos por forma a criar, novamente, um ambiente descontraído e acolhedor. Todos os alunos, um de cada vez, devem saudar o seu par. Registo do Sumário</p>	<p>Guitarra Letra do Cântico: “Bom dia como vai” Quadro e Caneta</p>	<p>5 min.</p>	<p>Assiduidade e pontualidade. Empenho.</p>
<p>Resumo dos conteúdos abordados na última aula.</p> <hr/> <p>O professor após o resumo e aproveitando o conceito de co-relação entre corpo/alma alude à criação dos jogos olímpicos onde estava subjacente uma ideologia da harmonia entre o corpo e a alma (corpo são, mente são) apontando à posteriori para a estratégia de motivação</p> <p>Estratégia de motivação: Os alunos serão premiados com medalhas de ouro na categoria de melhores artistas gráficos (referente à atividade proposta pelo professor no decorrer da aula anterior). Esta estratégia foi pensada pelo professor, de forma a criar nos alunos um empenho maior na elaboração dos TPC.</p>	<p>Quadro e Caneta Computador Projetor multimédia Prezi.</p> <hr/> <p>Medalhas Fita Cartolina dourada Computador Fotos dos alunos Projetor multimédia</p>	<p>5 min.</p> <hr/> <p>4 min</p>	<p>Grelha de observação. Observação direta.</p> <p>Atenção, empenho e participação na aula</p> <p>Cooperação com os colegas</p> <p>Participação pertinente e oportuna valorizando as intervenções positivas e fundamentadas.</p>
<p>Trabalho de pares: De seguida, os alunos, tendo em conta a proposta apresentada pelo professor à turma na aula anterior, “conhecer melhor o outro”, vão-se apresentando em grupos de dois, enquanto são anotadas as especificidades que cada um recolheu do seu par.</p>	<p>Quadro e caneta Papel Esferográfica</p>	<p>15 min.</p>	<p>Atenção e concentração</p> <p>Cumprimentos das regras de sala de aula</p>
<p>Posteriormente, o professor faz uma apresentação detalhada das diferentes dimensões pelas quais a Pessoa se caracteriza: a biológica, a social e a espiritual. A que se segue a noção de felicidade como a verdadeira vocação. Completando esta apresentação serão feitas três leituras do manual do</p>	<p>Computador Projetor multimédia Prezi. Video retirado do youtube disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=iYhCn0jf46U Manual do Aluno págs. 24 e 25.</p>	<p>15 min</p>	

aluno			
(O professor, no final da aula, distribuí, por aluno, um BI que deve ser preenchido durante a semana afim de ser apresentado na aula seguinte).	BI impresso Papel Cartolina	1 min	

2.2.3. Aula 3

Metas de aprendizagem	Objetivos a atingir	Conteúdos a desenvolver
Acolhimento e Sumário		
SUMÁRIO: Realização de um trabalho de grupo. Introdução ao tema: direitos e deveres da pessoa da Pessoa Humana.		
G. Identificar os valores evangélicos	4. Identificar os direitos fundamentais da pessoa e da criança, a partir da noção de dignidade humana.	<ul style="list-style-type: none"> • O ser humano é dotado de direitos e de deveres, reconhecidos pela sociedade: • A declaração Universal dos direitos do Homem. • A convenção sobre os direitos da Criança.

Nesta aula pretendemos levar os alunos a perceberem que o maior obstáculo à ordem social é, talvez, a falta de apreciação do valor do outro: o amor, respeito pelo seu ser pessoa, pelo outro, o que quer que sejam e o que quer que façam bem como o respeito pelos seus direitos e dignidade.

Plano Narrativo da Aula - **Acolhimento e diálogo com os alunos:** Feita a saudação aos alunos, segue-se a redação do sumário, que previamente será escrito em quadro branco por um aluno, respeitando a ordem crescente numérica. O sumário terá o seguinte texto: “Realização de um trabalho de grupo. Introdução ao tema: direitos e deveres da pessoa da Pessoa Humana.”

Após a conclusão da transcrição do sumário para o caderno diário, o professor recolhe o BI preenchido de cada aluno, conforme solicitado na aula anterior. Segue-se um resumo da aula anterior.

Resumo da aula anterior: A participação ativa dos alunos, é livre e de espontânea vontade, sempre moderada pelo professor. A importância de investigar os

conhecimentos prévios da turma e recordar conteúdos de aulas anteriores é utilizada por forma a criar "pontes" aos conteúdos a abordar.

Consolidação do saber saber: De seguida, o professor aproveitando a planta da sala de aula, mesas redondas com seis alunos por mesa, propõe à turma o seguinte jogo: divisão da turma em quatro grupos homogéneos (A, B, C e D) e apresentação das regras aos alunos. Em seguida distribui por cada grupo uma cor diferente e pede a cada um que escolha um porta-voz. Posteriormente, e seguindo uma ordem imposta pelo professor, um dos porta-vozes do grupo escolherá um algarismo de um até nove, que corresponderá a uma determinada pergunta sobre os conteúdos até então lecionados. Cada vez que um grupo acertar na resposta, colocará a sua respetiva cor no número da pergunta que acertar, com o objectivo de fazer linha, e, assim, ganhar o jogo. Com esta metodologia, o professor pretende avaliar os conhecimentos adquiridos nas aulas anteriores.



Estratégia de motivação: Após a conclusão do jogo do galo, o professor divulgará quem são os premiados com “medalhas de ouro” na categoria de melhor detective pessoal (referente à atividade realizada na aula anterior “conhecer melhor o outro). Esta

estratégia foi criada pelo professor como forma de premiar os alunos com “medalhas de ouro” em diversas categorias. O objetivo centra-se na motivação dos alunos para o processo ensino/aprendizagem.

Posteriormente, o professor num diálogo horizontal e vertical, apresenta a noção de “Liberdade”, “Igualdade” e “Fraternidade”, e uma breve exposição sobre “Os direitos e deveres da pessoa”.

Síntese final: Com o objetivo de compreender se os conteúdos ficaram bem consolidados, o professor, com a colaboração dos alunos, fará a síntese da aula.

Proposta de trabalho para durante a semana: O professor, no final da aula, apresenta aos alunos a proposta de, em conjunto, criarem uma letra de uma música sobre os conteúdos desenvolvidos na unidade letiva: “Ser Pessoa”. Assim será distribuído a todos um papel, para que cada um na próxima aula traga uma frase sobre um conteúdo desenvolvido” Será já apresentada a melodia, para que os alunos possam familiarizar-se com a mesma.

Todos já aprendemos mais um pouco, e por isso esta semana será de reflexão. O que te sugerimos é que, escrevas uma frase sobre algum conteúdo que tenhas adquirido, de forma, a que todos juntos, possamos construir uma música no final da unidade letiva.

Bom trabalho.

Terminar-se-á a aula com o docente a desejar a todos uma boa semana e um bom trabalho.

Estratégias de Ensino	Recursos	Tempo	Avaliação formativa
- Acolhimento; Registo do Sumário	Quadro e Caneta	4 min	Assiduidade e pontualidade. Empenho.
Recolha dos BI, que os alunos preencheram durante a semana. Resumo dos conteúdos abordados na última aula.	Quadro e Caneta Computador Projektor multimédia Prezi.	5 min.	
Consolidação do saber saber: Trabalho de grupos: Depois da divisão da turma em quatro grupos homogéneos (A, B, C e D), o professor, que previamente preparou os quadros de jogo, apresenta aos alunos as regras. Distribuindo por cada grupo uma cor diferente e pedindo a cada grupo que escolha um porta-voz. Posteriormente, e seguindo uma ordem imposta pelo professor, um dos porta-vozes do grupo escolherá um algarismo de um até nove, que corresponderá a uma determinada pergunta sobre os conteúdos até então lecionados. Cada vez que um grupo acertar na resposta colocará a sua respetiva cor no número da pergunta que acertar, com o objetivo de fazer linha, e assim ganhar o jogo. Com esta metodologia o professor pretende avaliar os conhecimentos adquiridos nas aulas anteriores.	Jogo do Galo Quadros de jogo Cartolina Tecidos Papéis com perguntas Molas de quatro cores diferentes Marcador Quadro	20 min	Observação direta. Grelha de observação. Atenção, empenho e participação na aula Cooperação com os colegas Participação pertinente e oportuna valorizando as intervenções positivas e fundamentadas.
Estratégia de motivação: No seguimento da proposta feita em aulas anteriores o professor continua a premiar os alunos com medalhas de ouro, nesta aula serão premiados os alunos na categoria de melhor detetive pessoal (referente à atividade proposta pelo professor em aula anterior "conhecer melhor o outro).	Medalhas Fita Cartolina dourada Computador Fotos dos alunos Projektor multimédia	5 min.	Resultados dos exercícios de consolidação de conhecimentos Atenção e concentração
Posteriormente, o professor num diálogo horizontal e vertical com os alunos apresenta a noção de liberdade, igualdade e fraternidade, a que se segue uma breve apresentação sobre os direitos e deveres da pessoa.	Quadro e Caneta Computador Projektor multimédia Prezi.	8 min	Cumprimentos das regras de sala de aula
(O professor, no final da aula, apresenta aos alunos a proposta de em conjunto criarem uma letra de uma música sobre os conteúdos desenvolvidos na unidade letiva lecionada: "Ser Pessoa" assim será distribuído a todos um papel, a fim de que cada aluno na próxima aula traga uma frase sobre um conteúdo desenvolvido" Será já apresentada a melodia, para que os alunos se possam familiarizar com a mesma.	Papel Fotocópias Guitarra Projektor Computador	3 min	

2.2.4. Aula 4

Metas de aprendizagem	Objetivos a atingir	Conteúdos a desenvolver
Acolhimento e Sumário		
SUMÁRIO: A Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH) Os direitos da Criança.		
G. Identificar os valores evangélicos.	5. Identificar os direitos fundamentais da pessoa e da criança, a partir da noção de dignidade humana.	<ul style="list-style-type: none"> • O ser humano é dotado de direitos e de deveres, reconhecidos pela sociedade: • A declaração Universal dos direitos do Homem. • A convenção sobre os direitos da Criança.

Levar os alunos a conhecer a *novidade* do Cristianismo, “a dignidade de todos (não apenas dos cidadãos (Grécia ou Roma), dos mais aptos, inteligentes, dotados, não escravos, etc.)”, o abrir as portas à visão do outro, na sua alteridade, como igual, com igual valor e dignidade, na preservação da sua irredutível subjetividade, enquanto um “tu”.

Acolhimento e diálogo com os alunos: Depois de saudar os alunos, o professor utilizando um recurso já utilizado em aulas anteriores canta um cântico de acolhimento com os alunos para criar novamente um ambiente descontraído e acolhedor.

Música EMRC é bom pra mim
EMRC é bom pra mim (2x)
Em dias de chuva ou de sol, EMRC é bom pra mim
EMRC é bom pra mim (2x)
Aprendo a ser e a fazer. EMRC é bom pra mim
EMRC é bom pra mim (2x)
Se eu sou pequenino, ela dá-me voz, EMRC é bom pra mim
Música da autoria do professor com a colaboração da turma 6º3

Segue-se a redação do sumário que previamente será escrito em quadro branco por um aluno respeitando a ordem crescente numérica. O sumário terá o seguinte texto: A Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH) Os direitos da Criança.

Estratégia de motivação: No seguimento da proposta feita em aulas anteriores o professor continua a premiar os alunos com “*medalhas de ouro*”, nesta aula serão premiados na categoria, de melhor estratégia (referente à atividade proposta pelo professor em aula anterior jogo do galo).

Resumo da aula anterior: A participação ativa dos alunos, é livre e de espontânea vontade, sempre moderada pelo professor. A importância de investigar os conhecimentos prévios da turma e recordar conteúdos de aulas anteriores, é utilizada por forma a criar "pontes" aos conteúdos abordados de seguida.

Resolução de um problema como estratégia didática: O professor, propõe à turma um jogo: “O direito e o dever”. À vez, e de forma aleatória, o professor retira um aluno da sala de aula durante um curto espaço de tempo. Aos restantes, o professor atribui um determinado dever, que todos deverão cumprir. Ao aluno que se encontra fora da sala de aula serão atribuídos 5 direitos, (5 perguntas a 5 colegas diferentes) cabe a este adivinhar qual o dever comum. Desta forma, o professor pretende alertar os alunos para a importância de respeitarem os direitos dos outros e aceitar os nossos próprios deveres.

De seguida, o professor num diálogo horizontal e vertical apresenta a noção de direitos e deveres e a sua importância. Posteriormente, faz uma apresentação sobre a Declaração Universal dos Direitos Humanos, a sua evolução ao longo dos tempos, assim como os atentados à mesma. Segue-se a exibição de um pequeno vídeo¹⁸³. Após a visualização do vídeo, o mesmo distribui aos alunos, um marcador de livro, elaborado pelo próprio, com os 30 artigos da declaração. Seguir-se-á uma apresentação em *powerpoint* e o visionamento do filme: “UNICEF Portugal 2015”¹⁸⁴.

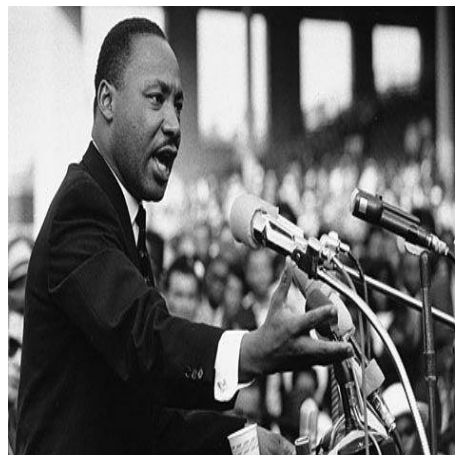
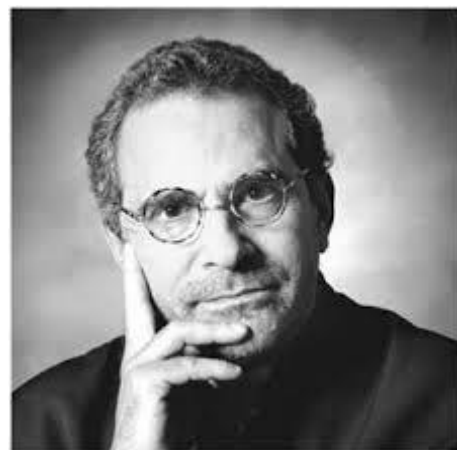
¹⁸³ “Declaração dos direitos humanos” disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=kcA6Q-IPiKE>.

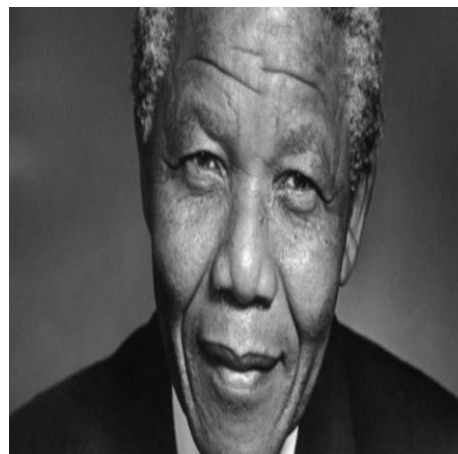
¹⁸⁴ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=AXqKcAVkzNM>.

Apresentação em Powerpoint: Depois de um breve diálogo horizontal e vertical sobre os direitos humanos, o professor faz uma apresentação sobre os organismos: ONU e UNICEF e os seus contributos para a defesa dos direitos da criança.

Síntese final: Com o objetivo de compreender se os conteúdos ficaram bem consolidados, o professor, com a colaboração dos alunos, fará a síntese da aula.

Proposta de trabalho para durante a semana: O professor, no final da aula, apresenta a proposta de trabalho: “Quem é? O que fez?”. Assim, distribui aleatoriamente por cada aluno, uma personagem do séc. XX que contribuiu para a defesa dos Direitos Humanos. Durante a semana, os alunos devem recolher informações e na próxima aula apresentar aos colegas de turma a sua personagem e os seus contributos.





Terminar-se-á a aula com o docente a desejar a todos uma boa semana e um bom trabalho.

Estratégias de Ensino	Recursos	Tempo	Avaliação formativa
- Acolhimento; (Depois de saudar os alunos, o professor com a guitarra canta um cântico de acolhimento com os alunos. Registo do Sumário	Guitarra Letra do Cântico: "EMRC é bom para mim" Quadro e Caneta	5 min.	Assiduidade e pontualidade. Empenho.
Recolha dos trabalhos propostos em aula anterior: "Construção da letra final da música "Ser pessoa".			Observação direta.
Estratégia de motivação: No seguimento da proposta feita em aulas anteriores o professor continua a premiar os alunos com medalhas de ouro, nesta aula serão premiados os alunos na categoria de melhor estratégia (referente à atividade proposta pelo professor em aula anterior jogo do galo).		2 min.	Atenção, empenho e participação na aula
Resolução de um problema como estratégia didática: O professor, propõem à turma um jogo: "O direito e o dever" à vez, e de forma aleatória, o professor retira um aluno da sala de aula durante um curto espaço de tempo, aos restantes, o	Jogo do direito e do dever.	6 min	Cooperação com os colegas
			Participação

<p>professor atribuí um determinado dever, que todos deverão cumprir. Ao aluno que se encontra fora da sala de aula serão atribuídos 5 direitos, (5 perguntas a 5 colegas diferentes) cabe a este adivinhar qual o dever comum. Desta forma, o professor pretende alertar os alunos para a importância dos conteúdos a desenvolver.</p>			<p>pertinente e oportuna valorizando as intervenções positivas e fundamentadas.</p>
<p>Posteriormente, o professor num diálogo horizontal e vertical com os alunos apresenta a noção de direitos e deveres e a sua importância.</p>	<p>Quadro Caneta</p>	<p>4 min</p>	<p>Atenção e concentração</p>
<p>De seguida o professor faz uma apresentação sobre a Declaração Universal dos Direitos Humanos, a sua evolução ao longo dos tempos, assim como os atentados à mesma. Posteriormente o professor distribuí por cada aluno, um marcador de livro elaborado pelo próprio, com os 30 artigos da declaração.</p>	<p>Quadro e Caneta Computador Projetor multimédia Prezi. Manual do aluno págs. 31 e 32. Visionamento do filme: “Declaração dos direitos humanos” disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=kcA6Q-IPiKE</p>	<p>15 min.</p>	<p>Cumprimento das regras de sala de aula.</p>
<p>Depois de um breve diálogo horizontal e vertical sobre os direitos humanos, o professor faz uma apresentação sobre os organismos: ONU e UNICEF e os seus contributos para os direitos da criança.</p>	<p>Quadro e Caneta Computador Projetor multimédia Prezi. Manual do aluno págs. 35 e 36. Visionamento do filme: “UNICEF Portugal 2015” disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=AXqKcAVkzNM</p>	<p>10 min.</p>	<p>Grelha de observação.</p>
<p>(O professor, no final da aula, apresenta a proposta de trabalho: “Quem é? O que fez?”. Assim, distribui por cada aluno uma personagem do séc. XX que contribuiu para a defesa dos Direitos Humanos. Durante a semana os alunos devem recolher informações, e na próxima aula apresentar aos colegas de turma a sua personagem e os seus contributos.</p>	<p>Papel Fotocópias Imagem</p>	<p>2 min.</p>	

2.2.5. Aula 5

Metas de aprendizagem	Objetivos a atingir	Conteúdos a desenvolver
<p>Acolhimento e Sumário</p> <p>SUMÁRIO: Conhecer organizações de apoio à Pessoa. Que condições para que todos possam ser Pessoas.</p>		
<p>I. Conhecer o percurso da Igreja no tempo e o seu contributo para a construção da sociedade.</p>	<p>6. Conhecer as organizações católicas que</p>	<ul style="list-style-type: none"> A igreja Católica defende os direitos das crianças, entre outros: <ul style="list-style-type: none"> - à família (Familiaris Conortio) - ao bem-comum (Gaudium et spes)

<p>E. Identificar o núcleo central do cristianismo e do catolicismo.</p> <p>O. Amadurecer a sua responsabilidade perante a pessoa, comunidade e o mundo.</p>	<p>trabalham pela promoção da dignidade humana.</p> <p>7. Perceber como o elemento fulcral da mensagem cristã é o carácter pessoal da relação de Deus com cada ser humano.</p> <p>8. Promover as condições para que cada um viva como a pessoa que é.</p>	<p>- à educação (Gravissimum Educationis).</p> <ul style="list-style-type: none"> • O contributo da Igreja Católica nos cuidados: <ul style="list-style-type: none"> - assistências - de saúde -da educação • Como “ ser pessoa” e dar condições para que todos sejam “pessoas” : <ul style="list-style-type: none"> - Estabelecer relações cordiais e verdadeiras - Escutar; -Partilhar; - Ser atento e amável; -Comunicar bem; -Respeitar os outros; -defender os direitos humanos; -cumprir os seus deveres
--	---	---

Com esta aula, pretendemos levar os alunos a amadurecer a ideia de pessoa enquanto imagem e semelhança de Deus, mostrar que cada um de nós é capaz de contribuir para a construção do mundo mais harmonioso e que à pessoa é inerente um valor e uma dignidade incomparável que lhe vem de Deus. Mostrar aos alunos que o respeito pelo outro começa pelo respeito por si próprio.

Plano Narrativo da Aula - **Acolhimento e diálogo com os alunos:** Depois de saudar os alunos, o professor utiliza a plataforma *voki*¹⁸⁵ e dá os bons dias aos alunos.



¹⁸⁵ O *Voki* é um recurso diferenciado que pode tornar as aulas mais atraentes e prender a atenção dos alunos. Essa ferramenta permite a criação de um avatar, e com esse recurso, é possível criar mensagens de forma divertida. O *Voki* pode ser usado para apresentar conteúdos em sala de aula, e também pode ajudar muito no ensino de línguas.

Segue-se a redação do sumário, que previamente será escrito em quadro branco por um aluno respeitando a ordem crescente numérica. O sumário terá o seguinte texto: “Conhecer organizações de apoio à Pessoa. Quais as condições para que todos possam ser Pessoas”.

Estratégia de motivação: No seguimento da proposta feita em aulas anteriores o professor continua a premiar os alunos com medalhas de ouro, nesta aula serão premiados na categoria de melhor legalista (referente à atividade proposta pelo professor em aula anterior, o jogo: “O direito e o dever”).

Resumo da aula anterior: A participação ativa dos alunos é livre e de espontânea vontade, sempre moderada pelo professor. O professor recorda a proposta de trabalho para esta aula, dando o mote para que os alunos, de forma ordenada, apresentem a figura que trabalharam durante a semana, iniciando-se assim o “Quem é quem, e o que fez?”.

Posteriormente, o professor num diálogo horizontal e vertical faz o balanço do trabalho realizado. Seguir-se-á uma apresentação em *powerpoint*, sobre as organizações, de apoio à Pessoa e o contributo da Igreja católica na promoção dos direitos nas diversas áreas. Apresentando os vários documentos do magistério da Igreja, onde se revela esta preocupação.

Depois de um breve diálogo horizontal e vertical sobre os documentos da Igreja, pela promoção dos direitos nas áreas da educação, família e bem-comum, o professor apresenta a Encíclica *Laudato Si*, Papa Francisco, fazendo referência ao cuidar da casa comum, mostrando que cada aluno é capaz e tem o dever de contribuir para a construção do mundo mais harmonioso.

Atividade palavras soltas, frases construídas: O professor como balanço final da aula e tendo previamente distribuído a turma por três grupos, distribui um envelope, com palavras soltas a cada grupo. Estes deverão conseguir formar uma frase completa, sobre a importância de nos relacionarmos com os outros. As frases estão no manual do aluno pág. 45. O professor, com a colaboração dos alunos, fará a síntese da atividade.

Síntese final: Com o objetivo de compreender se os conteúdos ficaram bem consolidados, o professor, com a colaboração dos alunos, fará a síntese da aula.

Quase na conclusão da unidade, o professor, no final da aula, apresenta aos alunos a letra final da música para a qual todos contribuíram, sobre os conteúdos desenvolvidos na unidade letiva: “*A pessoa humana*”. Assim, será distribuído a todos, e entoada a música no final da aula.



Estou contigo, ainda que eu seja diferente
Não sou indiferente, que isto, de ser pessoa
Tá no ser e não no ter
Pois é quem ama quem procura
A verdade e também o bem
Fazer a todos, não olhar quem

Refrão (2x)

**Onde iria eu, sem ter alguém
Se o eu só existe pelo tu
Assim iriei até onde vais
Pois em cada relação eu ganho... sempre um pouco mais.**

Eu Aprendi, que o respeito pelo outro
Não está só, no ele, pois tem de ser o eu
A garantir a condição
Para se viver em união
Partilhar, dialogar
Ouvir e saber Amar.

*Música: Pe. Nuno Tovar Lemos disponível em:
<http://desafinacoes.freeiz.com/arquivo/liturgica/arquivo/liturg0025.pdf>*

Letra: Turma do 6º3 da Escola Dr. Francisco Sanches – Braga

Estratégias de Ensino	Recursos	Tempo	Avaliação formativa
- Acolhimento, os bons dias através da plataforma Voki; Registo do Sumário	Quadro e Caneta Computador Projetor Avatar	5 min	Assiduidade e pontualidade.
Estratégia de motivação: No seguimento da proposta feita em aulas anteriores o professor continua a premiar os alunos com medalhas de ouro, nesta aula serão premiados os alunos na categoria de melhor legalista (referente à atividade proposta pelo professor em aula anterior, o jogo: “O direito e o dever”).		2 min	
Apresentação dos trabalhos propostos em aula anterior: “Quem é quem, e o que fez?”	Papel Fotocópias Imagem Computador Videoprojetor Quadro Caneta	10 min	Observação direta.
Diálogo horizontal e vertical sobre todas as personagens trabalhadas na apresentação.		2 min	Atenção, empenho e participação na aula
De seguida o professor faz uma apresentação em powerpoint, sobre as organizações, de apoio à Pessoa e o contributo da Igreja católica na promoção dos direitos nas diversas áreas. Apresentando os vários documentos do magistério da Igreja, onde se revela esta preocupação.	Quadro e Caneta Computador Projetor multimédia Powerpoint Manual do aluno págs. 40 e 41	10 min	Cooperação com os colegas
Depois de um breve diálogo, horizontal e vertical sobre os documentos da Igreja, pela promoção dos direitos nas áreas da educação, família e bem-comum o professor apresenta a Encíclica Laudato Si, Papa Francisco, fazendo referência ao cuidar da casa comum.	Quadro e Caneta Computador Projetor multimédia Prezi.	5 min	Participação pertinente e oportuna valorizando as intervenções positivas e fundamentadas.
Atividade: palavras soltas, frases construídas – O professor como balanço final da aula e tendo previamente distribuído a turma por três grupos, distribui um envelope, com palavras soltas a cada grupo. Estes deverão conseguir formar uma frase completa, sobre a importância de nos relacionarmos com os outros. As frases estão no manual do aluno pág. 45.	Folhas Envelope Palavras impressas	6 min.	Atenção e concentração
O professor, no final da aula, apresenta aos alunos a letra final da música para a qual todos contribuíram, sobre os conteúdos		5 min	Cumprimentos das regras de sala de aula. Grelha de observação.

desenvolvidos na unidade letiva: “Ser Pessoa”. Assim, será distribuído a todos, e entoada a música final.			
---	--	--	--

2.2.6. Aula 6

Com esta aula pretendemos a verificação dos conteúdos adquiridos pelos alunos nas aulas anteriores, utilizando-se uma metodologia que vá de encontro às suas preferências.

Plano Narrativo da Aula - **Acolhimento e diálogo com os alunos**: Depois de saudar os alunos, o professor utilizando a plataforma *powtoon*¹⁸⁶ dá-lhes os bons dias.



Segue-se a redação do sumário, este será escrito em quadro branco por um aluno respeitando a ordem crescente numérica. O sumário terá o seguinte texto: Realização de uma ficha de trabalho em pares, utilizando as TIC: “*Kahoot*”. Depois de todos finalizarem a transcrição do sumário para o caderno diário, o professor apresenta a plataforma *Kahoot*. De seguida, divide a turma em grupos de dois e três elementos, aproveitando os oito computadores existentes na sala de aula.

¹⁸⁶ O Powtoon é uma ferramenta virtual de edição de vídeos. Permite a realização de vídeos curtos ou longos: apresentar um currículo em vídeo, preparar uma apresentação para um projeto e gravar até vídeo-aulas. Mas o que define realmente o Powtoon é que todos os vídeos são feitos em animação, como um verdadeiro e dinâmico desenho animado.

Assim que os alunos estiverem sentados em frente do computador por grupos, o professor dará as indicações para que todos possam de forma clara aceder à plataforma. A ficha só iniciará quando todos tiverem no portal de acesso. Depois, o professor dará o *pin* de acesso ao jogo.

O jogo contém trinta e duas questões, tendo cada uma delas um tempo limite de trinta segundos por resposta. As respostas são de múltipla escolha, devendo os alunos optarem pela correta. No final de cada resposta, será exibido um gráfico do número de respostas certas e erradas, assim como um quadro de pontuações. Ficando de imediato os alunos a saber qual a resposta correta a cada pergunta. A pergunta será sempre projetada no quadro interativo permitindo a todos uma boa visibilidade, uma vez que nos computadores os alunos apenas têm presente as possibilidades de resposta.

No final da ficha de trabalho o professor num diálogo horizontal e vertical com os alunos faz a correção da mesma.

Autoavaliação: A avaliação dos alunos prevista na planificação desta unidade letiva, ainda que considere os resultados da aprendizagem, incidirá preferencialmente sobre os processos desenvolvidos pelos discentes face às tarefas propostas. Assim, considerando o professor que a autoavaliação dos alunos é uma parte essencial da orientação do ensino, pois ela apresenta mais evidências do esforço e das conquistas do aluno.

A autoavaliação melhora a comunicação porque os alunos ficam mais cientes de suas áreas de dificuldade e têm mais condições de articular as suas necessidades, distribui por cada aluno uma tabela, onde os alunos analisarão o comportamento, cooperação, interesse, participação, e realização dos trabalhos propostos, ao longo da unidade letiva. Assim que todos terminarem, o professor, procederá à recolha dos documentos.



Construir uma Escola de Qualidade

Agrupamento de Escolas
Ano letivo 2015/2016

Nome _____ Nº _____

Autoavaliação da unidade letiva: "Ser pessoa".

	Comportamento	Cooperação	Interesse	Participação	Trabalhos Propostos
Aula 1					
Aula 2					
Aula 3					
Aula 4					
Aula 5					
Aula 6					

I – Insuficiente S- Suficiente B- Bom MB – Muito Bom

Porque aprender a ser professor é um processo contínuo tomou-se a liberdade de na última aula pedir uma avaliação aos alunos para no futuro se melhorar ainda mais o processo de ensino. Assim, o professor distribui uma folha onde consta uma tabela, para que os alunos possam avaliar o desempenho do professor ao longo da unidade letiva.



Construir uma Escola de Qualidade

Agrupamento de Escolas
Ano letivo 2015/2016

Caro aluno: Solicito a tua colaboração no preenchimento deste questionário anónimo, na tentativa de melhorar a prestação como Professor. Assim procura responder com sinceridade a todas as questões, atribuindo uma classificação de 1 a 5, com a seguinte correspondência.

	1	2	3	4	5
Comunica claramente os objetivos de aprendizagem no início de cada aula.					
Domina os conteúdos da disciplina que leciona.					
Ensina a matéria a um ritmo adequado, atendendo às nossas necessidades, fazendo revisões quando necessário.					
Apresenta os conteúdos de forma interessante e criativa, relacionando-os com as coisas que já sabemos.					
Procura manter todos os alunos ativos e empenhados.					
Utiliza instrumentos de avaliação diversificados (Jogos, fichas, propostas de trabalho para casa).					
Cria um bom ambiente de trabalho dentro da sala de aula.					
Trata os alunos de forma justa.					
Mostra preocupação com os alunos e com os seus sucessos nas aulas.					

1-Muito Fraco 2-Fraco 3-Suficiente 4-Bom 5-Muito Bom

Metas de aprendizagem	Objetivos a atingir	Conteúdos a desenvolver	Estratégias de Ensino	Recursos	Tempo	Avaliação formativa
Acolhimento e Sumário			- Acolhimento, os bons dias através da plataforma Powtoon Registo do Sumário	Quadro e Caneta Computador Projektor Video Powtoon	5 min.	Assiduidade e pontualidade.
Todas as metas de aprendizagem da unidade letiva.	Consolidação do saber	Todos os conteúdos lecionados na unidade letiva.	Consolidação do saber: O professor utilizando a plataforma Kahoot, realiza com os alunos em grupos de três elementos, uma ficha de trabalho em grupo, de todos os conteúdos lecionados. Uma vez que a sala possui sete computadores, a estratégia adotada foi a divisão de três elementos por grupo. No final será feita a correção da ficha.	Computador Projektor Plataforma didática: "Kahoot". Excel	35 min	Observação direta. Atenção, empenho e participação na aula Cooperação com os colegas Avaliação final da ficha de trabalho Atenção e concentração
			Autoavaliação: o professor distribui por cada aluno uma tabela, onde os alunos analisarão o comportamento, cooperação, interesse, participação, e realização dos trabalhos propostos, ao longo da unidade letiva lecionada.	Tabela Esferográfica	3 min	Cumprimentos das regras de sala de aula.
			Por fim, o professor distribui uma folha onde consta uma tabela, para os alunos	Tabela Esferográfica	2 min	Grelha de autoavaliação.

			avaliarem o seu desempenho ao longo da unidade letiva.			
--	--	--	--	--	--	--

2.3. A justificação da seleção das atividades

A seleção das atividades ou sequência de atividades, de um conjunto de estratégias enquadrou-se, portanto, na opção estratégica global que foi tomada, tendo em vista a aprendizagem dos alunos e tendo em conta as especificidades da turma três do sexto ano. Assim, as decisões que se tomaram relativamente ao tipo de atividades e à forma de organização do grupo turma para a aquisição de algumas dessas tarefas, não poderão ser consideradas corretas ou incorretas em si mesmas, uma vez que a sua apreciação depende da estratégica global que foi delineada para alcançar os objetivos propostos para esta unidade.

Nesta seleção de atividades, foi tido em linha de conta o despertar para as novas tecnologias, por parte das camadas mais jovens, uma vez que é cada vez mais pertinente a utilização de meios e de instrumentos da Web 2.0 no que se refere ao processo pedagógico, “promovem novas formas de aprender, de pensar e de ensinar oferecendo ao aluno um papel que não se compadece com a passividade, mas antes exige-lhe competências para analisar e avaliar criticamente a informação, isto é, refletir sobre a informação com que interage para produzir conhecimento para si e para partilhar com os outros”¹⁸⁷. Assim como, uma ou outra atividade teve como pano de fundo a ideia de jogo, pois o jogar e o brincar são dinâmicas importantes para que as crianças e os adolescentes descubram o mundo, as pessoas e as coisas que os rodeiam¹⁸⁸. Como refere Araújo, “O brincar é um comportamento que permite o conhecimento de si próprio, do mundo físico e social e dos sistemas de comunicação, o que poderá levar a considerar a atividade lúdica como intimamente relacionada com o desenvolvimento da criança e, assim, com a aprendizagem”¹⁸⁹.

Mas para se perceber a adequação da escolha de uma atividade e a sua introdução na estratégia global, houve a preocupação de, nas planificações, contextualizar descritivamente a forma como se irá desenvolver essa atividade. Pensar

¹⁸⁷ Sónia CRUZ, *Proposta de um Modelo de Integração das Tecnologias de Informação e Comunicação nas Práticas Lectivas: o aluno de consumidor crítico a produtor de informação online*, Universidade do Minho, Instituto de Educação e Psicologia, Braga, 2009, 9.

¹⁸⁸ Cf. Maria José ARAÚJO, *O jogo, a Internet e o mundo das crianças*, in VI Congresso Português da Sociologia, Universidade Nova, Lisboa, 2008, 2.

¹⁸⁹ *Ibidem*.

simplesmente na execução de um *Brainstorming*¹⁹⁰ na exploração de um *Prezi*¹⁹¹, de um powerpoint, na visualização de um vídeo, na realização de um jogo, de um *Kahoot*¹⁹² numa música ou num outro recurso sem atender ao modo como se irá pôr em prática essa intenção, pode ser suficiente para concretizar as atividades e ocupar o tempo da aula, mas não basta para garantir que as situações de aprendizagem proporcionadas se enquadrem na opção estratégica definida para atingir os objetivos da unidade a lecionar.

Assim, e partindo do princípio de que uma aula deve ser centrada nos alunos, foram sendo privilegiadas metodologias de aprendizagem que proporcionassem a reconstrução e reestruturação cognitiva do seu conhecimento, apostando em técnicas de modelação participativa e dialogal. O recurso a metodologias de ensino ativas que envolvessem os alunos nas atividades propostas afigurou-se o mote ideal para a construção de um saber reflexivo que possibilitou aos alunos a reformulação de conceitos, a contestação de conhecimentos e que favoreceu a participação crítica de todos.

Como complementaridade e consolidação dos conteúdos desenvolvidos na sala de aula e de introdução aos seguintes, foi, em todas as aulas, enviado um TPC¹⁹³, como uma forma de integrar os encarregados de educação no processo de ensino-aprendizagem, e como forma, de os inteirar sobre o que era trabalhado nas aulas de EMRC.

¹⁹⁰ *Brainstorming* é uma técnica de criatividade de grupo pensada para gerar um grande número de ideias para a solução de um problema. Este método foi inicialmente popularizado no final dos anos 30 por Alex Faickney Osborn, no livro *Applied Imagination*. Osborn defendeu que, ao aplicar o método do brainstorming, os grupos conseguem duplicar a sua criatividade. Alex OSBORN, *Applied imagination: Principles and procedures of creative problem solving*, Third Revised Edition, Paperback, Scribner, 1963, 2-17.

¹⁹¹ O *Prezi* é um software na modalidade computação em nuvem feito em *HTML5* utilizado para a criação de apresentações não lineares.

¹⁹² *Kahoot* é um serviço para a criação e distribuição de avaliações para computadores, telemóveis, *tablets* e *laptops*. Pode-se criar testes ou pesquisas para que os alunos respondam em qualquer dispositivo com um navegador de internet. As perguntas podem incluir imagens e vídeos e o professor pode determinar o tempo para a resolução de cada questão. Ao responder às perguntas, os alunos vão acumulando pontos e são mostrados os tempos de cada resposta.

¹⁹³ Os Trabalhos Para Casa (TPC) envolvem uma teia de atores sociais, pelas mais diversas razões e circunstâncias. Não podem ser entendidos como uma relação a dois: professor-aluno. A propósito, um velho provérbio africano refere que: “É a aldeia toda que educa a criança” Maria Adelina VILLAS-BOAS, *Escola e família: Uma relação produtiva de aprendizagem em sociedades multiculturais*, Escola Superior de Educação João de Deus. Lisboa, 2001, 34.

2.4. A avaliação

De entre o conjunto de ações que envolve o ato de planificar está a avaliação dos alunos e a do professor. A avaliação dos alunos prevista na planificação desta unidade letiva, ainda que considere os resultados da aprendizagem, incidirá preferencialmente sobre os processos desenvolvidos pelos discentes face às tarefas propostas. Será uma aposta na avaliação formativa que decorrerá no final de cada aula, analisando-se desse modo os produtos da aprendizagem, permitindo, se necessário, proceder a uma reorientação do trabalho nas aulas subsequentes consoantes as diferentes necessidades dos alunos.

Identificação		Parâmetros									Outras informações *			
		É pontual	Comporta-se adequadamente	Faz-se acompanhar do material necessário	Contribui ativamente para a dinâmica da aula	Cumprir com os trabalhos solicitados / TIC	Tem bom relacionamento com os colegas	Domina conhecimentos trabalhados	Tem revelado progressos a nível curricular	Teste 1				
Nº	Nome													
1														
2														
3														
4														
5														
6														
7														
8														
9														
10														
11														
12														
13														
14														
15														
16														
17														
18														
19														
20														
21														
22														
23														

NOTA: utilizar os sinais: (+), (±), (-), (NS), (S), (SB) e (EX).

A avaliação de cada aula, também influencia a preparação da seguinte, uma vez que se agiu em função do plano de aula executado e do feed-back que se foi recebendo. Assim, planificou-se em função dos objetivos que se pretendiam alcançar e das especificidades da turma; avalia-se o processo desenvolvido para se extrair algumas ilações para as ações a desenvolver no plano de aula seguinte. Sempre que necessário ajustou-se as planificações em função do não cumprimento da anterior.

A avaliação das aulas aqui feita pode ser mais ou menos fundamentada, mas servirá sempre de rampa de lançamento para futuras situações. O modo como foi planificada a unidade letiva, a forma como as aulas decorreram e a avaliação que agora se descreve reflete, pelo menos, a perceção do real e o modo particular de conceber a minha intervenção. O recurso a metodologias de ensino ativas e atrativas que

envolvessem os alunos nas atividades propostas afigurou-se como mote ideal para a construção de um saber reflexivo que possibilitou aos alunos a reformulação de conceitos, a contestação de conhecimentos e que favoreceu a participação ativa e crítica de todos.

As atividades desenvolvidas nas aulas propiciaram o desenvolvimento de um clima que valorizou a capacidade de refletir criticamente não de forma isolada, mas de forma coletiva e colaborativa, visto que o processo ensino-aprendizagem deve-se contrapor a uma mera transmissão de conhecimentos. Os alunos cooperaram e as aulas decorreram num clima de diálogo e de grande interação entre os seus participantes. É de preconizar a conjuntura de interação que se foi construindo no decurso das aulas, a atestar pela oportunidade que os alunos tiveram de discutir, trocar ideias, partilharem conhecimentos, ou seja, a todos foi dada oportunidade de expor as suas experiências, compreensões, concordâncias e discordâncias em relação aos conteúdos abordados. Mesmo os momentos mais teóricos, com exposição e diálogo, revelaram-se da maior importância, tendo em vista que a teoria vem fundamentar a prática e uma contribui para o desenvolvimento da outra.

Em modo autoavaliativo, estas aulas permitiram-me também refletir acerca do papel que um professor deve ter: bom comunicador, observador, reflexivo, humilde, bom ouvinte, paciente, inovador, disponível, etc. A grande preocupação, foi criar nos alunos desafios, incitá-los à participação, estimular-lhes o raciocínio, suscitar-lhes o interesse pelas temáticas a lecionar e inculcar-lhes a acumulação de novos conhecimentos, levando os alunos a estruturarem atitudes, ideias, ideais, responsáveis no relacionamento com o outro. Penso que esse objetivo foi amplamente alcançado.

Como aspetos preponderantes na forma como decorreu o processo de ensino aprendizagem, destaco os seguintes: o recurso a situações de aprendizagem dinâmicas que apelavam à interação permanente com os alunos; uma correta articulação dos conteúdos a abordar; o trabalho individual dos alunos, e os trabalhos de grupo que foram sempre acompanhados de um debate ou uma exposição do professor para sistematizar/organizar as ideias; a compreensão e assimilação de conhecimentos que os alunos foram evidenciando; a boa gestão do tempo previsto para a abordagem de cada conteúdo e a adoção de uma postura serena e segura capaz de gerar um clima de harmonia e, simultaneamente, controlar qualquer imprevisto na sala de aula.

Um outro aspeto a salientar, e não menos relevante, prende-se com a avaliação dos alunos, que se centrou em objetivos do saber ser e nos resultados obtidos pelos discentes ao longo da realização das atividades propostas, das quais se gostaria de destacar a elaboração de uma música sobre o tema lecionado. Esta atividade decorreu ao longo de três aulas, sempre como proposta de TPC e contou com o empenho de todos os discentes.

O resultado apresentado evidencia não só, a forma como os conteúdos foram assimilados pelos alunos, como também demonstra o interesse que a atividade suscitou nos alunos, reveladora de sucesso.

Assim, considero que as aulas decorreram de modo construtivo, dado que as estratégias utilizadas permitiram um maior envolvimento e motivação por parte dos alunos. Tendo consciência de que os conteúdos foram bem lecionados e interiorizados, atesta esta afirmação, o resultado obtido da ficha de avaliação, realizada na sexta aula.

Concluo então que a leção da unidade letiva decorreu como o previsto e os alunos corresponderam a todas as tarefas com facilidade o que levou a que todas as planificações fossem cumpridas com sucesso.

Por conseguinte, crê-se que as aulas foram uma fonte de aprendizagem e de enriquecimento para todos, contribuindo em muito para o aumento da minha segurança e desempenho.

A relação estabelecida entre professor e alunos foi muito boa, pois procurou-se estar atento às suas necessidades e motivações, com a finalidade de os ajudar no seu processo de aprendizagem e na sua formação pessoal, social e cristã.

CONCLUSÃO

Decorria a prova do campeonato nacional de corta-mato, quando a grande candidata à vitória se isolou a meio da prova e, quando parecia a caminho do troféu, (este seria o seu primeiro título nacional na modalidade) levantou os braços à entrada para a última volta, convencida que tinha terminado. Já nada a demovia de celebrar uma vitória prometida e esperada. Nem o ausente frenesim, nem a ausência de uma fita, habitual do aproximar do atleta à meta, a impediam de tal festejo. Alertada pelos juizes que ainda faltava uma volta, a atleta já não teve força anímica para continuar, desatando num choro convulsivo.

Depois, viria a explicar que tinha ouvido a sineta à entrada para a volta anterior, o que foi desmentido pelos juizes, que disseram que a mesma nem sequer estava levantada na altura. Todo aquele esforço havia sido em vão, os pequenos ouvidos tinham captado um som inexistente que talvez o seu cérebro sedento de tal vitória tivesse reproduzido.

Tanto esforço, tantos sonhos e desejos, tantas horas de treino intenso, tanta vontade, e no final aquela pequena sineta *ousou* tocar fora de tempo.

Assim, chegam todos os anos alunos às Escolas, carregados de desejos, de sonhos, de vontades e interesses diferentes, e a escola que tem a missão de os acolher e educar integralmente recebe-os de braços abertos, porque hoje cada aluno conta, talvez não por ser um ser humano em potência, mas porque todos os números importam, afim, de que não se percam o número de turmas em cada escola.

À entrada destes é-lhes colocado um número, atribuída uma turma, quase uma despersonalização do seu verdadeiro ser “Ser pessoa é ser alguém, e não algo, e não coisa”. Estará o sistema educativo preparado para acolher cada aluno como uma individualidade que é, e não como algo ou coisa a quem são receitadas fórmulas? Onde há espaço para a valorização da identidade de cada um? Não será dessa maneira que se gera crescimento e amadurecimento? Crescimento e amadurecimento que serão ferramentas cruciais na resolução das circunstâncias concretas do quotidiano da pessoa e que farão dela um elemento ativo na construção da sociedade.

Todos os anos é mais do mesmo, o tiro de partida soa em alta voz e, dá-se o costume, mergulhar numa corrida desenfreada por um lugar nos medalhados, mas

aquela pequena sineta, é danada para a brincadeira e a longas voltas do fim, começa a ecoar na cabeça de muitos, um ecoar que não é pregão de vitória, antes um baixar de braços porque a meta ainda está distante. Se uma atleta de alta competição não foi capaz de voltar a correr, mesmo depois de parar, e tendo a meta à distância de mais uma volta, como poderá a Escola motivar estes alunos a não se deixarem ficar para trás? Entender o ser de cada ser poderá ser a solução.

A disciplina de EMRC neste panorama de ensino que se nos apresenta, também tem que virar a página, a página de tempos em que a disciplina era vista, muitas vezes, como a “mini escolinha de boas maneiras” para alunos/problema, ou como outsider, que se encontrava despida de rigor escolar e revestida de moralismo, com raiz profundamente catequética.

A disciplina de EMRC, deve pois, atender o mais objetivamente possível aos requisitos formais educativos, para continuar, segundo a sua natureza específica e as suas finalidades, a desenvolver, a potenciar e a complementar, com bons olhos, a ação educativa da própria escola e de cada aluno. Para continuar a dar-lhe o suplemento de alma de que tanto necessita. Para dar aquele “mais” no desenvolvimento integral e pleno da personalidade de cada aluno, de forma integrada e harmoniosa, talvez não consiga evitar o soar antecipado da sineta, mas poderá ajudar o atleta a aceitar que o corta mato não é a sua melhor modalidade.

A lecionação da disciplina de EMRC, exige do professor uma contínua reflexão sobre o processo de ensino-aprendizagem, capaz de adaptar-se aos contextos, promovendo aprendizagens significativas. Assim, e tendo em conta a diversidade social e cultural, é necessária uma relação pedagógica cuidada de modo a não proporcionar conflito promovendo a autonomia e a participação equilibrada de todos e assim favorecendo um clima de aprendizagem.

Como foi referido ao longo do trabalho, foi minha tarefa, na Prática de Ensino Supervisionada, a lecionação da Unidade Letiva “A pessoa humana” ao sexto ano de escolaridade.

Esta tarefa exigiu a análise profunda da Unidade Letiva acima supracitada e, sobretudo, a fundamentação teórica do conceito de pessoa, a partir da filosofia e da teologia, fazendo eco dos avanços da antropologia cristã. A educação da pessoa será

tanto mais completa, quanto mais alargar a teia do conhecimento à pessoa na sua inteira dimensão, de forma a não ficar numa visão do particular.

A pessoa não pode ser reduzida à sua característica funcional do pretexto social. A pessoa não sendo vista na sua integridade pode ser circunscrita à objetivação das necessidades contemporâneas, manipulando a essência do ser pessoa.

A noção do ser pessoa só pode ser entendida pela abordagem da pessoa concreta e total. A pessoa é multifacetada, desempenha vários papéis, secundários, no desenvolvimento social, e não pode ser vista só como uma força social, como um fim voltado para o desempenho que manifesta na construção da comunidade. O ser pessoa está presente na sua humanidade e na humanidade dos outros, a pessoa é a totalidade da sua existência e não os fragmentos dos “apelidos” que lhe podem ser administrados.

A pessoa tem que ser pensada de uma forma total e a educação deve atender à sua integralidade e à sua relação com o outro.

Quase a concluir afirmo que as aprendizagens realizadas durante este ano, para esta área disciplinar, me proporcionaram, não só o desenvolvimento mais harmonioso com a pessoa do aluno, como também me disponibilizou novos conhecimentos e novas competências. Posso dizer que contribuí de forma positiva para a formação da personalidade dos alunos que tive à minha frente, assim como eles contribuíram para a minha, fazendo jus ao velho ditado: Quanto mais se dá, mais se tem.

BIBLIOGRAFIA

BIBLIA SAGRADA, Edições Paulistas, São Paulo, 1993.

DOCUMENTOS DO MAGISTÉRIO DA IGREJA

CONCÍLIO VATICANO II, *Constituição Dogmática, Dei Verbum*, nº 4, AAS 58 1964.

CONCÍLIO VATICANO II, *Constituição Dogmática, Lumen Gentium*, nº 42, AAS 57 1964.

CONCÍLIO VATICANO II, *Constituição Pastoral, Gaudium et Spes*, nº 12, AAS 58 1965.

CONCÍLIO VATICANO II, *Constituição Pastoral, Gaudium et Spes*, nº 14, AAS 58 1965.

CONCÍLIO VATICANO II, *Constituição Pastoral, Gaudium et Spes*, nº 22, AAS 58 1965.

CONCÍLIO VATICANO II, *Constituição Pastoral, Gaudium et Spes*, nº 31, AAS 58 1965.

CONCÍLIO VATICANO II, *Declaração sobre a Educação Cristã*, nº 2, AAS 58 1962.

ESTUDOS

AA.VV., Enciclopédia Logos Luso-Brasileira, Ed. Verbo, Lisboa, 1989-1992.

ALMENDRA, Maria Ana, *Publius et Terentia* Latim 11º ano, Livraria Arnado, Coimbra, 2000.

ALMENDRA, Maria Ana; FIGUEIREDO, NUNES José, *Initium Latim 10º ano*, Porto Editora, Porto, 1993.

ARAÚJO, Maria José, *O jogo, a Internet e o mundo das crianças*, in VI Congresso Português da Sociologia, Universidade Nova, Lisboa, 2008.

ARISTÓTELES, *Ética Nicomaco*. trad. e notas de António C. Caeiro, Quetzal Editores, Lisboa, 2004.

BENAVENTE, Ana, *Revista Ibero Americana de Educación*, Nº 27 (2001).

BENTO, Jorge, *Da coragem, do orgulho e da paixão de ser professor*, casa da educação física, Belo Horizonte, 2008.

BEORLEGUI, Carlos, *Lecturas de Antropologia Filosófica*, ed. Dsclée de Brower, Bilbao, 1988.

BERGER, Peter. *A Dessecularização do Mundo: uma visão global*. In: *Religião e Sociedade*, vol. 21, nº 1, CER/ISER, Rio de Janeiro, 2001.

BORDET, Marcel, *Síntese de História Romana*, Asa, Porto, 1995.

BRANDÃO, José Luis e OLIVEIRA, Francisco, *História de Roma Antiga: Volume I, Das origens à morte de César*, Imprensa da universidade de Coimbra, 2015.

BUBER, Martin, *Le problème de l'homme*, Aubier Montaine, Paris, 1962.

CANÁRIO, Rui, *Territórios educativos de intervenção prioritária: a escola face à exclusão social*. *Revista de Educação*, Lisboa, v. IX, n. 1, 2000.

CARVALHO, Cristina Sá e PEREIRA, Jorge Augusto Paulo, *Questões Fundamentais Didáctica de EMRC*, in FORUM de EDUCAÇÃO MORAL e RELIGIOSA CATÓLICA, nº 2, SNEC, Lisboa.

CERTEAU, Michel, *La faiblesse de croire*, Cerf, Paris, 1987.

COLEMAN, Janet, *A History of Political Thought, from ancient Greece to Early Christianity*, Blackwell Publishers, Oxford, 2000.

COMISSÃO EPISCOPAL DA EDUCAÇÃO CRISTÃ, *Programa de Educação Moral e Religiosa Católica*, SNEC, Lisboa, 2007.

CONFERÊNCIA EPISCOPAL PORTUGUESA, *A Escola em Portugal - Educação integral da pessoa humana*, Lisboa, 2008.

CONFERÊNCIA EPISCOPAL PORTUGUESA, *Enquadramento da disciplina de EMRC*, Fátima, 2010.

CONFERÊNCIA EPISCOPAL PORTUGUESA, *Educação: direito e dever - missão nobre ao serviço de todos*, 28, Lisboa, 2002 .

CONGREGAÇÃO PARA A EDUCAÇÃO CATÓLICA, *Orientações para o Estudo e o Ensino da Doutrina Social da Igreja na Formação Sacerdotal*, Roma, 1988.

CORETH, Emerich, *O que é o Homem?* Elementos para uma Antropologia filosófica, Verbo, Lisboa 1988.

COSME, Ariana, *Ser Professor*, A acção docente como uma acção de interlocução qualificada, LivPsic, Porto, 2009.

CRUZ, Sebastião, *Direito Romano I*, Sólivros, Coimbra, 1984.

CRUZ, Sónia, *Proposta de um Modelo de Integração das Tecnologias de Informação e Comunicação nas Práticas Lectivas: o aluno de consumidor crítico a produtor de informação online*, Universidade do Minho, Instituto de Educação e Psicologia, Braga, 2009.

CURY, A., *Pais brilhantes, professores fascinantes: como formar jovens felizes e inteligentes*, Pergaminho, Lisboa, 2009.

DESCARTES René, *Le discours de la méthode*, trad. Jean Marie FATAUD, Univers des lettres Bordas, Paris, 1973

DOMINGUES, Bento, “*A pessoa, questão central do nosso tempo*”, *Igreja e Missão* (1998) 223-236.

DOMINGUES, Bento, *Em que consiste a dignidade da pessoa humana*, *Humanística e Teologia* 11 (1990) 151-170.

DUCH, Lluís, *Antropología simbólica y corporeidad cotidiana*, Centro Regional de Investigaciones Multidisciplinarias/UNAM, Cuernavaca, Morelos, 2008.

FERREIRA DA SILVA, Vicente, *O outro como problema teórico e como problema prático Dialéctica das consciências e outros ensaios*, Ed. Imprensa Nacional Casa da Moeda, Prefácio de António Braz Teixeira, Lisboa, 2002.

FERREIRA DA SILVA, Vicente, *Sentido da Dialéctica intersubjectiva*, Dialéctica das consciências e outros ensaios, Ed. Inprensa Nacional Casa da Moeda, Prefácio de António Braz Teixeira, Lisboa, 2002.

GALVÃO, Noronha, “*Origem teológica do conceito de pessoa*”, *Communio* XIX (2002) 205-208.

GESELL, Arnold, *O jovem dos 10 aos 16 anos*, Publicações Dom Quixote, Lisboa, 1996.

GILISSEN, John, *Introdução Histórica ao Direito*. trad. do francês de HESPANHA, António Manuel e MALHEIROS, Manuel Luís, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1979.

GODOY, Maria, *A constituição da subjetividade e a ação ética no pensamento de Emmanuel Lévinas*, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2004. Tese de Mestrado em Filosofia.

GUEDES, Castro, *Teatro e religião*, *Humanidades, Público*, 27. 03. 2014, 46.

HABERMAS, Jürgen, *Conhecimento e Interesse, Técnica e Ciência como “Ideologia”*, Ed. 70, Lisboa 2006.

HEGEL, Georg Friedrich, *Fenomenologia do espírito*, traduzido por MENESES Paulo, Vozes, Brasil, 2011.

HEIDEGGER, Martin, *Sein und Zeit*, Halle, Max Niemayer Verlag, Tubingen, 1927.

IGREJA CATÓLICA, *Catecismo da Igreja Católica*, Gráfica de Coimbra, Coimbra, 1993.

KANT, Immanuel, *Fundamentação da Metafísica dos Costumes*, Tradução de Paulo Quintela, Edições 70, Lisboa, 2007.

KANT, Immanuel, *Réflexions sur L'éducation*. Trad. PHILONENKO, Alexis, Librairie Philosophique, J. Vrin, Paris, 1966.

LAMEGO, José, *Sociedade aberta e liberdade de consciência*, cit., DIAS, Augusto, *A relevância jurídica penal das decisões de consciência*, Coimbra, 1986.

- LÉVINAS, Emmanuel, *Totalidade e Infinito*, Lisboa, Edições 70, 1988.
- LÉVINAS, Emmanuel, *Humanismo do outro homem*, Petrópolis, Vozes, 1993.
- LEVRERO, Roberta, *Il diritto e la giustizia*, Vita e costumi nel mondo romano antico, edizioni Quasar, Roma, 2004.
- MARINA, José António, *Aprender a viver*, Sudoeste Editora, Lisboa, 2007.
- MARION, Jean-Luc, *Étant donné. Essai d'une phénoménologie de la donation*, PUF, Paris, 1997.
- MERLEAU-PONTY, Maurice, *A prosa do mundo*, Cosac & Naify, São Paulo, 2002.
- MONDIN, Battista, *O homem, quem é ele?* Elementos de Antropologia Filosófica, Edições Paulinas, São Paulo, 1980.
- MOURÃO, José, *A palavra e o Espelho*, Paulinas, Lisboa 2000.
- NUNES, Etelvina, “O rosto e a passagem do Infinito”, *Revista Portuguesa de Filosofia*, XLVII, Fasc. 1 (1991) 5-41.
- OSBORN, Alex, *Applied imagination: Principles and procedures of creative problem solving*, Third Revised Edition, Paperback, Scribner, 1963.
- PACHECO, José Augusto, *Currículo: Teoria e Práxis*, Porto Editora, Porto, 1996.
- PELIZZOLI, Marcelo, *Inspiração levinasiana deve pautar o agir*, *Revista do Instituto Humanitas Unisinos*, edição 277 (2008).
- PEREIRA, Isidro, *Dicionário Grego - Português e Português – Grego*, Braga, Livraria Apostolado da Imprensa, 7ªed. 1990.
- PIRES, Celestino, “Para uma definição do Homem e da Pessoa num contexto teológico”, *Revista Portuguesa de Filosofia*, XXV (1969) .
- PIVATTO, Pergentino, *A majestade do Outro*, in *Humanitas Unisinos*, edição 277 (2008).
- RABUSKE, Arthur, *Antropologia Filosófica*, Vozes, Petrópolis, 1995.

- RUIZ, José Maria, *Teoria del curriculum: diseño, desarrollo e innovacion curricular*, Universitas, Madrid, 2005.
- RUIZ DE LA PEÑA, Juan Luís, *Imagen de Dios: antropología teológica fundamental*, Sal Terrae, Cantabria, 1998.
- SANTOS, Costa, “O conceito cristão de pessoa”, *Communio* II (1985) 71-90.
- SECRETARIADO NACIONAL DA EDUCAÇÃO CRISTÃ, *Metas Curriculares de Educação Moral e Religiosa Católica*, Lisboa, 2013.
- SECRETARIADO NACIONAL DA EDUCAÇÃO CRISTÃ, *Programa de Educação Moral e Religiosa Católica*, SNEC, Lisboa, 2014.
- SERRALHEIRO, Deolinda, *O Acto Educativo Religioso e Moral*, Secretariado Nacional da Educação Cristã, Lisboa, 1993.
- SÓFOCLES, *Antígona*. trad. e coment. de Maria Helena da Rocha Pereira. Coimbra: Fundação Calouste Gulbenkian – Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica, 2003.
- SUSIN, Luís Carlos, *Alteridade: um a priori de carne e osso*, *Humanitas Unisinos*, edição 277 (2008).
- TIMM, Ricardo, *A contribuição de Lévinas à humanização da sociedade*, *Revista do Instituto Humanitas Unisinos*, edição 277 (2008).
- VARANDA, Isabel, *Cristianismo e Cultura: Novos Desafios*. In *Theologica* II série, VOL. XLII; Fasc. 1, 2007.
- VARANDA, Isabel, *Iliteracia emocional e perda do património oral da fé*, in *Memoria*, Instituto Católico de Viana do Castelo, 2003.
- VEIGA, Américo, *A Educação Hoje*, Editorial Perpétuo Socorro, 1994.
- VIEIRA, Alice, *Rosa minha irmã Rosa*. 20ª ed. Editorial Caminho, Lisboa, 2007.
- VILLAS-BOAS, Maria Adelina, *Escola e família: Uma relação produtiva de aprendizagem em sociedades multiculturais*, Escola Superior de Educação João de Deus. Lisboa, 2001.

Walter, BURKERT, – *Religião Grega na Época Clássica e Arcaica*. trad. de SIMÕES LOUREIRO, Manuel José, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian – Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica, 1993.

DECRETOS-LEI

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA, Lei n.º 46/86 de 14 de outubro in DIÁRIO DA REPÚBLICA, 1ª série - N.º 237 - 14 de outubro de 1986.

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA, resolução n.º 74/2004 de 18 de maio de 2004 in DIÁRIO DA REPÚBLICA, 1ª série A - N.º 269 - 16 de novembro de 2004.

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA PORTUGUESA, Almedina, Coimbra, 2005.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CIÊNCIA, Decreto-Lei n.º 323/83 de 5 de julho de 1983 in DIÁRIO DA REPÚBLICA, 1ª série - N.º 152 - 5 de julho de 1983.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CIÊNCIA, Portaria n.º 333/86 de 2 de julho de 1986 in DIÁRIO DA REPÚBLICA, 1ª série - N.º 149 - 2 de julho de 1986.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CIÊNCIA, Despacho n.º 17169/2011 de 23 de dezembro de 2011 in DIÁRIO DA REPÚBLICA, 2.ª série — N.º 245 — 23 de Dezembro de 2011.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CIÊNCIA, Despacho n.º 5306/2012 de 2 de abril de 2012 in DIÁRIO DA REPÚBLICA, 2.ª série — N.º 77 — 18 de abril de 2012.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CIÊNCIA, Despacho n.º 10874/2012 de 10 de agosto de 2012 in DIÁRIO DA REPÚBLICA, 2.ª série — N.º 155 — 10 de agosto de 2012.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CIÊNCIA, Decreto-Lei n.º 70/2013 de 23 de maio de 2013 in DIÁRIO DA REPÚBLICA, 1ª série - N.º 99 - 23 de maio de 2013.

CONSULTADOS NA INTERNET

AGRUPAMENTO DR. FRANCISCO SANCHES, Projeto Educativo, Braga, 2014. [Consultado a 22 de novembro de 2015]. Disponível em: http://www.aefranciscosanches.pt/2016_147_projeto_educativo_2013-17.pdf.

AMBROSIO, Juan, *Religião e Cultura: procurar o Absoluto na contingência do provisório*, [Consultado a 6 de abril de 2016]. Disponível em: <http://www.snpcultura.org>.

BETANCUR GARCIA, Marta, “*Persona y máscara*”, *Praxis Filosófica* 30 (2010) 127-143. [Consultado a 25 de março de 2016]. Disponível em: http://www.scielo.org.co/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0120-46882010000100007&lng=pt&nrm=iso.

Carta do Papa Bento XVI à Diocese de Roma, sobre a tarefa urgente da educação, 2008, [consultado a 15 de fevereiro de 2016]. Disponível em: https://w2.vatican.va/content/benedict-xvi/pt/speeches/2008/february/documents/hf_ben-xvi_spe_20080223_diocesi-roma.html.

CONFERÊNCIA EPISCOPAL PORTUGUESA, *A Educação Moral e Religiosa Católica: um valioso contributo para a formação da personalidade*, “Uma disciplina com implantação significativa”, 2015. [Consultado a 8 de fevereiro de 2016]. Disponível em <http://www.educris.com/v2/101-conferencia-episcopal-portuguesa/891-a-educacao-moral-e-religiosa-catolica-um-valioso-contributo-para-a-formacao-da-personalidade>.

PERISSÉ, Gabriel, *O Conceito de Pessoa: a Inovação Radical do Cristianismo*, *Mirandum* 15, ano VIII (2004). [Consultado a 23 de janeiro de 2016]. Disponível em: <http://www.hottopos.com/mirand15/perisse.htm>.

LINDA, Manuel, *O docente de EMRC e o 'novo discurso sobre a credibilidade' do Evangelho*, (EG, 132), in Fórum EMRC 2015, [Consultado a 8 de fevereiro de 2016]. Disponível em: <http://www.educris.com/v2/tv/emrc/1927-o-docente-de-emrc-e-o-novo-discurso-sobre-a-credibilidade-do-evangelho-eg-132>.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CIÊNCIA, *Metas Curriculares de Português do Ensino Básico*. [Consultado a 23 de janeiro de 2016]. Disponível em: <http://dge.mec.pt/metascurriculares/index.php?s=directorio&pid=16>.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CIÊNCIA, Texto de enquadramento das Metas Curriculares. [Consultado a 26 de janeiro de 2016]. Disponível em: <http://www.dge.mec.pt/metascurriculares/?s=directorio&pid=1>.